

PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO



Por Rudá Ricci

**De Temer ao Poder
Hegemônico do Centrão
Parte I: 2015 a 2019**

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

9

**DE TEMER AO PODER
HEGEMÔNICO DO CENTRÃO
PARTE I: 2015 A 2019**

DADOS CATALOGRÁFICOS

DE TEMER AO PODER HEGEMÔNICO DO CENTRÃO PARTE I: 2015 A 2019

Rudá Ricci

PROJETO GRÁFICO

Matheus Natan Martins Dutra e
Henrique Euzébio Alves

EDITORAÇÃO

Maria Luíza Diniz, Henrique Euzébio e Marina Rito

AFIPEA-SINDICAL

De Temer ao Poder Hegemônico do Centrão Parte I: 2015 a 2019. / Rudá Ricci

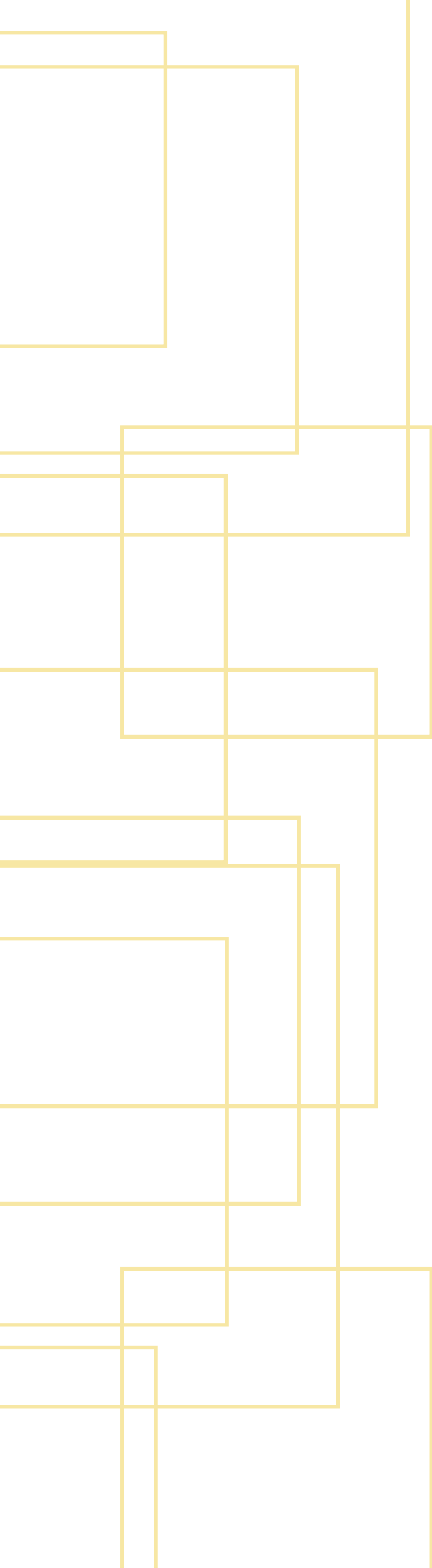
Brasília: Afipea, 2021.

1. Governo. 2. Democracia. 3. Políticas Públicas. 4. Planejamento Governamental. 5. Economia.

CDD:

2021 por Associação de Funcionários do Ipea

ISBN:



Mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais, Rudá Ricci é presidente do Instituto Cultiva. Condecorado com a medalha do Grande Mérito Educacional de Minas Gerais, ex-consultor da ONU e avaliador de projetos de desenvolvimento territorial financiados pelo Banco Mundial. É o coordenador nacional da Economia de Francisco e do Pacto Educativo Global, projetos do Papa Francisco. Autor de "Lulismo" (Editora Contraponto), "Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013" (Editora Letramento) e "Conservadorismo Político em Minas Gerais" (Editora Letramento), entre outros.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **6**

ANO 2015 **10**

1. BRASIL: DECIFRA-ME OU CONTINUEM EM TRANSE 10
2. O QUE LULA FARIA? 19
3. LIBERAIS BRASILEIROS NÃO DEFENDEM INTEGRALMENTE O ESTADO DE DIREITO 21
4. O PT ENVELHECE 25
5. OS EMPRESÁRIOS DA COMUNICAÇÃO E A TRISTE REALIDADE DO JORNAL ESTADO DE MINAS 29

ANO 2016 **34**

6. O JOGO DURO DAS ELEIÇÕES DE 2016 34
7. NÃO SÃO SÓ 30 CENTAVOS! 39
8. DILMA: ENVELHECIMENTO PRECOCE E PANELEIROS 42
9. A TENTATIVA DE REEDIÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO 44
10. LIÇÕES PARA A ESQUERDA BRASILEIRA 47
11. MORO UNIU O CAMPO PROGRESSISTA 51
12. OS DEPUTADOS FEDERAIS NUNCA FICARAM TÃO DESNUDADOS 54
13. GOVERNO TEMER: VERGONHA PARA TODOS OS BRASILEIROS 58
14. ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS E O PRIMARISMO DO RACIOCÍNIO POLÍTICO LINEAR 61

15.	O MITO DA DIREITA UNIDA	63
16.	O BRASIL MUDOU IDEOLOGICAMENTE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?	64
17.	AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS POR DENTRO	67
18.	BREVE BALANÇO DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	69
19.	A ESQUERDA QUE FOI AO CENTRO	71
20.	AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016: A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO ESCOLA	72
21.	A ESQUERDA BRASILEIRA LUTA CONTRA O TEMPO	78
22.	FORTUNA, A DEUSA, PUNE O GOVERNO TEMER	80
	ANO 2017	82
23.	O DURO AMADURECIMENTO DO NEOPETISMO	82
24.	A NECESSÁRIA RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ESQUERDA	84
25.	O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 1: A LÓGICA DO BAIXO CLERO NA GESTÃO DE MINAS GERAIS	87
26.	O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 2: O CHOQUE ENTRE O TÉCNICO E O POLÍTICO	93
27.	27 ANOS DE ECA	100
28.	SOBRE A ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO SOBRE O DILEMA DAS ESQUERDAS	101
	ANO 2018	105
29.	UM PAÍS MERGULHADO NO DESALENTO	105
30.	O AI5 NOSSO DE CADA DIA	107
	ANO 2019	111
31.	PAPO RETO SOBRE CIRO GOMES	111

APRESENTAÇÃO

RUDÁ RICCI

Belo Horizonte, fevereiro de 2021.

Esta é a primeira parte de uma coletânea de textos que escrevi, quase diariamente, sobre desencontros da política brasileira.

São pequenos textos que analisam cada momento do conturbado jogo político nacional, narrando e analisando os acontecimentos entre 2015 e início de 2019, apresentando algumas pinceladas conceituais ou dados de pesquisas recentes.

Este foi um dos momentos mais dramáticos da vida da nossa república,

uma convergência de erros da presidente eleita, uma ofensiva das mais violentas da direita – que abre caminho para as aventuras da extrema-direita brasileira, profundamente desqualificada para a vida e a gestão pública –, a revelação do despreparo de nossas elites empresariais, começando pela tragédia da ruptura de uma barragem de rejeitos da mineração instalada no município mineiro de Mariana, enfim, um país mergulhado numa sucessão de escolhas gravemente equivocadas.

Esta coletânea começa com uma tentativa de síntese do padrão de gestão formatado durante as duas gestões Lula – que considero algo tão engenhoso e prospectivo quanto a estratégia elaborada por Getúlio Vargas¹ – e pela diferença de estilo

¹ Escrevi um livro em que detalho o modelo adotado por Lula a partir de 2003, a partir da Agenda Perdida, e que sofre uma inflexão em 2005. A tese central desse livro é que Lula atualizou a agenda rooseveltiana, implementada logo após a grande depressão de 1929 nos EUA. Ver RICCI, Rudá. Lulismo: da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. 2ª edição. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013.

e capacidade deste líder em relação à sua sucessora.

Os artigos avançam sobre a análise de nossos liberais de conveniência e os primeiros traços de envelhecimento precoce do PT, o Partido dos Trabalhadores, maior partido do país e força hegemônica no campo de centro-esquerda. Enveredam pela tentativa de compreender as motivações populares a partir de certa letargia que se expressa na ausência de adesão, dentre outras, às mobilizações lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL) no início de 2016, similares às mobilizações inicialmente lideradas pelo mesmo MPL em 2013.

Os artigos se sucedem na busca de compreensão dos acontecimentos, mas também, procurando ajustar o olhar para o que poderia se apresentar como tendência. Vale uma palavra explicativa sobre este ofício de análise em busca das tendências.

A política é feita de imprevisibilidades porque é fruto de relações humanas e pelo acaso. Lanço mão das idas e vindas da trajetória de Getúlio Vargas para ilustrar tal imprevisibilidade.

Vargas tomou o poder em 1930. Há controvérsias se rompeu ou não com as oligarquias rurais, mas não há dúvidas que deitou as bases para o Brasil urbano e industrial. Em 1937, usando do maquiavelismo que lhe acompanhou toda a vida, implantou o Estado Novo. O líder gaúcho se utilizou do confronto entre comunistas e integralistas para criar sua própria di-

tadura. Fez o mesmo jogo com aliados e partidos do eixo para conseguir uns trocados e instalar grandes siderúrgicas no Brasil. Acabou caindo com o fim da 2ª Guerra Mundial e foi para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Foi para seu autoexílio até que Samuel Wainer articulou a entrevista que o tiraria do ostracismo. Quase ostracismo, já que era senador. Wainer noticiou a volta de Getúlio Vargas. A entrevista esgotou as edições dos jornais de Chateaubriand e caiu como bomba no cenário político brasileiro.

E Getúlio retornou, de fato, ao poder. Governou o Brasil, mais uma vez, de 1951 a 1954. Seu governo, contudo, foi marcado pela permanente crise política e a tensão social. Na campanha, havia defendido a ampliação dos benefícios para os trabalhadores e a priorização da industrialização. Era muita promessa para um país combalido no pós-guerra e mergulhado na guerra fria. A oposição da UDN foi implacável, tendo Carlos Lacerda como ponta de lança. O governador da Guanabara dizia ser preciso “recorrer à revolução para impedir Vargas de governar”.

A pressão aumentou. Vargas tentou ser mais esperto do que sempre foi. Embora filiado ao PTB e ter o apoio do PSD, tentou um acordo com seu rival, a UDN. Desagradou gregos e troianos e revelou fragilidade. O país e o Exército se dividiram.

O incidente da rua Toneleros, em agosto de 1954,² aceleraria a crise política que levaria Vargas ao suicídio. De um dia para outro, o presidente odiado passou a ser idolatrado. Isso é política.

Nenhum analista poderia prever um percurso tão errático como o da popularidade de Vargas. Justamente porque as decisões políticas são complexas.

O economista Ernest Mandel, na introdução de seu livro "O Capitalismo Tardio",³ sugere a importância da análise feita em dois níveis: dedutiva e indutiva, mas também, lógica e histórica. Lembra Marx para quem a essência e a aparência histórica jamais coincidiram. O papel da ciência, neste sentido, é explicar, não prever.

Mandel afirma que "uma análise materialista não se harmoniza a uma dialética idealista, mas uma dialética materialista, ela lida com fatos empiricamente verificáveis".

Então, ciência - e aí se encontra a ciência política - não projeta o futuro. Mas pode apresentar tendências, sempre no plural. Tendências são cenários montados a partir da escolha de alguns indicadores que são adotados como balizas para a análise. Se os dados da realidade alteram ou modificam a composição ou a relação

entre os indicadores escolhidos, assim, redefinem as tendências. Em outras palavras: se Vargas vivo era odiado, com o suicídio se tornou adorado, quase unanimidade nacional e permaneceu assim ao longo dos anos.

Tendências são possibilidades que são apresentadas a partir de sinais concretos do momento analisado. Não são previsões. O analista profissional pondera sobre as probabilidades de uma tendência se firmar como mais provável ou indicar novas tendências. O tempo todo.

Vivemos uma profusão de informações e mudanças bruscas no nosso modo de viver. Tal instabilidade leva à busca de certezas, de previsibilidade. Nosso cérebro busca confirmações para nos dar segurança. Por este motivo que o brasileiro adora apostas: viver em nosso país é andar sobre uma corda bamba. Num momento de crise a corda fica ainda mais frouxa. As apostas no futuro acabam ganhando contornos de desespero, de busca ardorosa por uma certeza.

É por aí que acabamos - nós, cientistas e analistas políticos - gerando algumas contrariedades. Justamente porque não fazemos previsões, mas "apenas" a busca da previsibilidade - que dá segurança e que joga na armadilha do viés de confirmação -, orienta muitos leitores para

2 O atentado da rua Toneleros, como ficou conhecido, ocorreu no dia 05 de agosto de 1954, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro. O alvo era o maior opositor de Getúlio Vargas: Carlos Lacerda. O carro em que Lacerda estava foi atingido por um tiroteio na altura do número 180 da rua Tonelero. Um dos oficiais que o acompanhava, Rubens Vaz, foi ferido mortalmente. Lacerda foi atingido no pé e num pronunciamento à imprensa, acusou Vargas de ter ordenado a sua trama. Dias depois, as investigações policiais apontaram como mandante o chefe da guarda pessoal de Vargas - e envolvido num escândalo da compra de uma fazenda -, Gregório Fortunato.

3 MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Abril, Coleção Os Economistas, 1982.

um sentimento de frustração quando não cravamos nossa aposta no futuro.

Este é o parâmetro adotado nos textos que são apresentados em seguida. São análises que fogem da armadilha de fazer projeções sobre o futuro. Muito menos faz apostas. O erro que eles podem ter cometido é de identificação parcial de tendências pelo autor não ter tido a competência para enxergar uma probabilidade política.

Enfim, ponderações para alertar o leitor que o analista político, mesmo a contragosto, sabe que seus textos acabam fazendo parte do cenário de disputa política.

ANO 2015

1. BRASIL: DECIFRA-ME OU CONTINUEM EM TRANSE

O “lulismo” como novo paradigma governamental

A vitória de Lula, em 2002, não foi uma vitória qualquer. Alterou, a partir dali a história da estrutura política brasileira, mas, também, a história do seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). No início de sua gestão, entre os anos 2003 e 2004, Lula criou um amálgama de políticas, típicas de todos os governos petistas até então, incluindo de tudo um pouco: políticas econômicas liberais, políticas sociais de caráter participacionista (fundadas na cogestão, como no caso do Fome Zero) acompanhando,

enfim, um amplo arco de alianças políticas e ideológicas. Contudo, já em 2005 ocorreu uma guinada pragmática do governo em função da primeira grande adversidade: o início das denúncias sobre pagamentos mensais de propinas a parlamentares e partidos aliados e nem tão aliados no Congresso Nacional para obter maiorias mais amplas. Logo, este esquema ganharia o apelido jocoso – uma especialidade brasileira - de “mensalão”.

O governo Lula, a partir de então, adotou uma agenda tipicamente rooseveltiana. Foi o início de sua escalada para se tornar o maior líder político contemporâneo da política nacional. A agenda lulista-rooseveltiana se baseou num tripé: concentração orçamentária na União, aumentando seu grau de investi-

mento e orientação econômica; subsídio dos gastos das famílias menos abastadas (via Programa Bolsa Família, aumento real anual do salário mínimo e ampliação do crédito popular para compras familiares) tendo como objetivo forjar um amplo mercado interno consumidor, base do crescimento da indústria tupiniquim; orientação e fomento à indústria nacional (via recursos carreados do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES -, que se tornou o terceiro maior banco de fomento do mundo e orientação de investimentos via Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – uma espécie de cardápio de investimentos públicos em infraestrutura nacional). O tripé gerou um “pacto desenvolvimentista”, constituindo um “fordismo tardio” em terras brasileiras.

O problema de todo pacto desta natureza é que ele precisa de um ambiente de “conflito administrado” ou “conflito mínimo” para atrair investimentos crescentes. Do ponto de vista político, tal situação significa, na prática, a orientação para a conciliação de interesses. Assim, o PT sob a égide do lulismo foi domesticado. Movimentos sociais e organizações populares que sempre estiveram na órbita programática do PT, ingressaram em arenas de negociação de políticas públicas federais. Esta mudança de foco – das ruas para os gabinetes federais – se revelou um desastre político de amplas consequências, até mesmo para o governo. Num país com desigualdade social crônica, mesmo com diminuição acelerada da pobreza e fome (em dez anos de gestões lulistas, o número

de famílias mergulhadas na fome diária se reduziu em 50%) o cotidiano de milhões de brasileiros é marcado pela frustração e ressentimento. A malha de entidades de mediação, de presença nestes grotões de pobreza e desalento, forjada pelas ONGs, pastorais sociais, sindicatos e outras entidades sociais, constitui um importante sistema de organização de demandas sociais. A forte presença, nos anos 1980 e 1990, dessas organizações, criou uma constante atualização de agendas nacionais na área social que alimentou o crescimento do PT e da esquerda nacional. Contudo, na medida em que os governos lulistas atraíram tais organizações para o interior do Estado, este sistema de comunicação e formação de agendas sociais se desfez. Ao se desfazer, as ruas ficaram órfãs e a imensa camada de lumpensinato se fechou à sua pouca sorte e desalento. Uma tensão oculta ou latente que evidentemente desabrocharia, em algum momento, em forma de ressentimento político.

Na outra ponta deste constructo governamental que foi o lulismo, se rearranjou todo sistema partidário e de atendimento dos entes federativos. Em primeiro lugar, os anos de gestão Lula forjaram uma coalizão presidencialista que se aproximou dos moldes parlamentaristas. O lulismo capturou, ano a ano, grande parte dos partidos políticos do nosso sistema partidário (que soma mais de 70 partidos), excluindo apenas os partidos que se tornaram adversários históricos, como o PSDB (inicialmente, socialdemocrata, mas que nos últimos anos pendeu para um programa liberal-

-conservador), DEM (partido ultraconservador que se aliou ao PSDB e que nos anos de lulismo definhou, se tornando um dos partidos “nanicos” do país) e PPS (que abdicou de sua origem comunista para se tornar um partido menor, sem muita clareza pragmática, até se re-fundar como Cidadania). Lula, inclusive, atuou fortemente para aliciar lideranças dos dois primeiros partidos – em especial, do DEM – transferindo-os para partidos da base aliada, como o PP, em troca de benefícios para sua base eleitoral.

Daí surgiu um novo e importante papel para os parlamentares federais do nosso sistema político: o de representação cartorial. Os deputados federais passaram a se constituir como facilitadores do acesso de prefeitos (governos locais que dirigem mais de 5.500 municípios) aos convênios com agências federais que coordenam programas sociais e de infraestrutura. Na prática, o lulismo nacionalizou programas federais (como Minha Casa, Minha Vida; Programa Bolsa Família; Mais Educação; Mais Médicos; Praças da Juventude; Programa Segundo Tempo nas Escolas Públicas; Universidade Aberta do Brasil; Farmácia Popular e outros) em virtude da concentração orçamentária (65% de todo recurso público para investimento se concentraram na União⁴) e deste sistema cartorial alimentado pelos deputados federais.

O sistema forjado entre 2005 e 2010, sob a liderança de Lula, criou um imbricado jogo de contrapesos de difícil administração que somente sob a coordenação de um líder carismático se mantém em pé. Tal afirmação se confirmou em 2008-2009 em meio à crise internacional desencadeada pela recessão norte-americana alimentada pelo *subprime*. Lula veio a público e disse que se tratava de uma mera “marola” (uma agitação sem importância das ondas do mar) e que os brasileiros poderiam comprar sem preocupação para festejar o final do ano de 2008. A população atendeu o chamado o que resultou num colchão de recursos originários das vendas para promover um programa de ajuda ao sistema bancário brasileiro.

Enfim, o “fordismo tardio” brasileiro, que ocorreu em meio a uma crise internacional de largo espectro, só floresceu em virtude da ousadia de uma liderança carismática.

Até que Lula indicou para sua sucessão uma tecnocrata dura e pouco afeita ao jogo político: Dilma Rousseff.

Sistema partidário esfacelado

No plano político, a lenta crise do sistema de gestão montado pelos governos lulistas se alimentou de dois grandes problemas: a nova realidade social gerada pela “inclusão pelo consumo” e a corrosão do sistema partidário brasileiro.

4 O sistema federativo brasileiro é composto por três entes teoricamente autônomos: União, Estados e municípios. São 26 Estados, um Distrito Federal (que contém a capital do país: Brasília) e 5.570 municípios.

A “inclusão pelo consumo”, ao contrário da inclusão pela política (quando os segmentos excluídos socialmente se incorporam pela organização em sindicatos ou organizações de representação de interesses) ou da inclusão pelos direitos (quando novos direitos são inscritos pela pressão social e política), gera uma profunda passividade ou individualização social. Este fenômeno já foi percebido nos anos 1950 nos EUA: o consumo revela o prestígio social ou superação da situação anterior, de penúria. Intuitivamente, os beneficiários dos programas de promoção social procuram se distanciar rapidamente das condições de vida da fase anterior e se concentram na aquisição de bens como se fossem troféus sociais. Assim, houve uma explosão de consumo popular nos últimos dez anos (em especial, em 2010, último ano do segundo governo Lula, quando a economia brasileira cresceu 7,5% em relação ao ano anterior), com aquisição em massa de TVs de tela plana, aparelhos de telefonia celular, pacotes de viagem, compra de automóveis e acesso a cursos universitários noturnos. Deste movimento aflorou uma cultura conservadora, individualista, focada no sucesso individual ou familiar, de recusa de ações sociais e políticas de massa, direcionada à valorização do esforço pessoal e da meritocracia. Se nos recordarmos que o “fordismo tardio” lulista se apoiou na conciliação de interesses, temos um caldo de cultura que associa emergência do individualismo popular com ausência de confrontos ideológicos, campo propício para o conservadorismo se alastrar país

afora. Associemos a este cenário o afastamento das entidades de mediação que antes desenvolviam ações de organização coletiva dos interesses das populações excluídas social e economicamente.

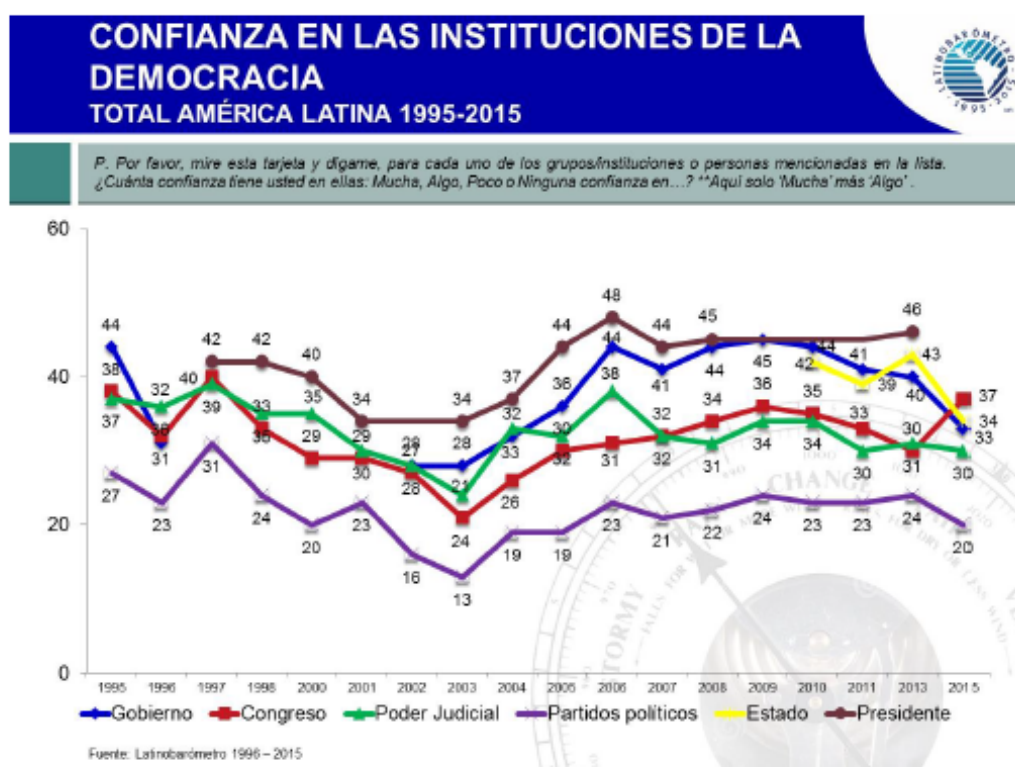
Também contribuiu para a formação de valores ultraconservadores a reação das camadas médias tradicionais do Brasil, concentradas, em especial, na porção centro-sul do país. O consumo popular acelerado invadiu aeroportos e shopping centers, templos de consumo seguro das classes médias brasileiras. A reação dessas camadas médias foi desproporcional e reacionária: as redes sociais foram inundadas por reações racistas e intolerantes com o comportamento do novo consumidor. A reação chegou ao ápice no início de 2014, quando adolescentes residentes nas periferias dos grandes centros urbanos começaram a agendar encontros em shopping centers. Denominados de “rolezinhos” (oriundo de role, pequeno giro, possivelmente uma corruptela da palavra francesa ou mesmo da palavra latina “rotella”, diminutivo de rota), tornou-se um movimento social envolvendo 5 mil a 10 mil adolescentes que afluíam, ao mesmo tempo, nestes centros comerciais para um encontro agendado nas fanpages do Facebook. A reação das classes médias foi desproporcional, invocando ação repressiva das polícias militares.

O outro grande problema de sustentação do lulismo foi a corrosão do sistema partidário nacional. As pesquisas sobre confiança institucional dos últimos dez anos revelam que os partidos políti-

cos são validados por apenas 5% dos brasileiros. São as instituições menos valorizadas no país. Analistas convergem para sugerir que o motivo desta situação é a permanência da desigualdade social. Em suma, enquanto Lula liderou a implantação de amplos programas de promoção social e inclusão pelo consumo, a valorização de seu partido junto às camadas sociais menos abastadas evoluiu. Mas na medida em que a crise internacional diminuiu o fluxo de investimentos externos, a queda livre da confiança da população no sistema partidário – que já atingia toda América Latina – envolveu o Brasil.

Pesquisas anuais sobre confiança nas instituições desenvolvida pelo Latinobarômetro (articulação de pesquisadores sociais apoiado pelo PNUD e BID) indicam o grau de desconfiança generalizado que envolve todo continente.

Latinobarômetro Sobre Confiança nas Instituições da América latina



Fonte: Banco de Datos en Línea, Latinobarômetro (Santiago, Chile).⁵

O gráfico acima, oriundo do último relatório anual do Latinobarômetro, expõe a crise de legitimidade de todo sistema partidário em nosso continente. Este cenário decompõe uma das bases de governabilidade do lulismo que é a coalizão presidencialista. Em outras palavras, se os partidos políticos não estão inseridos na base social e

5 Ver em: <www.latinobarometro.org>.

não representam a sociedade nacional, a coalizão é compreendida pela sociedade como um acordo entre elites.

O fato é que estes dois problemas convergiram como uma crise de confiança justamente quando Dilma Rousseff assumia seu primeiro mandato, em 2011.

“Sem lenço, nem documento” (letra de uma música emblemática de Caetano Veloso)

A Presidente Dilma Rousseff, que sucedeu a Lula, foi ungida pela figura que, em 2010, se constituía como um quase mito para as camadas mais pobres da população brasileira: Lula. Ele próprio, originário da região nordeste do país, metalúrgico, líder operário, era o sinal de mudança de expectativas de ascensão social e política no Brasil. Com o amplo programa de promoção social que desfechou, revelou uma inteligência política que raramente se viu na história política brasileira. O exemplo passado mais próximo foi Getúlio Vargas, outra liderança que promoveu um pacto desenvolvimentista apoiado na conciliação de interesses e cujo destino foi trágico, se suicidando em 1954, após sofrer quatro tentativas de impeachment.

Dilma Rousseff não emergiu por méritos próprios. Trata-se de uma tecnocrata, especializada em políticas da área da energia. Nunca foi liderança partidária ou se destacou em ações de massa. Veio das hostes do trabalhismo gaúcho, do sul do país (embora nascida em Minas Gerais, região sudeste do Brasil),

berço político de Getúlio Vargas e Leonel Brizola (outra liderança trabalhista), ideologia e práticas políticas às quais o PT, partido de Lula, se opôs quando de sua fundação.

Sem brilho próprio e pouca afeita aos jogos instáveis das negociações políticas, Dilma Rousseff rapidamente decompôs o arco de alianças montado por Lula. O primeiro partido mais afetado foi justamente o PDT, o partido do trabalhismo brasileiro. Lula o atraiu com certa dificuldade, mas durante a gestão Dilma Rousseff, foi destruído. O mesmo ocorreu com as centrais sindicais e muitos dos tradicionais movimentos sociais brasileiros, como o MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra). Rapidamente, as queixas ganharam volume e foram cair na mesa de trabalho de Lula, agora dirigindo seu instituto particular. Lula tentou interceder, o que gerou atrito junto à Presidente da República. As relações se deterioraram desde então.

Paralelamente, a crise internacional se agravou e o grau de investimento externo, ainda que mantido em patamares acima do razoável (66 bilhões de dólares em 2014), começou a decair. O governo federal cometeu, ainda, um erro estratégico ao conter o reajuste dos preços administrados, em especial, derivados de petróleo e energia elétrica, reprimindo entre 25% e 30% do reajuste necessário o que, fatalmente, impactaria as contas públicas mais adiante.

Rigidez política, crise econômica e valores conservadores em alta no interior da sociedade formaram a receita para a crise.

O primeiro estopim da crise veio em 2013, quando o Brasil teve seu “15M”. 4 milhões de jovens saíram às ruas durante três semanas consecutivas, exigindo melhores serviços públicos, mas, em especial, mudança na representação política. Estudo recente revelou que 70% das demandas apresentadas naqueles dias tinham relação com a crítica ao sistema de representação. Os governos estaduais e federal reagiram equivocadamente. Não sabiam como negociar com jovens que não apresentavam uma única agenda e não eram liderados por uma única organização. Entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro de 2014, às vésperas da Copa Mundial de Futebol que o Brasil sediou, a reação dos governos – incluindo o de Dilma Rousseff – foi desproporcional, chegando a bradar que se tratava de terrorismo juvenil. Houve, inclusive, patrocínio governamental para treinamento de polícias militares nos EUA, nos campos de treinamento da Blackwater, organização mercenária conhecida pela brutalidade nas ações desenvolvidas no Afeganistão.

A reação violenta dos governos desarticulou este primeiro movimento juvenil, que retornaria mais tarde, sob novos signos e pautas. Em seguida, no segundo semestre de 2014, o Brasil foi tomado pela selvagem campanha eleitoral à Presidência da República. Dilma Rousseff já amargava índices de queda

de popularidade, dada a situação econômica e o clima de insatisfação aberto pelas manifestações juvenis de 2013 e 2014.

Nesta eleição presidencial, o governo federal tentava a reeleição e disputou com duas forças opositoras: Marina Silva, que tinha sido ministra do Meio Ambiente de Lula e uma liderança histórica do PT que se desentendeu no final da gestão Lula e início da gestão Dilma Rousseff, e o senador Aécio Neves, do PSDB, adversário histórico do PT. A campanha foi acirrada. Mas o profissionalismo da campanha do PT superou todas as adversidades. E inovou. Pela primeira vez numa campanha eleitoral brasileira, o foco do marketing político não foi a valorização do candidato oficial, mas a desconstrução da imagem pessoal dos adversários. Em curto espaço de tempo (no máximo, dez dias), por duas vezes, a campanha de Dilma Rousseff disseminou informações e uma campanha emocional que desconstruíram as duas candidaturas adversárias. No final do primeiro turno, desmontou a imagem de Marina Silva, sugerindo que se tratava de uma candidata personalista, que havia se aliado com banqueiros e grandes empresários do agronegócio (num país com alta desigualdade social, esta é uma aliança desastrosa para os mais pobres, maioria do eleitorado). No segundo turno, a imagem de Aécio Neves sofreu um ataque intenso pelas redes sociais, disseminando que se tratava de um agressor de mulheres. Esta informação foi essencial para a vitória de Dilma Rousseff porque 75% dos indecisos naquele momen-

to eram mulheres com mais de 45 anos de idade, muitas com histórico de violência intrafamiliar.

Dilma se reelege com o país dividido e em guerra política. Não foi uma vitória de programas ou idéias, mas a vitória de um ataque pessoal aos seus adversários. Campanhas desta natureza transformam adversários em inimigos. E foi o que ocorreu.

Como no período 2013 e 2014 o governo federal enfrentou reações negativas do alto empresariado fazendo a economia empacar, os primeiros movimentos do segundo mandato de Dilma Rousseff objetivaram acenar positivamente para as demandas das elites econômicas. Tal movimento se revelou um desastre. Nomeou como Ministro da Fazenda um tecnocrata de um dos bancos privados mais importantes do país, Joaquim Levy, do Bradesco. E anunciou um pacote monetarista, de forte restrição monetária. Ocorre que o PT cresceu contra pacotes desta natureza e a campanha da recém eleita Presidente foi de garantias que não adotaria esta agenda econômica. O Brasil, a partir daí, afundou na mais profunda recessão desde o início dos anos 1990. Uma recessão provocada pela política econômica que não se anunciava até então, como destino natural dos percalços de nossa economia.

O desemprego cresceu aceleradamente, como se percebe na ilustração apresentada a seguir, atingindo justamente o eleitor preferencial do PT, desde 2006.

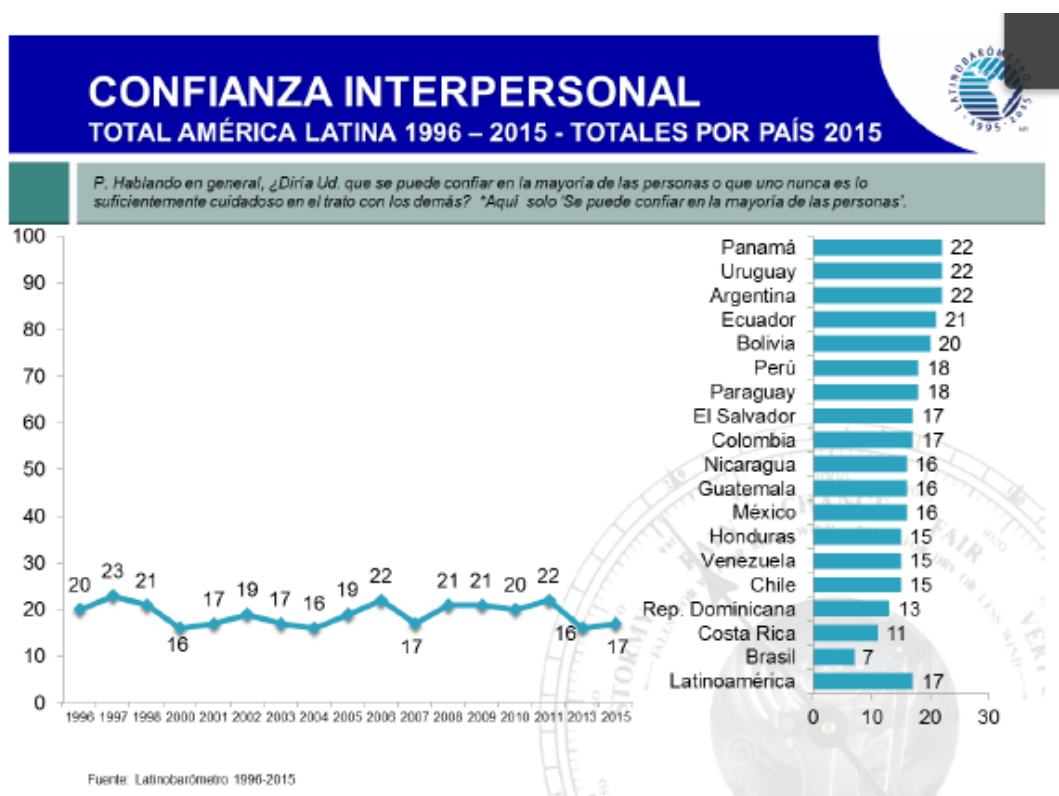


Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo⁶

O grau de desconfiança do brasileiro se generalizou para tudo e todos, como se percebe na tabela apresentada a seguir, elaborada pelo Latinobarômetro.

⁶ Ver em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/inatividade-levou-desemprego-a-leve-reducao-para-49-em-setembro-ef9xbp1alynjupx9x9ntco2mm/>>.

Latinobarômetro Sobre Confiança Interpessoal (1996 - 2015), nas Instituições da América latina



Fonte: Banco de Datos en Línea, Latinobarômetro (Santiago, Chile).

Sem habilidade política, sem carisma, ao adotar um pacote de restrições aos investimentos, afetando sua base eleitoral, Dilma Rousseff se viu, poucos meses após sua reeleição, em queda vertiginosa de popularidade. Em quatro meses, menos de 10% da população brasileira considerava seu governo bom ou ótimo. O brasileiro abandonou seu governo.

Os casos de corrupção que ganharam as páginas dos jornais apenas deram o acabamento para este cenário já em decomposição. Para a maioria dos eleitores brasileiros, a corrupção é um dado histórico da política nacional. Em 2006, pesquisa do IBOPE revelava que 75% dos brasileiros afirmavam que se tivessem poder desviariam recursos públicos para ajudar um parente ou conhecido. Uma evidente naturalização da corrupção. Nada de novo, já que teorias funcionalistas sugerem que em países com forte desigualdade social, a corrupção se apresenta como estratégia de ascensão social.

Contudo, os casos de corrupção passam a ser relevantes quando o governo que o promove ou é corroído por denúncias desta natureza, é o mesmo que promove desemprego e queda de consumo familiar. Neste ponto, o ressentimento alimenta o sen-

timento de injustiça, que promove reações sociais explosivas. E é justamente o que ocorre neste momento.

O que cria salvaguardas ao governo federal neste momento é que não há alternativas confiáveis ao seu governo. A oposição liderada pelo PSDB é apoiada por setores médios do centro-sul do Brasil, mas gera muita desconfiança nos segmentos mais populares do eleitorado que identifica este partido com as elites econômicas.

Com a abertura do processo de impeachment da Presidente da República, a situação ficou ainda mais complexa e tortuosa, já que o Presidente da Câmara de Deputados que acolheu o pedido de impeachment (e abriu o processo no Legislativo) está para perder seu mandato por corrupção, com provas documentais fartamente divulgadas na grande imprensa.

Em virtude desta situação das mais complexas e contraditórias, as forças políticas e sociais mais reconhecidas do país se manifestaram publicamente contra o impeachment, caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O mesmo caminho seguiu Marina Silva, que acaba de ter seu partido legalizado oficialmente (a Rede Sustentabilidade),

a ex-petista que disputou as eleições do ano passado com Dilma Rousseff. Vários partidos políticos, como a oposição à esquerda, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), também se manifestaram contra o processo de impeachment, isolando as forças que procuram promover a cassação do mandato presidencial.

Por caminhos tortuosos, o governo Dilma parece se safar, neste momento, de seu maior risco. Mesmo assim, não deixará de ser percebido como um governo dúbio o medíocre pela maioria dos brasileiros. O país continuará mergulhado numa crise de representação.

Enfim, a crise brasileira não é exatamente econômica, mas política.

2. O QUE LULA FARIA?

O estouro das barragens em Mariana⁷ gerou uma comoção importante em Minas Gerais. Não apenas pelas mortes, desabrigados e irresponsabilidade que envolveu esta tragédia naquela localidade (a primeira capital da história mineira), mas porque deixou um lastro de morte por onde os dejetos passaram. A tragédia atingiu o Rio Doce, cidades de referência regional como Governador

7 Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de mineração do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, rompeu. Esta extração de minérios é controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. O rompimento da barragem de Fundão é considerado o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, com um volume total despejado de 62 milhões de metros cúbicos. A lama chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio.

Valadares, invadiu o Espírito Santo e deságuas no mar. Muitos especialistas afirmam que se trata da maior tragédia ecológica brasileira.

A Presidente Dilma Rousseff demorou vários dias para sair a campo. Muito distinto do que ocorreu durante a tragédia que envolveu a região serrana do Rio de Janeiro em 2011. O temporal começou no dia 11 e no dia 13 a Presidente já sobrevoava a região acompanhada de seis ministros. No dia 18, os ministros da Integração Nacional, da Defesa e da Justiça retornaram ao Rio para reforçar as ações de apoio do governo federal.

Com baixíssimos índices de popularidade, enfrentando ameaças intermitentes de impeachment, e tendo como lastro negativo o financiamento de muitas campanhas eleitorais pelas empresas envolvidas nesta calamidade, a Presidente optou pela discrição.

Mas, o que pode parecer uma tática arriscada, mas prudente, revela uma importante diferença em relação ao estilo Lula de governar. Embora no campo das especulações, seria difícil que o ex-Presidente fizesse o mesmo. Possivelmente, se atiraria no dia seguinte nas terras mineiras e seria o principal protagonista de tudo, para o bem ou para o mal. Afinal, Jânio Quadros já havia ensinado o quanto faz sentido político “falarem mal, mas falarem do líder”. A ausência política, muitas vezes, gera especulação e, não raro, revela fraqueza, medo, incerteza. O governante titubeante é o pior dos políticos porque parece

manietado por alguém de seu staff que não tem o ônus da liderança e, portanto, pode montar o laboratório que surgir na sua cabeça.

A questão é gostar de política. Política como ato de convencimento e liderança. Convencimento e liderança que exige paixão, mas também uma dose forte de ousadia e risco. Nenhum líder político age à sombra, lugar eterno dos assessores de líderes – que nunca serão líderes – porque seu lugar é conquistado pelo inusitado. O líder, como se destaca dos demais mortais, tem algo do que Max Weber percebia nos heróis e profetas: eles se distinguem pela coragem ou pela aposta no incerto. Daí a abissal distância que separa um empresário (ou intelectual) do político.

Dilma é uma técnica. Não há nada mais distinto de um político. O técnico se guia por objetivos racionais, concretos, definidos em planilhas e adota metodologias racionais e lógicas, criando um nexos causal de atitudes que chegam ao objetivo eleito. O político anda por corredoiras tortuosas, se expõe, se destaca, cria dúvidas como as falas desconexas do hipnotizador que nos confunde, aponta soluções, é hiperativo, intuitivo, sedutor. E, antes de qualquer coisa, um bom ouvinte.

FHC tinha algo a mais que Dilma, mas entraria na mesma classificação dos agentes sociais que utilizam mais o lado racional do cérebro que o lado intuitivo. Pouca paixão e muita razão.

Não tenho dúvidas que Lula entraria em campo, para horror de seus assessores cheios de cálculos acadêmicos e MBA.

No político, o que pode parecer espartezza, astúcia ou oportunismo (o que, muitas vezes, é o que efetivamente ocorre), acaba por dialogar com princípios humanistas porque é efetivamente mais humano. Ao contrário, a lógica tecnicista de gestão é mais desumana, mecânica e retilínea.

Por isto, Dilma demorou tanto para tentar se conectar com o sofrimento dos soterrados pela calamidade de Mariana. Porque, imagino, pensou ser muito arriscado e de pouca efetividade. Um político pensaria exatamente o inverso.

3. LIBERAIS BRASILEIROS NÃO DEFENDEM INTEGRALMENTE O ESTADO DE DIREITO

Nos últimos dias fui provocado por um internauta que me acompanha nas redes sociais. Perguntou se somente a esquerda brasileira defenderia o Estado de Direito, tendo em vista que eu criticava acidamente a postura fascista da direita tupiniquim e a visão elitista e pouco respeitosa ao desejo expresso no voto pelos nossos “liberais de conveniência”. Decidi organizar meus argumentos neste breve texto.

Começando pela nossa direita e seu Estado de Exceção

A direita brasileira tem pendor fascista. Começemos pelo conceito. O fascismo é uma expressão do totalitarismo, que se distingue do autoritarismo porque é mobilizador e refuta qualquer tipo de competição política. O fascismo tem discurso único, é intolerante, sustenta que qualquer negociação é moralmente repreensível porque busca o poder a qualquer custo. Fascistas confundem nação com seu próprio desejo. Assim, quem não pensa como um fascista é logo tachado de antipatriótico. É comum, por esta trilha de raciocínio, que todo fascista fale em nome do “povo brasileiro”. E, caso a maioria não concorde com seus interesses e orientações demiúrgicas, sua opção é, sempre, a força: o golpe restaurador ou a invalidação do voto. Não é por outro motivo que todo discurso fascista é fulanizado, personificando o mal, assim como todo discurso fascista é casuístico, como estamos percebendo agora, quando o STF que era até então considerado moralizador, após decidir acabar com a festa do impeachment (tal como definido por Eduardo Cunha), de um dia para o outro, é apelidado de “bolivariano”. As instituições, enfim, não interessam aos fascistas tupiniquins e o Estado é visto, sempre, como necessariamente “de exceção”.

Se alguém tiver interesse em compreender a diferença entre totalitarismo e autoritarismo, sugiro uma lida num livro de Fernando Henrique Cardoso, publicado pela editora Paz e Terra em

1975, cujo título é “Autoritarismo e Democratização”.

Liberais brasileiros, “ma non troppo”

Chegamos aos liberais brasileiros. O pai do liberalismo, John Locke, em 1690, assinalou, no seu “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, que o justo direito de propriedade estaria vinculado ao trabalho e à necessidade para a subsistência. Neste caso, o direito à propriedade estaria vinculado à obrigação de produzir. Não era, na definição de Locke, uma possibilidade de alguns poucos que teriam mais méritos que outros, mas um direito universal fundado na garantia de disponibilidade de terra e bens suficientes para todos. O que o levava à condenação do desperdício ou do individualismo possessivo. Como destaca Marcello Otávio de Campos Basile, “considerava, assim, social e moralmente desonesta, e contrária à vontade de Deus, além de um desperdício, a apropriação de uma parcela maior do que a necessária para a sobrevivência e o bem-estar do indivíduo e de sua família, pois isto resultaria em que nem todos pudessem ter acesso à terra, colocando uns (os despossuídos) na dependência de outros (os proprietários)”⁸.

Começo com esta passagem para evidenciar o quanto os liberais tupiniquins se apresentam como tal como

mera conveniência moral. Somente uma minúscula exceção dentre nossos liberais brasileiros defende a reforma agrária como justiça ao direito de todos terem propriedade. Ao contrário, nos cansamos de ouvir impropérios de tantos liberais de botequim afirmando que toda intervenção na lógica “natural” da economia é coisa da esquerda “bolivariana”.

A base deste desvio discursivo está no elitismo e na defesa da meritocracia – o que conspurca contra qualquer possibilidade de direito como universal à condição humana – como garantidores da desigualdade entre os homens. O que, por consequência, macula a noção de Estado de Direito.

Nossos liberais invariavelmente se aproximam dos conceitos neoliberais, aqueles que sustentam que qualquer política de promoção social com custos estatais seria uma injustiça para aqueles que conquistaram, com próprio esforço, um lugar no topo do ecossistema social da humanidade. Esta foi a sugestão do mais cruel dos neoliberais, o norte-americano Robert Nozick, em especial, na sua obra “Anarquia, Estado e Utopia”⁹. Nozick, é bom que se diga, sempre esteve filiado à tradição libertária (ou “libertarista”) dos EUA, aquela que afirma que os indivíduos têm direito ao porte de arma e o seu uso para defesa da propriedade e do que definirem como seu direito individual.

8 Ver BASILE, Marcello Otávio de Campos. “A reforma agrária cidadã: o plano do grande Fateusim Nacional”, In Estudos Sociedade e Agricultura, 10, abril 1998: 95-117. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/basile10.htm>>

9 NOZICK, Robert. Anarquia, estado e utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Norberto Bobbio no seu ensaio “O Futuro da Democracia”¹⁰ enfrentou esta suposição neoliberal como um desca-so perigoso contra a lógica democrática e, portanto, contra o Estado de Direito. Bobbio começa indicando como os neo-liberais defendem, no limite, políticas de proteção aos menos privilegiados, mas nunca as de promoção (que retirariam os homens da penúria e os promoveria à condição superior, afeta à dignidade humana). Bobbio se aproxima, por aí, das teses liberais do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen¹¹. “Atenuar, mas não exterminar a desigualdade social”, esta seria a máxima neoliberal. Mas, res-salta Bobbio, se a democracia é fundada no direito do povo se exprimir através do voto e, se a maioria do povo for pobre ou viver em condições precárias, não seria legítimo - a base do Estado de Direito - a imposição de políticas de promoção so-cial oriundas do desejo que esta maioria expressa em seu voto?

Em outras palavras, como os libe-rais brasileiros podem se dar ao direito de invalidar a vontade popular? Como podem sugerir que políticas de promo-ção social são inflacionárias e nocivas à justiça pública se é justamente uma in-tenção expressa em voto, como ocorreu na eleição de 2014? No que se baseiam no eufemismo que inventaram há dois anos, o tal de “bolivarianismo” que mui-to grita e pouco diz, para desqualificar a vontade popular?

Bobbio esclarece, à página 123 do livro citado (6ª edição, Paz e Terra, 1997):

Não deixa, entretanto de ser ilumi-nante a ideia de Max Weber — retomada, desenvolvida e divulgada por Schumpeter — de que o líder político pode ser compa-rado a um empresário cujo rendimento é o poder, cujo poder se mede por votos, cujos votos dependem da sua capacidade de sa-tisfazer interesses de eleitores e cuja capa-cidade de responder às solicitações dos elei-tores depende dos recursos públicos de que pode dispor. Ao interesse do cidadão eleitor de obter favores do estado corresponde o interesse do político eleito ou a ser eleito de concedê-los. Entre um e outro estabelece-se uma perfeita relação de do ut des: um através do consenso confere poder, o outro através do poder recebido distribui vanta-gens ou elimina desvantagens.

Eliminar desvantagens faz parte do jogo de legitimação do governante que tem origem no voto.

Enfim, nossos liberais de conve-niência não defendem plenamente o Estado de Direito como aquele fundado na igualdade formal entre cidadãos – in-dependente da sua origem de classe ou grau de instrução – e que se expressa pelo voto. Pelo voto temos nosso desejo plasmado nas instituições de represen-tação política. As políticas públicas nada mais são – ou deveriam ser – que o dese-jo da maioria documentado no voto.

10 BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

11 Ver, entre outros, SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2010; SEM, Amartya. Sobre Ética e Economia. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

A esquerda brasileira como guardiã do Estado de Direito

Não é por outro motivo que coube à esquerda, aquela que adotou a democracia como valor universal – o que elimina a esquerda ortodoxa que não compreende o Estado como espaço de disputa de interesses, mas como limitado espaço de administração dos interesses da classe dominante –, se constituir na guardiã do Estado de Direito em nosso país. Não somente a esquerda, mas forças de centro-esquerda incluídas, aquelas que envolvem liberais clássicos ou radicais, cristãos progressistas e socialdemocratas. Este bloco foi, inclusive, responsável por grande parte da formulação das conquistas de caráter participacionista em nossa última Constituição Federal (em especial, os artigos 1º, 14 e 204). E é justamente esta formulação a que Ives Gandra Martins, o “intelectual orgânico” dos neoliberais tupiniquins, apelidou de “bolivarianismo” brasileiro.

A partir das declarações do advogado da Opus Dei, um séquito o seguiu cegamente, alimentado pelo que uma linha de estudos da psicologia norte-americana denomina de “viés de confirmação”. Autores como Raymond Nickerson¹² e Clifford Stott¹³ sugerem reações aparentemente irracionais em atos coletivos ou multidões, fundadas na tendência de

interpretar ou até mesmo pesquisar informações que confirmem sua crença ou preconceito, numa espécie de viés cognitivo ou erro de raciocínio indutivo.

À esquerda brasileira coube nos últimos anos defender o conceito de direito universal como conjunto de normas que definem a dignidade humana ou a garantia da existência humana digna. Não se trata de um patrimônio das esquerdas mundiais, nem mesmo identidade única do programa ou projeto de esquerda. Mas, no caso brasileiro, os liberais tupiniquins, com raras exceções, deslizaram suas convicções teóricas para o restrito campo das tecnalidades da condução da economia nacional, deixando a defesa do Estado de Direito à sorte das esquerdas. Na prática, a defesa do Estado Mínimo contradiz a lógica da defesa da igualdade formal pregada pelo liberalismo clássico.

Esta é a trilha para compreendermos os motivos da defesa dos direitos humanos, dos direitos civis e das políticas distributivas e equitativas se limitarem ao bloco político liderado por grande parte da esquerda brasileira¹⁴. Evidentemente que tal desvio da lógica liberal reduz a capacidade dos valores democráticos se firmarem como valores hegemônicos em nosso país. O que nos remete à necessidade de formação humanista em nossa política educacional.

12 Raymond S. Nickerson é psicólogo americano e professor de pesquisa na Universidade Tufts, no departamento de psicologia. É o editor fundador do *The Journal of Experimental Psychology*.

13 Clifford John Thornton Stott é professor de psicologia social na Keele University, especialista em psicologia de multidões, identidade de grupo e hooliganismo no futebol.

14 O discurso identitário, contudo, retomaria parte da agenda de direitos civis pelo prisma ultraliberal, individualista e biológico, fomentado por fundações empresariais.

4. O PT ENVELHECE

Outro dia, um internauta criticou minhas postagens por serem muito negativas em relação ao PT. Talvez, o internauta não tenha lido minhas notas sobre os outros partidos políticos brasileiros. A questão de fundo é que tenho dúvidas se os partidos políticos – surgidos originalmente no século XVIII – mantêm o poder de representação político-social numa sociedade gelatinosa, móvel, provisória como a atual. As “estruturas totais” do mundo moderno, avalio, desmancham no ar.

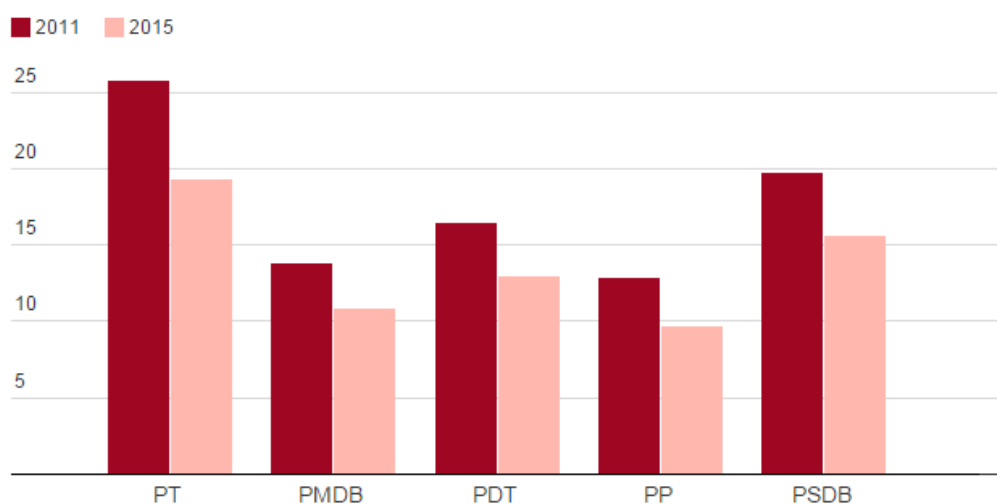
Mas, minha breve análise neste texto será sobre o PT.

O que ocorre com o PT, em primeiro lugar, é desgaste de material.

Começemos pela superfície: os filiados são cada vez mais velhos. Segundo dados da Justiça Eleitoral, desde 2011, a proporção de jovens entre 16 e 34 anos que são filiados ao PT caiu de 25,7% para 19,2%. Segundo a Folha de S. Paulo, foi a maior redução entre os cinco maiores partidos brasileiros (PT, PMDB, PP, PSDB e PDT). Embora seja um fenômeno generalizado – a redução de jovens filiados atingiu todos os partidos – vale registrar que o PT deixou de ser atrativo como instrumento de inovação.

PORCENTAGEM DE JOVENS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FILIADOS

Participação da juventude cai nas principais siglas



Fonte: TSE
infográficos da Folha

Fonte: TSE. Infografia: Folha.¹⁵

15 Ver em: <<https://www.folhapolitica.org/2015/12/em-4-anos-proporcao-de-jovens-no-pt-cai.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1722870-em-4-anos-proporcao-de-jovens-no-pt-cai-mais-do-que-em-outras-siglas.shtml>>.

Na outra ponta, o PSOL parece herdar este poder de atração de jovens: 40,3% de seus filiados estão na faixa etária indicada acima.

Destaco, aqui, três hipóteses explicativas.

A primeira: tantos anos de governo inocularam um espírito conservador no partido que almeja ser dos trabalhadores. Conservador no sentido de conservar o poder conquistado o que, na prática lulista, significou distribuir cargos a partir das correntes em função do seu poder de apoio ao governo. Foi assim com as forças aliadas – tanto partidárias como de órgãos de representação da sociedade civil – e foi assim em relação às correntes internas. Lula, inclusive, motivou disputas acirradas entre correntes internas para conquista de um ministério (eu acompanhei de perto o que ocorreu no início da segunda gestão Lula em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário) de forma que o empossado assumia o cargo enfraquecido, já acompanhado de sua oposição interna. A estrutura de poder, enfim, enrijeceu a própria luta interna e a vinculou à ocupação de cargos governamentais.

O PT mergulhou nos escaninhos do poder palaciano e se afastou das disputas reais, longe da Corte, aquelas que ocorriam nas ruas. Perdeu os ouvidos e, logo depois, a musculatura. Assim, se tornou a fonte empírica dos estudos so-

bre cartelização dos partidos contemporâneos (o conceito de partido cartel foi criado originalmente por Richard Katz e Peter Mair¹⁶, em meados dos anos 1990), aqueles que sobrevivem à sombra do Estado, tanto para se financiar, como para abastecer suas bases territoriais com políticas públicas. O PT envelheceu porque deixou de ser um elemento da paisagem cotidiana da vida do “homem simples” (roubo o termo de José de Souza Martins¹⁷). Deixou de montar barracas nos logradouros públicos para vender bottons e camisetas, de distribuir jornais e abaixo-assinados, de intervir em reuniões de associações de bairro. E tomou gosto pela Corte.

Segundo: o envelhecimento do partido. As opções de sobrevivência partidária contaminaram o processo decisório do PT. As representações setoriais (como o da juventude) foram se submetendo e se subordinando às estruturas centrais. A autonomia, palavra usada ao limite do desgaste nas primeiras duas décadas de existência da sigla, foi substituída pela “linha justa”. De tal sorte que os expoentes da juventude petistas passaram a adotar todos os vícios da burocracia partidária: discursos fechados e autistas; vínculos diretos com gabinetes ministeriais e parlamentares; ação privilegiada no campo institucional; palavras de ordem focadas na defesa das estruturas de poder e não nas demandas sociais

16 Ver, entre outros, KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Cadre, Catch-All or Cartel? A Rejoinder. *Party Politics*, 2 (4), p. 525-534, 1996.

17 MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2012.

do segmento que procurava representar; incapacidade de formulação.

Enfim, as estruturas de poder internas tentaram enquadrar a realidade. Mesmo sendo tão óbvio que a realidade é muito mais dinâmica que as instituições, em especial, as partidárias (que em nosso país não merecem a confiança de mais de 5% da população). A rigidez de comando e o alinhamento entre governo, burocracia partidária e militância, esclerosaram este que foi o maior partido da esquerda nacional. Erro, aliás, histórico da esquerda mundial e que o PT tentou refutar quando da sua criação, quase que sendo textual em seu Manifesto de lançamento.

Apenas para constar, Lênin, em novembro de 1920, já sustentava o desastre da burocratização partidária e sugeria um combate a este erro estratégico que denominou de “métodos burocráticos”, sobrepondo os escalões superiores do partido aos escalões superiores estatais (cf. “Nossa situação interna e externa e as Tarefas do Partido”, 21 de novembro de 1920¹⁸). Esta passou a ser uma obsessão de Lênin. Tanto que em 1922, já afirmava que o pior inimigo interno era o burocrata (cf. “A situação interna e externa da República Soviética”, 6 de março de 1922¹⁹). Finalmente, no ano seguinte, escreve seu último artigo,

“Melhor Poucos Mas Bons”²⁰, denuncia os burocratas do partido, remetendo a outro artigo em que afirmava que o Estado Soviético se parecia cada vez mais com o velho aparelho czarista. Neste seu último artigo, chega a sustentar que nada pode ser esperado do comissariado do povo (se referindo à Inspeção Operária e Camponesa). Imagine, leitor, o impacto desta observação para aquele que dedicou sua vida à destruição das estruturas de poder que percebia ressurgir sob seu comando.

O PT “pragmático” da segunda metade dos anos 1990 desconsiderou toda esta história de erros e a repetiu, como abelhas em busca de mel, com todos os petistas alinhados num verdadeiro “estouro da manada”. O que acabou por transformar o discurso oficial num olhar seletivo e enviesado sobre a realidade, onde a análise rigorosa e longitudinal foi substituída pela eleição de fatos que tinham o mero objetivo de confirmar a “linha justa” adotada pela burocracia partidária. Assim, seus erros foram imputados às distorções dos noticiosos tupiniquins, do conluio do poder judiciário, da traição dos aliados, do cenário internacional desfavorável. O partido, enfim, era cercado por uma comédia de erros em que só sobrava a si mesmo como garantidor da saúde mental nacional. Surpreendentemente, esta lógica ao esti-

18 LÊNIN, “Nossa Situação Externa e Interna e as Tarefas do Partido”, 21 de novembro de 1920, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 31, pp. 421/2.

19 LÊNIN, “A Situação Externa e Interna da República Soviética”, 6 de março de 1922, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 33, p. 225.

20 LÊNIN, “Melhor Poucos mas Bons”, 2 de março de 1923, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 33, p. 494.

lo machadiano (aquele do “O Alienista”²¹) já havia se repetido quando o “Partidão” [PCB] era liderado por Prestes e até mesmo pelo momento mais claustrofóbico das esquerdas brasileiras, quando algumas organizações se armaram para lutar pelos direitos da massa trabalhadora que os desconhecia. Haveria, enfim, uma necessidade histórica das esquerdas brasileiras saberem enfrentar o desafio de governar sem perder sua alma?

Terceiro: a burocratização que se identifica com o próprio aparelho de Estado e a subordinação das estruturas de representação setorial ao controle central da burocracia partidária ou a mudança do ideário partidário que rebaixa o ímpeto libertário de nossos jovens.

Os jovens brasileiros sempre emergiram em crises políticas nacionais, desde 1950. Neste século, retornaram com algumas novidades. A primeira, de natureza identitária: não se atraem por partidos, mas por movimentos fluidos, rebeldes, radiculares, móveis e espetaculares. São mais autonomistas que os “caras pintados” dos anos 1990, que seguiam as organizações estudantis. São mais culturalistas, focados em aspectos comportamentais, retomando certa lógica dos jovens do final dos anos 1960 e início dos 1970. O PT teria tudo para atrair essa “nova juventude engajada” em virtude da autonomia ser um de seus princípios fundantes. Mas, como vimos, autonomia como valor ficou para as bibliotecas do partido.

A novidade em relação ao levante da juventude em meio à maior crise política brasileira desde o fim do regime militar é a emergência de um bloco fascista. Parte da juventude tupiniquim não se pauta exclusivamente pela garantia da democracia e ampliação dos direitos sociais.

Esta é uma mostra cabal das dificuldades do PT manter sua tradição e capacidade política original. Em algum momento de sua história recente, perdeu as ruas, seu olhar sobre elas e seu talento para dialogar com elas.

Assim, o partido que governa o Brasil há mais de uma década, até então o maior partido de esquerda da América Latina, aquele que foi considerado o sopro de inovação pela esquerda europeia, encontra-se, neste momento, numa situação paradoxal, envelhecido pelo poder que adquiriu e relutante em considerar seus princípios e sua história. Debate-se para se manter onde chegou com discursos sem viço, que evidenciam falta de apuro ou mesmo esforço em tentar convencer. Debate-se como se pressentisse o abate. Não comove. E, pior, vive do passado, da memória afetiva dos mais velhos, assim como viveu por algum tempo o Partido Trabalhista Inglês (e outras agremiações de massas da esquerda internacional). A reação dos dirigentes atuais do PT às manifestações de junho de 2013 já indicava o buraco em que o partido se meteu. De antemão, revelaram que o novo se apresentava como um perigo. O novo, realmente, parece se apresentar

21 ASSIS, Machado. O Alienista. São Paulo: Moderna, 1995.

como um perigo. Justamente porque o PT envelheceu e, neste momento, inveja os que ameaçam sucedê-lo.

5. OS EMPRESÁRIOS DA COMUNICAÇÃO E A TRISTE REALIDADE DO JORNAL ESTADO DE MINAS

Nesta segunda-feira, dia 28 de dezembro, os trabalhadores do jornal O Estado de Minas farão nova paralisação em protesto pelo não recebimento de seu 13º salário. No último dia 21, já havia ocorrido uma primeira paralisação pelo mesmo motivo, envolvendo jornalistas e radialistas da TV Alterosa, O Estado de Minas e jornal Aqui, todos do grupo Diários Associados. A situação chegou a este termo após 39 reuniões de mediação no Ministério do Trabalho envolvendo trabalhadores e empresa, sem que fosse apresentada nenhuma proposta para saldar os passivos trabalhistas.

Não se trata de um jornal qualquer. Trata-se de um patrimônio de Minas Gerais.

Fundado por Pedro Aleixo e Mendes Pimentel (que seria reitor da UMG, depois UFMG) em 1929, teve Tancredo Neves como secretário de redação. Aliás, esta é uma passagem importante para entender a lógica empresarial deste jornal. Em 15 de junho de 1929 o Estado de Minas transformou-

-se numa sociedade anônima, cujo controle acionário foi adquirido por Assis Chateaubriand, futuro proprietário dos Diários Associados. Chateaubriand entregou a direção do jornal a Dario de Almeida Magalhães, que, por sua vez, nomeou Milton Campos redator-chefe, Tancredo Neves secretário de redação (então com 19 anos), Pedro Aleixo presidente da empresa e José Maria Alkmim gerente. Como se percebe, o jornal nasceu sob o signo da conspiração política. Fernando Moraes, no livro que escreveu sobre Chateaubriand²², assinala que na conspiração política da Aliança Liberal os jornais adquiridos pelo empresário se constituíam em um de seus pilares (incluindo O Jornal e Diário da Noite, no Rio de Janeiro; o Diário de Notícias, de Porto Alegre, comprado com ajuda da Aliança Liberal; O Cruzeiro e O Estado de Minas). No mesmo livro, Moraes afirma que Chatô teria dito, assim que fechou negócio (e após receber as lamúrias dos redatores de então): “é isso mesmo que eu esperava: comprar um cemitério”.

Nos anos 1960, o Estado de Minas competia com um jornal da Cúria Metropolitana, a Folha de Minas, o Diário de Minas e o semanário Binômio. Por ter apoio financeiro de apoiadores de JK, passou a contar com muitos anunciantes durante o período de ascensão política de Juscelino.

Até que Chateaubriand mirou em João Goulart e começou a vir frequentemente para Belo Horizonte onde se aliou a Magalhães Pinto para combater

22 MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

o “comunismo emergente”. Desta aliança afluíram mais anúncios de empresas nacionais e internacionais.

Com o golpe militar, a concorrência minguou. A partir daí, o jornal passou a ser um “player” político no Estado, sempre adotando tom conservador. Muitos autores destacam o editorial “Minas e Revolução”, publicado no jornal em 6 de abril de 1964, como emblemático de seu alinhamento político-ideológico, mas também mercadológico. O editorial re-priminava os que “ontem entregavam a pátria aos flibusteiros de Cuba”. Vai além e ataca a UNE como “célula do Partido Comunista”, cuja sede, destacava, teria sido incendiada por “populares”.

O império de Assis Chateaubriand chegou a contar com 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, restando, hoje, os veículos mineiros, o *Correio Braziliense* e dois jornais no Nordeste. O *Estado de Minas* é considerado o carro-chefe do grupo.

Entre 2012 e 2013, o jornal sofreu uma queda de circulação da ordem de 11,4%. Entre 2013 e 2014, a queda foi de 17,3%. Já seu concorrente, o jornal O Tempo, teve crescimento de circulação da ordem de 30%.

Em dezembro de 2013, o jornal demitiu 53 funcionários. Em janeiro de 2015, mais 13 demitidos. As decisões empresariais foram equívocos sucessivos: uma demissão política do jornalista João Paulo Cunha e o fechamento da

Rádio Guarani, uma das mais antigas de Minas Gerais, provocando uma forte comoção nas redes sociais.

Por lá passaram e ainda trabalham jornalistas premiados como Rubem Braga e Castelo Branco, Paulo Henrique Lobato, Daniel Camargos, Mateus Parreiras e Cláudio Arreguy, além de Amaury Ribeiro Júnior, que foi transferido do *Correio Braziliense* para o associado mineiro (três prêmios Esso, quatro prêmios Vladimir Herzog e um dos fundadores da ABRAJI), autor do polêmico “Privataria Tucana”²³.

O Estado de Minas ganhou 33 prêmios Esso ao longo de sua história.

Trata-se do mais antigo jornal da capital mineira em circulação. Agora, circula com apenas dois cadernos que totalizam 24 páginas, algo muito distante do que ocorria em 2013, durante a gestão tucana em Minas Gerais, quando eram impressos quatro a cinco cadernos diariamente.

O que teria ocorrido? A partidari-zação.

O que foi a tônica do jornalismo brasileiro desde os anos 1930, o alinhamento partidário que conquistava benefícios em captação de anúncios, se tornou seletivo durante o regime militar. O professor Nilson Lage relata como a Rede Globo existe em função de benesses vindas de recursos públicos. Segundo o autor:

23 RIBEIRO JR, Amaury. A Privataria Tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

No início da década de 1970, a instalação de uma rede nacional de televisão era objetivo estratégico do governo. Para isso, expedições militares foram distribuídas pela Amazônia para instalar estações repetidoras de microondas e emisoras regionais que iriam constituir a Rede Amazônica. Os jovens oficiais envolvidos no projeto, nacionalistas, pretendiam que começasse ali a instalação de uma rede nacional de TV, com papel integrador semelhante ao outrora exercido pela Rádio Nacional. O argumento utilizado para frustrá-los foi que os empréstimos externos obtidos no Banco Mundial impunham a privatização. Roberto Marinho tentou, na época, apossar-se das emisoras amazônicas, mas houve resistência e elas acabaram sendo entregues a um empresário local. Marinho iria beneficiar-se com esse projeto da rede nacional. Foi graças a ele que arrancou o empréstimo da Caixa Econômica, casado com longo e generoso contrato publicitário do Banco do Brasil (programas inteiros em séries como “Amaral Neto Repórter” cobrados por segundo a preço de tabela), em troca do compromisso de transmitir em cores no sistema PAL-M (o PAL, Phase Alternative Line, alemão, modificado e adaptado para a frequência de 60 Htz), investir em engenharia de TV e extinguir os programas popularescos que caracterizavam a programação introduzida por força do acordo Globo-Time Life, de 1965 (programas como Seu Sete da Lira, Dercy Gonçalves e até o Chacrinha)²⁴.

O fato é que, durante mais de meio século o empresário de comunicação brasileiro foi induzido a imaginar que seu negócio se relacionava com acordos políticos com o governo de plantão. Até que os ventos mudaram em 2002. E mudaram sem mesmo o governo empossado ter consciência do que ocorria.

Pela primeira vez, os eleitores pobres romperam com o descaso histórico do processo eleitoral, dado que se tratava de disputa entre elites. Com as políticas de transferência de renda, o voto passou a ter interesse direto a este eleitorado até aqui sujeito às orientações dos “formadores de opinião”. A linha editorial dos jornais entrou em colapso porque toda voltada para setores médios e da elite cultural e política – alguns, até focando a elite econômica – do país. Com a desconstrução dos “formadores de opinião” clássicos, o quarto poder acusou o golpe.

O segundo golpe veio mais tarde, com a diluição dos anúncios oficiais. Situação que apenas arranhou parte do jogo de cartas marcadas existente. Para se ter uma noção, dos 3 mil veículos cadastrados no Núcleo de Mídia da Secom, do governo federal, do total de R\$ 161 milhões pagos aos meios de comunicação, durante a primeira gestão Dilma, R\$ 112,7 milhões couberam a apenas 10 empresas, enquanto as demais 2.990 dividiram os R\$ 48,3 milhões restantes. Entre 2011 e meados de 2012, a Globo

24 Ver AZENHA, Luiz Carlos. “Fabio Venturini: No golpe dos empresários, a mais beneficiada foi a Globo”. Website Viomundo, 27 de março de 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/fabio-venturini-no-golpe-dos-empresarios-se-uma-empresa-foi-beneficiada-a-mais-beneficiada-foi-a-globo.html>

Comunicação e Participações S.A. recebeu R\$ 52 milhões; a Record recebeu R\$ 24 milhões; a empresa Folha da Manhã S.A. recebeu R\$ 661 mil; a Infoglobo, que edita o jornal O Globo, R\$ 927 mil; o Estado de S. Paulo recebeu R\$ 994 mil e o portal UOL outros R\$ 893 mil.

A mera possibilidade de mudança no perfil da distribuição de recursos federais, em especial, após a posse de Franklin Martins, em 2007, na chefiada Secretaria de Comunicação Social, durante o governo Lula, gerou um clima de guerra e desespero entre o empresariado da comunicação nacional.

Deve-se ter em mente que o órgão que mais aumentou as suas despesas com publicidade durante a primeira gestão Lula foi justamente a Secom (quando dirigida por Gushiken), saltando de R\$ 32,148 milhões em 2003 para R\$ 97,034 milhões em 2004, um aumento de 33% nos gastos com publicidade.

Mas, a partir de 2007 houve esforços para fragmentar a distribuição da verba publicitária entre veículos menores, o que foi rapidamente sugerido pela grande imprensa como estratégia de cooptação.

Outra mudança foi a centralização da negociação com os principais veículos de comunicação realizada pela Secom desde 2003. A partir de então, uma tabela de preço de publicidade para cada veículo foi adotada, resultando na redução dos valores pagos, graças ao aumento do desconto para anunciantes do

Governo Federal conquistado junto aos diversos tipos de veículos.

O que vale destacar é que as regras do jogo mudaram. Mas o empresariado da área de comunicação em nosso país permaneceu como antes.

Assim, no caso específico de Minas Gerais, a simbiose eleição-negócio voltou à tona durante a eleição de 2014. Naquele momento, o risco do fluxo de recursos públicos parecia maior que em outros anos. O temor era concreto, já que muitos veículos tradicionais demonstravam queda de vendas e de anunciantes, mas também havia um quase pânico em virtude do aumento do discurso governamental pela democratização dos meios de comunicação. Tal discurso ganhava impulso com intervenções governamentais em países vizinhos, como ocorria na Argentina.

O fato é que a aposta e a partidarização descomunal empregada por parte do empresariado da comunicação mineira foi perdida. No caso do Estado de Minas, dirigentes do jornal subiram em palanques durante a campanha pelo governo federal. Manchetes e pesquisas divulgadas aos borbotões por vários veículos de comunicação de Minas Gerais foram desmoralizadas nacionalmente, até mesmo por outros veículos de comunicação, em especial, paulistas. A partidarização não afetou apenas a qualidade da imprensa mineira, mas foi além, colocando em risco o negócio como um todo.

Em outras palavras, o empresariado da área, em nosso país, não con-

seguiu se desvencilhar do vício de viver às custas dos recursos públicos. Não ingressou, ainda, no mundo capitalista. Não sabe disputar o mercado. Este vício parece corroer patrimônios mineiros como o jornal Estado de Minas. A cartelização parece atingir o pulmão deste tipo de imprensa.

Chegamos, então, nesta triste situação em que um patrimônio dos mineiros e empregos de tantos profissionais de peso esfarelam ao primeiro sopro de mudança da lógica de mercado por ausência de estratégia empresarial.

Talvez esta seja a lição maior: quem mais parece defender a livre iniciativa e a liberdade de imprensa é quem mais as colocaram em risco.

ANO 2016

6. O JOGO DURO DAS ELEIÇÕES DE 2016

Seremos 141 milhões de eleitores caminhando para a urna eletrônica em outubro próximo, em 5.570 municípios.

Não vai ser fácil para os candidatos a vereador e prefeito.

Primeiro, porque as regras mudaram. Entre 2013 e 2015, entraram em vigor três novas leis federais relacionadas ao pleito.

Começamos com a Lei nº 12.875 (de 30/10/2013). Altera algumas passagens da lei 9.096, de 1995. As alterações são as seguintes:

a) Sobre fusões ou incorporações partidárias, somam-se exclusivamente (esta palavra não estava na lei anterior) dos partidos fundidos ou incorporados na última eleição para a Câmara de Deputados para efeito de distribuição do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão;

b) Deputados federais que mudarem de partido não levarão seus votos para efeito de cômputo para o Fundo Partidário.

Outra lei nova é a 12.891 (de 11/12/2013), que ganhou o apelido de “minirreforma eleitoral”. É possível acessar um quadro comparativo entre esta lei

e a anterior, elaborado pelo TSE: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-quadro-comparativo-lei-12-891-versus-leis-vigentes>>.

As principais alterações, segundo parecer do Secretário Judiciário do TER/MS, Hardy Waldschmidt, foram:

a) alteração das hipóteses de cabimento do recurso contra a expedição do diploma;

b) nova regra para o cancelamento de filiação a um partido político. Antes desta lei, o filiado com dupla filiação partidária tinha que comunicar o presidente da agremiação seu interesse de desfiliação e comunicar o juiz eleitoral até o dia da nova filiação. Se o filiado não comunicasse o juiz ou o presidente do partido ao qual desejava se desfiliar, cairia na situação de dupla filiação, sendo vetadas as duas. Agora, havendo dupla filiação, valerá a mais recente e a Justiça Eleitoral cancelará as demais;

c) obrigatoriedade de publicação da ata da convenção. Além de fixar novo período destinado para a realização das convenções partidárias (12 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições), a minirreforma tornou obrigatória a publicação, em qualquer meio

de comunicação, da ata em 24 horas após sua realização;

d) novo prazo para substituição de candidatos. Tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, que poderá ser efetivada após esse prazo;

e) proibição de realização de enquetes durante o período de campanha;

f) fixação de limites para gastos de campanha com alimentação de pessoal, aluguel de veículos e contratação de cabos eleitorais: 10% para dispêndio com alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais e 20% para dispêndio com aluguel de veículos automotores;

g) quanto à veiculação de propaganda eleitoral: 1) proibição ao longo das vias públicas mediante cavaletes, bonecos e cartazes, 2) limitação do tamanho dos adesivos, 3) novas regras para circulação de carros de som e minitrios, 4) prorrogação do horário do comício de encerramento da campanha eleitoral e 5) novas regras

para a propaganda sob a modalidade de inserções;

h) inovação legislativa, tipificando como crime a conduta consistente na contratação de grupo de pessoas para denegrir a imagem ou ofender a honra de candidato, partido ou coligação pela internet;

i) possibilidade de manifestação e posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais antes do período destinado à realização de propaganda eleitoral;

j) fixação de limite máximo para o valor de cada parcela, em caso de fracionamento da multa eleitoral;

k) exame formal da prestação de contas;

l) novo critério para distribuição do tempo de rádio e televisão (Lei n.º 12.875/2013). Segundo Hardy Waldschmidt, “antes da minirreforma 66,7% do tempo destinado ao horário eleitoral era distribuído somente entre as agremiações com representantes na Câmara Federal e 33,3% entre estas e as agremiações sem representantes. Agora, 88,9% do tempo destinado será distribuído exclusivamente entre as agremiações com repre-

sentantes na Câmara Federal e 11,1% entre estas e as sem representantes”.

Finalmente, a Lei n.º 13.165 (de 29/09/2015). As principais alterações, segundo análise de Christine Rondon, Sirlanda Selau da Silva e Lúcio da Costa. A análise encontra-se neste link: <<http://costaadogados.adv.br/lei-131652015-principais-mudancas-da-minirreforma-eleitoral-2/>>. As alterações, segundo o autor, foram:

a) Redução do tempo da campanha eleitoral: a duração da campanha eleitoral foi reduzida para 45 dias se iniciando após o dia 15 de agosto (e não mais em 05 de julho);

b) Ampliação das restrições a campanhas eleitorais tanto, em bens públicos, de uso comum quanto, em bens particulares;

c) Redução do período de exibição e da duração dos programas de rádio e televisão;

d) Aumento das inserções de 30 a 60 segundos na propaganda rádio e televisão;

e) Redução da participação dos pequenos partidos no espaço de rádio e televisão e nos debates;

f) Ampliação do espaço das candidaturas femininas no horário de propaganda eleitoral;

g) Fim, graças ao veto da Presidenta, do financiamento empresarial de campanhas eleitorais por partidos políticos;

h) Fixação de limites de gastos para as campanhas eleitorais, mas de forma tal que preservada a possibilidade de gastos milionários;

i) Restrição aos candidatos (as), mesmo que beneficiado o partido, das sanções por violação das normas eleitorais;

j) Simplificação da prestação de contas;

k) Redução do prazo de filiação: o tempo de filiação partidária foi reduzido para 6 meses, sendo que o domicílio eleitoral permanece sendo obrigatório de no mínimo um ano;

m) Abertura de prazo para que o detentor de mandato eletivo possa trocar de partido, sem perder o mandato. A mudança de partido, sem perda de mandato, pode ocorrer dentro do período de 30 dias que antecede o prazo de filiação em lei para ser candidato. A mudança de partido também pode

ocorrer por justo motivo: mudança ou desvio do programa partidário ou discriminação política pessoal;

n) Limitação da responsabilidade dos dirigentes partidários diante de ilícitos cometidos por partidos;

o) Previsão da realização de novas eleições majoritárias quando cassado mandato do eleito (a).

Lembremos, ainda, que o STF declarou inconstitucionais as doações empresariais para candidatos e partidos.

A vida do candidato ficou mais difícil.

Além das mudanças na legislação, temos o desencanto do cidadão com o nosso sistema partidário. Segundo o Datafolha, 58% dos eleitores de nosso país não votariam se não fossem obrigados. Nunca este índice foi tão alto. Os que votariam estão, em sua maioria, residindo na região sul (48% deles afirmam que votariam em qualquer situação), são ricos (62% deles) e são simpatizantes do PT ou PSDB (57%, cada um).

Os desencantados são menos escolarizados (65%), mais pobres (64%) e moradores da região Nordeste (65%). Este é o perfil do cidadão brasileiro que normalmente imaginou uma eleição como jogo da elite econômica. Com as políticas de transferência de renda, imaginaram que este jogo também seria seu.

Houve nítida mudança de seu comportamento a partir de 2006. Contudo, como vemos, com a crise econômica e política, tudo voltou à “normalidade” da cidadania passiva brasileira.

Tal situação impacta na motivação do voto em outubro deste ano.

O Senado publicou um estudo intitulado “O que reelege um prefeito?” onde conclui que gastos públicos têm relação direta com a chance de reeleição. Um prefeito que tenha reduzido em 10% a despesa corrente ao longo do mandato teve uma probabilidade de reeleição de 28%. Já aquele que aumentou a despesa em 50% teve essa chance ampliada para 43%. Portanto, a caneta continua sendo o melhor discurso de campanha nos nossos municípios. Mas, como estamos em período de seca, com falta de recursos até para pagar o funcionalismo, a tendência é de dificuldade para os atuais líderes locais se reelegerem.

Vejamos mais de perto a probabilidade de reeleição dos prefeitos.

Em 2012, dos mais de 2,7 mil prefeitos que buscaram a reeleição, 55% tiveram sucesso, menos que em 2000, 2004 e 2008. Segundo estudo da Confederação Nacional de Municípios, 3.659 prefeitos poderiam concorrer à reeleição em 2012, mas apenas 2.736 se jogaram nesta empreitada. A taxa é de 74,8%, inferior à de 2008 (78,6%), mas acima de 2004 (63,3%) e 2000 (62%).

Em termos absolutos, os três estados com mais municípios foram os que

tiveram mais prefeitos reeleitos: Minas Gerais (185), São Paulo (182) e Rio Grande do Sul (163). Proporcionalmente, a taxa de reeleição foi liderada por Rio Grande do Norte (69,7%), Paraíba (68,4%) e Rio Grande do Sul (67,3%).

A paisagem aparenta ainda mais desolação quando analisamos a projeção do IBOPE divulgada no último dia 4. Segundo pesquisa feita para O Estado de S. Paulo, menos de um terço dos brasileiros pretende votar no prefeito da cidade onde mora (22%) ou no candidato indicado por ele (8%). A maior parte prefere alguém de oposição (40%) ou diz que não votará em ninguém (16%). O restante não sabe ou não respondeu.

Portanto, a tendência para logo mais é de uma renovação expressiva no comando de nossos municípios.

A tendência oposicionista é mais acentuada no Norte e no Centro-Oeste (46%, contra 23% dos governistas) e no Sudeste (42% a 24%), do que no Sul (27% a 33%) e no Nordeste (39% a 41%).

Venho sugerindo que o PT sofrerá seu mais forte revés nas eleições de outubro, em especial, em São Paulo, tendo como exceção Minas Gerais e, possivelmente, Bahia. A pesquisa IBOPE indica que, com efeito, a margem de possibilidade de reeleição de prefeitos petistas é baixa: prefeitos petistas (17%) e seus candidatos (5%) têm, em média, 22% das intenções de voto, contra 33% para oposicionistas. Mas há uma margem de mudança: as cidades administradas pelo PT concentram a maior taxa de indecisos:

29% declararam que não votarão em ninguém e 16% não souberam responder.

O PMDB vive uma situação ainda pior, embora a grande imprensa tente expressar o contrário. A intenção de voto nos prefeitos peemedebista é de 14% (no PT, como vimos, é de 17%) e para os candidatos apoiados por eles é de 10% (5%, no caso do PT). Contudo, a declaração de voto em candidatos de oposição aos prefeitos peemedebistas é a mais alta entre todos os partidos: 49%.

Venho, ainda, sugerindo que a crise do PT não gera o ressurgimento do PSDB como alternativa de poder para o eleitor, o que configura um impasse ou um sistema partidário em frangalhos. Pois bem, a pesquisa IBOPE revela que embora prefeitos tucanos tenham taxas de apoio mais altas do que petistas e peemedebistas (26% + 6% a candidatos apoiados por eles), a parcela dos eleitores de municípios governados pelo PSDB que declaram intenção de voto em candidatos de oposição é alta: 45%.

Não sei se perceberam: nos redutos governados pelo PT, 33% dos eleitores afirmam que votarão em candidatos oposicionistas; nos redutos governados pelos peemedebistas, 49% dos eleitores afirmam que votarão no candidato da oposição; e nos redutos dirigidos por tucanos, 45% dos eleitores declaram voto na oposição. Enfim, a situação dos petistas é crítica, mas é a melhor entre os três

partidos hegemônicos do sistema partidário tupiniquim.

Como dizia, a vida dos candidatos a vereador e prefeito neste ano não será nada fácil.

7. NÃO SÃO SÓ 30 CENTAVOS!

Tudo começou em janeiro de 2013. Naquele ano, foram 20 centavos de aumento. Mas, é verdade, Marx já mandou para o espaço a repetição de um fato histórico (embora já havia escrito uma tese sobre Epicuro e sobre a possibilidade de ruptura de toda existência relativa). Então, se em 2013 não foram só os 20 centavos que criaram o tsunami de protestos durante três semanas consecutivas de junho, o que podem fazer os 30 centavos?²⁵

O que as teorias sociais sugerem como estopim para um ato de rebeldia em massa? A quebra do código moral que nos une, os valores que, de alguma maneira, prometem estabilidade individual e social. As garantias que o futuro pode ser melhor do que a vida que vivemos. Sem tais garantias, brota o sentimento de injustiça e um ato simbólico – a abordagem policial de um pobre vendedor ambulante egípcio que acaba por humilhá-lo a tal ponto que ele acaba ateando

25 Trata-se da mobilização convocada pelo Movimento Passe Livre no início de 2016, contra o reajuste das tarifas de ônibus na capital paulista (de R\$ 3,50 para R\$ 3,80) e capital do Rio de Janeiro (de no Rio, foram de R\$ 3,40 para R\$ 3,80).

fogo em si mesmo, ou a brutalidade da PM contra jovens que protestam pacificamente nas ruas da capital paulista – pode ser a senha para a indignação se espalhar por quilômetros e quilômetros, envolvendo grupos e pessoas que nunca se viram ou mesmo saíram às ruas.

Mas, em 2013, qual código moral havia sido rompido para gerar três semanas de agitação constante?

Naquele ano, em janeiro, já havia ocorrido uma manifestação modesta, em Porto Alegre, contra o aumento de passagens de ônibus municipal. Estudantes secundaristas paulistanos saíram às ruas contra aumentos similares. Em São Paulo, bloquearam ruas e queimaram catracas. Nos dias seguintes, novos atos na capital paulista, envolvendo regiões periféricas, com M´Boi e Grajaú. Os atos de protestos e rebeldia juvenil ganharam intensidade no início de junho, a partir do dia 2, liderados pelo Movimento Passe Livre (MBL). No dia 10, foi a vez do Rio de Janeiro entrar neste circuito.

Naquele momento, a mobilização estudantil não catalisava o sentimento de insegurança que sorrateiramente envolvia grande parte da população brasileira. Insegurança que revelou sua face em maio de 2013, quando um simples boato sobre o fim do Bolsa Família fez com que 920 mil beneficiários sacassem todo dinheiro depositado nas suas contas da Caixa Econômica Federal em apenas três dias. Justamente o segmento social que mais apoiava, até então, o governo federal. A paranoia tinha relação com o fim

da onda Brasil Grande, que havia atingido seu ápice em 2010, mas que a partir de 2011 vinha perdendo brilho e firmeza. O país ingressava numa modorra econômica, com perda de importações chinesas e argentinas (que, somados aos EUA, formam o tripé dos destinos das exportações brasileiras) e aumento gradativo da pressão inflacionária. O governo, ainda em 2011 e 2012, tentou forçar o crédito bancário barato para as compras de famílias de baixa renda. Mas, a partir daí, a reação empresarial foi num crescendo. Algo estava errado no motor do carro, na promessa de gigantismo, de potência mundial.

Mas, as manifestações de junho foram jovens (entre 14 e 24 anos, segundo várias pesquisas realizadas no período), em sua maioria com ensino superior iniciado ou concluído, um terço deles com renda familiar superior a 10 salários-mínimos e outra porção pouco abaixo de um terço com renda familiar entre 5 e 10 salários-mínimos. Não eram filhos de quem ganhava Bolsa Família ou que vivia precariamente.

2013, enfim, foi uma novidade e inovação. Pegou o país – incluindo governos – desprevenido. A reação violenta da PM paulistana, absolutamente desproporcional ao que ocorria, despertou o recall em jovens que são humilhados na periferia e a revolta de jovens que buscam se construir autonomamente no mundo dos adultos. O país vivia o início do fim do sonho do Brasil Potência, do consumo desenfreado, do sucesso indi-

vidual e familiar, de todos se sentirem no topo do mundo.

O que temos em 2016?

A novidade não existe mais. A grande imprensa e parte significativa dos analistas sociais e políticos estão atentos, perseguindo os passos do MPL e analisando cada situação das manifestações contra o aumento de 30 centavos nas passagens de ônibus em várias capitais (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Boa Vista e Florianópolis já aumentaram no início de janeiro, mas apenas Macapá, Porto Velho, Recife, Vitória e Brasília não tinham previsão de reajuste). O fator surpresa não existe mais. Não há tranquilidade para avaliar cada ação e corrigir erros. As manifestações mais fortes se concentram, neste janeiro de 2016, em São Paulo, mas envolveram Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. Em São Paulo, as manifestações ocorrem nas regiões de maior visibilidade (centro e Avenida Paulista), mas também, na periferia (nunca registradas pelo jornalismo televisivo nacional), como Pirituba, São Miguel e Campo Limpo.

A violência da PM, em especial, a paulista, continua presente. Um fator que, parece, nada a altera, sendo um fator previsível de estímulo de novas revoltas. Talvez, seja o fator mais importante e constante que alimenta a probabilidade de um novo 2013. A PM de São Paulo continua batendo, sem dó e sem razão alguma. Uma PM selvagem e desprovida de inteligência política. A imagem mais forte neste ano foi um policial “plantan-

do” um artefato – as matérias de jornal citam como “suposto explosivo” – na mochila de um manifestante, flagrado e noticiado na UOL e Folha. Utilizaram o “Caldeirão de Hamburgo” no final da Avenida Paulista, à luz do dia, cercado manifestação pacífica, que também foi facilmente e fartamente registrada em centenas de fotos tiradas de celular (dos prédios, em especial, criando uma qualidade artística razoável).

O principal fator negativo para que o movimento ganhe volume neste ano é a recall da ação Black Bloc. Em 2013 e 2014, foram amplamente condenadas pela opinião pública, registrada em diversas pesquisas de opinião. Vários governos estaduais e o federal utilizaram este vento favorável para desfechar uma campanha contra o que denominou de terrorismo. Este foi um fator decisivo para perda de apoio popular. E isolou politicamente as lideranças de várias manifestações, abrindo espaço para que manifestações a partir do final de 2014 e início de 2015 fossem lideradas por jovens de extrema direita. 2013, é bom que se diga, não tinha orientação de direita - a despeito de terem participação em manifestações específicas e, principalmente, em São Paulo -, mas anarquista e autonomista.

Um fator negativo secundário é a crise econômica que se associa à crise generalizada do sistema político nacional. O que pode parecer um alimento à revolta vem se constituindo num esgotamento acelerado das opções e alternativas da população brasileira. Como a re-

volta “dos de baixo” em 2013 não gerou nenhuma mudança, a memória negativa pode gerar uma cidadania passiva ou crítica intelectual com ausência de reação política. Uma apatia fundada na descrença e frustração.

Contudo, reação popular não tem muita relação com matemática, o que contraria algumas teorias norte-americanas. Se ocorrer nova onda de protestos, dificilmente famílias e adolescentes ingênuos voltarão às ruas como em 2013. Este apoio popular indistinto, pluriclassista e heterogêneo possivelmente se desfez com a reação governamental e a paranóia em relação à ação Black Bloc.

Ao contrário, se a onda de protestos voltar a se formar, o confronto ideológico de rua será uma quase certeza. De um lado, porque as manifestações de 2016 começaram em São Paulo, lideradas novamente pelo MPL, cidade palco das ocupações de escolas estaduais pelos secundaristas que se opuseram ao governo Geraldo Alckmin. De outro, porque durante todo primeiro semestre do ano passado, a direita saiu às ruas, pregando impeachment e golpe militar e nada sofreram. Não foram processados ou intimidados como os manifestantes de 2013 e 2014. A impunidade para a direita está dada.

Os protestos de 2016 podem ser mais fáceis de analisar que os de 2013, mas são igualmente imprevisíveis. Os fatores para seu fracasso ou sucesso estão parelhos.

Mas, uma coisa é certa: não são só os 30 centavos.

8. DILMA: ENVELHECIMENTO PRECOCE E PANELEIROS

Há sinais de esgotamento do Brasil Profundo. Aquele silencioso, que não sai às ruas e não bate panelas. Um Brasil que aprendeu que quando as elites brigam, a conta sobra para eles.

O PT virou elite política brasileira com o lulismo. E se tornou um partido tradicional e conservador, recheado de coronéis setoriais e territoriais, como reza a tradição partidária tupiniquim, com os governos Dilma Rousseff.

Os sinais de esgotamento são vagos e fluidos, mas existem.

Ontem, fomos informados que a pesquisa CNT/MDA capturou melhora da avaliação do governo Dilma pelos brasileiros. Longe dos 70% que obtinha no primeiro semestre de 2013. Muito inferior aos 34% do primeiro turno, quando empatou com Marina Silva na pesquisa de intenção de votos realizada pelo Datafolha. Mas é bem melhor do fundo do poço que foi o primeiro semestre do ano passado. Na penúltima pesquisa aferida pelo CNT/MDA, em outubro do ano passado, 8,8% avaliaram positivamente o governo e outros 20,4% o avaliaram como regular. Na pesquisa divulgada ontem, a avaliação positiva (ótimo e bom)

chegou a 11,4% e os que cravaram como regular somaram 25,2%. Se somarmos avaliações positivas com regulares, tínhamos em outubro de 2015 o total de 29,2% e agora temos 36,6%.

Outro sinal de esgotamento foi o painelão promovido por parte da classe média, em especial, sulina e residente em capitais. Nos bairros pobres das cidades onde ocorreram painelões, não houve registros de manifestação popular. Mesmo nas capitais, a intensidade da ação dos paineleiros foi infinitamente menor que no centro-sul. O país continua dividido.

O que ocorre, afinal?

O governo Dilma definitivamente não empolga. E continua sinalizando fortemente para as elites econômicas que quer sobreviver. Dará anéis, dedos e tudo o que for necessário para ter uma vida menos agitada e tocar o governo, ao estilo arroz com feijão do ex-ministro Maílson da Nóbrega²⁶, até 2018. É possível que consiga o intento. Mas o custo será alto para sua biografia e para o PT, seu quase-partido.

O governo Dilma é um espectro de governo. Traiu a si mesma logo após a sua segunda posse. No primeiro governo, especificamente no primeiro ano, tentou alçar voo solo. Aproximou-se dos caciques da oposição e seguiu as manchetes da grande imprensa. Cada mi-

nistro que aparecia denunciado na capa de um jornalão já arrumava suas gavetas como reflexo continuado. Havia até uma conversa irônica entre ministros, muito disseminada por eles mesmos, em que uns diziam que os que poucas vezes eram chamados para conversar no Palácio do Planalto tinham ganhado na loteria. Era o prêmio máximo. Dilma se afastou de toda base lulista, dos partidos aos movimentos sociais, das igrejas aos pedintes que se autodenominam lobistas. Demonstrou que gostava mesmo de Power Point e de mandar. Não gostava de conversar e muito menos de negociar. Custei a entender que este é o princípio básico da cultura de classe média sulina: se posar de trabalhador, duro como uma tábua recebida das mãos de Moisés, e não se dar o direito de conversar fiado. Recentemente fui apresentado a um belo ensaio de Otto Maria Carpeaux²⁷ em que ele sugere o utilitarismo rebaixado das classes médias. Sugere que *para a mentalidade média do nosso tempo a utilidade das ciências é determinada segundo as aplicações práticas: a física e a química, que nos forneceram a luz elétrica e os gases asfixiantes, são as ciências úteis; a história e a filosofia, que não nos fornecem nada, são ciências "inúteis". Você dirá: "mas pensamento médio não é classe média!". É verdade, mas esta observação seria apressada. O autor apenas fazia a introdução ao tema central. Logo a seguir ele afirma: "as classes médias, mesmo antes de serem proletarizadas, mesmo justamen-*

26 Maílson da Nóbrega foi Ministro da Fazenda no Governo José Sarney, durante o período de hiperinflação do fim dos anos 1980.

27 Trata-se do ensaio intitulado "A Ideia de Universidade e as Idéias Das Classes Médias".

te para evitar a ameaça da proletarização, transformam-se em massas proletárias; e esta proletarização interior é um fenômeno da educação.

As classes médias se tornaram, para Carpeux, o problema central de nossa época. As classes médias foram a energia dos principais movimentos espirituais do século XIX. Mas, de repente, a ascensão social tão almejada por esta classe presa entre duas mais poderosas, se fez presente através da educação formal, do ensino universitário. Pela universidade, as portas da esperança se abriram para este segmento social. Mas o século XX, sustenta o autor, desabaram com esta perspectiva. As profissões liberais se superlotaram. A partir daí, este segmento médio começa a se portar “como criança” (p. 8 deste ensaio). Conclui: “uma criança perigosa, cheia dos ressentimentos dos déclassés, furiosa contra os livros que já não sabe ler e cujas lições já não garantem a ascensão social; está madura para a violência”.

Os paneleiros e Dilma Rousseff, no meu entender, são feitos da mesma matéria. São representantes legítimos destas classes médias, ávidas pela ascensão social, à procura da autoafirmação, recheadas de ressentimento.

Quando você tenta se impor ao Outro que provocou seu ressentimento, não há projeto (do latim “pro jactum”, ou seja, jato para frente). O sentimento que alimenta os paneleiros e o governo Dilma não ultrapassa o fim do Outro. O Outro permanecendo vivo é motivo de aumen-

to do ressentimento. E a panelada ou autoafirmação de um governo sem projeto vai se realimentando, cada vez mais sem futuro, vivendo o presente, se apegando para confirmar que a panelada ou ato sem sentido do governo realizado no dia anterior tinha algum objetivo nobre. No fundo, o objetivo é apenas sobreviver e aparecer. Tentar convencer a todos que existem e possuem algum valor.

Enfim, paneleiros e governo Dilma querem pouco. Querem reconhecimento. São carentes. Nada mais.

9. A TENTATIVA DE REEDIÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

Wikipédia define, assim, o Estado de Exceção:

“Estado de exceção é uma situação oposta ao Estado de direito, decretada pelas autoridades em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Caracteriza-se pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, que proporcionam a necessária eficiência na tomada de decisões para casos de proteção do Estado, já que a rapidez no processo de decidir as medidas a serem tomadas é essencial em situações emergenciais e, nesse sentido, nos regimes de governo democráticos - nos quais o poder é dividido e as decisões dependem da aprovação

de uma pluralidade de agentes - a agilidade decisória fica comprometida. O Estado de Exceção é uma situação temporária de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima um Estado sob regime democrático do autoritarismo."

Há nítidos sinais de que estamos sendo empurrados para esta situação. Qualquer democrata se sente acuado e indignado neste momento.

A Lava Jato, sob a batuta do juiz Sérgio Moro, empurra o país para um clima de suspeição original, algo próximo do Pecado Original, sobrepondo o julgamento divino pelo de um corpo investigatório de tipo especial. Esta noção de "cidadão especial", aliás, está contida na fundamentação da burocracia pública alemã que os define como intocáveis para não serem perseguidos pelos governos, estes sim, partidarizados. Daí a estabilidade do emprego público concursado. O problema é quando o burocrata se sente acima das regras gerais de garantia do Estado de Direito, ou seja, a garantia de todo cidadão não ser considerado culpado sem antes poder se defender de alguma acusação; a garantia de que uma investigação não pode manchar a honra do investigado justamente porque sua conduta só será reprovada após julgamento pelas instâncias competentes, esgotadas todas suas possibilidades de contestação; e, ainda, a garantia da acusação e julgamento serem realizadas por instâncias distintas, garantindo a isenção do julgador que se debruça sobre as provas e não sobre os indícios.

O pior dos mundos, ainda, é quando há fortes sinalizações de que o burocrata investido de sua condição de cidadania especial desequilibra a balança da justiça como igualdade formal e transforma a investigação em perseguição política, com fortes notas de partidarização.

Vivemos traços desta caminhada cinzenta que nos joga num lodo extremamente perigoso.

O que me deixa em estado de alerta é que vivi tempos em que o Estado de Exceção era justificado pelas armas. Não por outro motivo, os ditadores de plantão jogaram recursos públicos para criar uma rede de televisão que integrasse o país à ideologia da segurança nacional.

No Estado de Exceção que baixou as trevas sobre nosso país, todo cidadão era suspeito. Não por cometer erros, mas por apresentar traços do que os donos do poder consideravam sinais de subversão ou mesmo terrorismo aparente. Que sinais eram esses? Cabelos compridos, bolsas com alças longas, ser jovem e vestir calça jeans, ter cara de estudante, aparentar um olhar inteligente e desolado, ouvir canções de protesto, andar em grupos de mais de três pessoas (que logo gerava a indefectível frase policial: "circulando, circulando"), não portar carteira de trabalho quando andava pelas ruas, ser boêmio, ser intelectual da área de Humanas, gostar de ler. Tudo parecia muito estranho para quem desejava que a população fosse o reflexo do militarismo, a começar pelo corte de cabelo e musculatura distribuída princi-

palmente pela parte superior do tronco (algum fetiche que, até hoje, não consigo compreender a motivação real, se bem que Reich criou uma teoria a respeito).

Se você tivesse alguns traços desses que citei, seria abordado por uma “autoridade”. A autoridade era autoimune a tudo, incluindo a observação da lei. Era comum o carro da polícia se atirar sobre as calçadas e as autoridades saírem com a arma apontada para a cabeça do “elemento”. A humilhação era um traço banal da “investigação” que se seguia. O interrogatório caminhava para descobrir suas ligações com células comunistas ou a vadiagem como padrão de vida. Não adiantava você se surpreender ao ser acusado de algo que nunca passou pela sua cabeça. Aliás, quanto mais veemente e indignado ficasse, mais certeza a autoridade tinha sobre sua culpa.

O Estado de Exceção gera excessos. Aliás, através dele pipocam erros, justamente porque a arbitrariedade elimina o autocontrole e o respeito pelo próximo. Elimina a dúvida, condição para a liberdade. Há registros de torcedores do Flamengo que foram presos e torturados quando ingressavam no Maracanã, confundidos com uma possível campanha da esquerda armada junto aos torcedores de futebol. Houve apreensões do principal livro de Stendhal, cujo título sugeria tintas utilizadas por comunistas e anarquistas. O uso diário de musculatura, sabemos, atrofia o cérebro.

Enfim, estamos prestes a ingressar neste clima de terrorismo de Estado. Todo cidadão é suspeito, principalmente se carregar traços que evidenciam a subversão à ordem definida na cabeça do Torquemada²⁸ de plantão. Não pode andar em grupos ou se associar com quem pensa da mesma forma. É preciso estimular os “cidadãos de bem” a denunciar os possíveis subversivos, açodá-los, humilhá-los, constrangê-los nas ruas e ambientes de lazer. Não pode haver trégua. A delação é estimulada como um erro perdoado para o bem maior. Os meios de comunicação são aliados nesta Cruzada sem fim, importante para criar o clima de justificativa da exceção.

Mas, afinal, o que Lula e o PT fizeram?

Em primeiro lugar, e que fique claro, erraram. Erraram por diversas vezes. A começar pela mudança de projeto e comportamento. O projeto era socialista e sugeria a radicalização da democracia, aumentando o controle do trabalhador sobre o Estado. Criticava-se duramente o modelo soviético – denominado de autoritário e burocrático – e a proposta trabalhista – identificada como populista e demagógica, onde o poder se concentrava em elites políticas. A política, pregava, tinha que ser feita nas ruas e locais de trabalho. Nada de ar-condicionado e reuniões e acordos de cúpula, era a palavra de ordem. Com o lulismo, o socialismo foi substituído pelo social-liberalismo, a crítica ao modelo ortodoxo etapista e concentrador dos soviéticos e trabalhis-

28 Tomás de Torquemada foi o inquisidor-geral espanhol no século XV.

tas foi relativizada, os acordos de cúpula e conciliações de classe tornaram-se a tônica da prática petista. Bandearam, afinal.

Alguns foram além. Primeiro, se fartaram de dinheiro para “equilibrar o jogo” com a opulência dos adversários em época de eleição. Outros acharam que um Land Rover a mais ou a menos não faria diferença e poderia, inclusive, aumentar o giro de algumas concessionárias²⁹.

Enfim, traíram a confiança de eleitores e militantes de base. Pelo que conheço, traíram a confiança da maioria esmagadora dos dirigentes petistas.

Então, qual seria o caminho da correção? O ideal seria que o próprio partido tomasse providências. Na origem, o PT expulsava quem desse o menor sinal de conluio com as classes dominantes. Tem experiência, portanto. Mas esse expediente não se repetiu. Não havendo autocorreção, o partido fica à mercê de seus algozes.

Mas, julgados os culpados, o erro maior seria estender para todos filiados e dirigentes deste partido a sentença dos já julgados. E é isto o que estamos presenciando. Todos são evidentemente culpados para uma parcela histórica da classe média sulina. E para grande parte dos editores da grande imprensa que ainda conseguem manter seu emprego nos jornalões em queda de venda.

Enfim, o clima está criado. E nenhum democrata pode se omitir neste momento, assim como não nos omitimos nas etapas mais medievais da história recente do Brasil.

A democracia está em jogo. E não há meio termo. Afinal, o que deseja todo democrata é racionalidade e equilíbrio. O império da dúvida como bússola. Todo democrata refuta qualquer fanatismo e principalmente qualquer sinal de debilidade do Estado de Direito. Com todas as suas forças. Como se combatesse o demônio.

10. LIÇÕES PARA A ESQUERDA BRASILEIRA

Em 1974, com a esquerda dizimada pela ação sanguinária da ditadura militar, começa a lenta revisão do processo de guerrilha. O momento crucial desta revisão foi 1977 quando, gradualmente, parte significativa da esquerda ingressa de vez nas articulações políticas em bairros e fábricas e se aproxima da igreja católica. O Movimento Contra a Carestia teve um significado concreto, mas também simbólico de uma nova leitura sobre a realidade, interpretando as fissuras que já debelavam o regime militar.

Esta nova trilha se revelou fecunda. As greves metalúrgicas de 1979 for-

29 Trata-se do caso envolvendo o ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira, condenado por corrupção passiva em uma ação penal relacionada à Operação Lava Jato, em virtude de ter recebido uma Land Rover Defender 90 como propina da empreiteira GDK.

maram um cenário espetacular de rompimento com uma ordem de silêncio e medo, mas foram apenas uma ponta do iceberg. Em meu livro “Terra de Ninguém” (Editora Unicamp, 1999) analisei como o trabalho de formação de lideranças foi essencial para a construção de inúmeros movimentos sociais rurais e de periferia dos grandes centros urbanos. No campo e nas cidades, os segmentos sociais economicamente e politicamente marginalizados se cruzaram em encontros de comunidades eclesiais de base e oposições sindicais durante anos, sem registros nas manchetes dos grandes jornais.

O primeiro grande erro das esquerdas brasileiras foi abandonar este trabalho e focar sua ação no campo institucional com quase exclusividade. Mas não foi só.

O avanço dos partidos de esquerda brasileira se fez a partir de lideranças carismáticas. Este foi o caso do PDT com Brizola e ainda o é com o PT de Lula. A fórmula parece se alastrar para toda esquerda, cada um com seu “porta-voz” com traços de messianismo aqui e acolá.

Esta lógica rompeu com o fluxo criado pelas esquerdas a partir de 1977. Naquele período, a estruturação de organizações de base (das populações marginalizadas a partir do local de moradia ou de trabalho) gestou uma nova estrutura política fundada na democracia direta e em nucleação. Os núcleos organizativos de base fundavam uma estrutura piramidal, de caráter federativo, onde a estrutura superior dependia da

inferior para legitimar suas ações. Foi, na prática, o que a literatura especializada denomina de “representação delegada”, ou seja, o representante da base agia no estrito espaço concedido – e vigiado – pelas estruturas organizativas de base. Daí nasceram os primeiros “mandatos populares”, cargos parlamentares que não se apoiavam na figura do eleito, mas num mecanismo de consulta permanente da base de apoio político e social. As plenárias de mandatos eram o ponto ápice deste processo de checagem e confirmação das decisões e agenda dos eleitos. Evidentemente que havia sinal de messianismo a partir de certo marxismo vulgar que se disseminava naquele período. Mas, a tônica das formas de organização de base na luta por direitos coletivos era a horizontalidade ou “basismo”, como se denominava.

1989 foi o ano da mudança.

A eleição indireta de Tancredo Neves e a derrota da Campanha das Diretas, ao invés de desorganizar, acabaram por motivar uma ascensão espetacular deste novo campo da esquerda brasileira. Como a confirmação de uma marcha lenta e coesa, a unidade organizativa de baixo para cima explodiu em parte na Constituinte de 1987. Ali foi a prova dos nove para grande parte das lideranças sociais forjadas nesta caminhada que já fazia 10 anos. Ali ficou patente que as instituições políticas superiores do Brasil eram aparelhadas por interesses que nunca compareciam nas discussões de bairro ou de comunidades

rurais. Um mundo estranho, cheio de ameaças, acordos e traições.

Mesmo assim, a partir de 1989, com a quase vitória de Lula nas eleições presidenciais daquele ano, uma parte da direção do PT optou por desconsiderar as lições de uma década de organização popular de base. Começou a guinada de 180 graus, de ingresso no mundo institucional como foco de atuação. E aí, era pegar ou largar.

A eleição de Lula foi assim: a Carta ao Povo Brasileiro foi o pedido de ingresso no tal mundo estranho, cheio de ameaças e traições. E ingressaram.

Lula procurou governar a partir deste mundo estranho. Algo que deu certo na estrutura federativa da CONTAG, a poderosa confederação de trabalhadores na agricultura, a maior de todas, cuja cúpula sempre foi de esquerda, mas as federações em grande parte foram de direita, num estranho pacto de convivência e troca de favores. A fórmula montada pelo “Partidão” foi adotada pelo lulismo: uma cúpula de esquerda rodeada pela direita.

O que os governos Lula tiveram de esquerda, afinal? A agenda distributiva. E só.

O lulismo abortou a organização de base e a formação de lideranças em massa. Poderia ter adotado algum mecanismo de participação e controle sobre a execução orçamentária. Chegou a esboçar isto em 2003, com o Plano Plurianual. Luiz Dulci chegou a me confidenciar que a intenção era criar em cada capital um núcleo participativo (composto por empresários, sindicalistas, ONGs, igrejas e movimentos sociais) de monitoramento da execução do PPA. A idéia foi solapada no interior do núcleo duro do governo porque poderia “organizar demandas” em cascata. Na educação, substituiu a lógica freiriana – a grande referência do PT na área educacional – pelas avaliações sistêmicas norte-americanas e francesas. O artífice desta mudança foi Manuel Palácios, o todo poderoso coordenador do CAEd/UFJF, que fez carreira política a partir do governo estadual de Itamar Franco, implantou o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) em Minas Gerais e foi catapultado para a revisão, pela direita, da política educacional petista, ingressando no MEC, para lá nunca mais sair. O Fome Zero sofreu o mesmo impacto desta mudança de rumo e de ideologia: do “Talher”³⁰ para a doação do controle para prefeitos de todos os estilos, partidos e moral.

30 A proposta de mobilização social com base na educação cidadã elaborado por Frei Betto e sua equipe no Fome Zero foi estruturada a partir dos seguintes componentes: Talher, Copo, Prato e Sal. Copo era o Conselho Operativo do Fome Zero; Prato era o Programa de Ação Todos pela Fome Zero, formado por voluntários organizados em bairros, igrejas, escolas ou grupos de pessoas para organizar coleta e doação de alimentos ou promover a alfabetização de adultos de uma determinada comunidade; Sal eram os Agentes de Segurança Alimentar, voluntários que se engajavam num mutirão de combate à fome e à pobreza; e Talher era o programa de formação, formado por educadores populares com o objetivo de promover a mobilização da sociedade (de agentes do Programa Fome Zero e das famílias beneficiadas).

Enfim, a opção foi a de um primo pobre tentando vestir um terno do primo rico. A gravata mal-ajambrada, a meia não combinando com a cor da calça, um gel meia boca. O primo com sorriso amarelo, parecendo feliz com a presença do primo pobre, mas reservando os melhores vinhos para seus amigos de sempre.

Esta foi a primeira lição que fica desta experiência quase bem sucedida.

Mas há outras lições. Destaco uma, mais recente.

Em momento de crise institucional, e não há dúvida alguma que a crise política avançou sobre as instituições que agora estão absolutamente partidizadas, aparelhadas para fazer marola pró-golpe, não há como fugir da polarização.

As esquerdas em crise existencial, como PSTU e parte do PSOL³¹, precisam ter claro que os livros e manuais baseados na história da revolução russa, além de amarelados, dizem pouco sobre o que vivemos. Pensar que vivemos um período pré-revolucionário, além de ser um esquema mental empobrecedor, é uma falácia que beira o delírio. Não há nada de pré-revolucionário, mas de reacionário. Um movimento típico de reação violenta e ilegal contra a ordem estabelecida, ainda que conservadora, mas com leves traços de distributivismo.

Fazer marola com golpistas ou tentar terceira via é irresponsabilidade com o presente e o futuro. O melhor é ter claro que não conseguiram se tornar alternativa e que tal situação ocorre porque a história não tem pressa.

Enfim, a esquerda brasileira terá que fazer sua análise crítica. Como fez a partir de 1974.

Porque a esquerda será chamada em breve. Não tenham dúvida. Em países com profunda desigualdade social, arrivistas liberais ou conservadores não conseguem emplacar uma agenda razoável. Podem sobreviver por um ou dois anos, talvez um pouco mais, mas logo revelam que seu programa desarticula a sociedade e joga os pobres na miserabilidade. Os conflitos aumentam, as frustrações se multiplicam. E, novamente, a esquerda é convidada a solucionar esta equação que os donos do poder nunca conseguem resolver.

O que fica é: quando convocados pela sociedade brasileira, que a esquerda não copie seus algozes. Porque, afinal, eles só confiam neles mesmos.

31 Esta passagem se refere à defesa da Operação Lava Jato por algumas lideranças de correntes trotskistas morenistas instaladas no interior desses dois partidos: PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). O morenismo é conhecido por esta corruptela em virtude da liderança do argentino Hugo Miguel Bressano Capacete, também conhecido como Nahuel Moreno, falido em 1987. Moreno foi dirigente da IV Internacional e fundador da corrente internacional trotskista LIT-QI.

11. MORO UNIU O CAMPO PROGRESSISTA

Começamos definindo o que é campo progressista. Este campo político-ideológico foi assim cunhado por organizações de esquerda, quando da III Internacional, para definir as frentes populares que forjaram as alianças entre comunistas, socialistas e liberais radicais na Europa e América Latina. Ganham ainda maior projeção quando da luta contra o fascismo. A agenda de resistência foi se ampliando e algumas experiências nacionais chegaram a produzir uma pauta de referência de políticas de Estado, composta pelo aumento da participação das organizações populares no interior do Estado (gerando o neocorporativismo), políticas sociais distributivas, promoção de políticas promocionais (não apenas protetivas como sustentavam os ultraliberais), regulação do mercado e emprego pelo Estado.

Este campo foi basilar na construção original do PT e envolveu organizações populares de representação de massas, pastorais sociais, personalidades acadêmicas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais. Não foram todos sempre alinhados a um partido, mas reapareceram muitas vezes durante campanhas eleitorais, sendo a mais pujante a de 1989, quando Lula e Brizola se aliaram no segundo turno das eleições presidenciais.

Em 2002, quando da vitória de Lula, este campo começou a se decompor. Já em 2005, parte dos expoentes de

ONGs e da igreja católica da Teologia da Libertação (como Frei Betto) já havia se afastado dos postos de comando do governo lulista.

Com Dilma Rousseff, esta aliança tácita desmoronou. Em 2014, presenciei grande parte das lideranças deste campo político discursando contra a postura e o programa de governo da Presidente petista. Foi numa reunião realizada na sede da CNBB, em Brasília, onde fui convidado a provocar uma análise de conjuntura daquele que parecia um momento agudo da política nacional.

O segundo governo Dilma foi definido por este campo como um desastre. Cambaleante, começou cortejando os derrotados pelas urnas. Adotou o programa econômico oposicionista, de natureza monetarista, um desastre histórico para trabalhadores e classes menos abastadas. Programa que devastou a Grécia e impôs a diáspora de jovens portugueses em busca de alguma oportunidade profissional. Os derrotados de 2014, cortejados por Dilma Rousseff logo após sua vitória eleitoral, não deram tréguas a partir de então. Durante um ano e meio, os derrotados cresceram e se aproveitaram da divisão do campo progressista. Foram tão longe que despertaram os sentimentos mais primitivos e selvagens em alguns segmentos sociais médios da população brasileira, em especial, a do centro-sul do país. Gritaram pela intervenção militar, bateram painéis, custearam bonecos gigantes e adesivos de carro para caluniar e difamar autoridades públicas, revelando intole-

rância e baixíssima cultura cívica ou democrática.

Na última manifestação pública desta faceta fascista da sociedade brasileira, nem mesmo as lideranças de oposição foram perdoadas. O senador e presidente do PSDB, Aécio Neves, foi hostilizado no mesmo dia por manifestantes de Belo Horizonte e São Paulo. Os manifestantes tomados por uma onda de irracionalidade, chegaram a enfrentar o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo tucano, opositorista) e o líder do coletivo Revoltados Online, também opositorista.

Até que o STF retirou das mãos do juiz Sérgio Moro a batuta desta onda macarthista. Sua queda foi lenta e gradual, assim como a onda fascista. As redes sociais se constituíram no melhor termômetro desta reviravolta entre a ofensiva pelo impeachment e a defesa do Estado de Direito.

A UOL, website noticioso dos mais prestigiados do país, divulgou em 03 de abril, documentos que confirmaram indícios de prova ilegal no embrião da Operação Lava Jato e manobras para manter a competência na 13ª Vara Federal de Curitiba, do juiz Sérgio Moro. A mesma matéria cita pressão sobre prisioneiros. Muitos juristas ouvidos afirmaram que toda operação já deveria ter sido retirada da 13ª Vara Federal de Curitiba em virtude de abusos e ilegali-

dades. O que de fato ocorreu na última semana, por decisão do STF.

A escuta telefônica envolvendo o ex-deputado José Janene (PP) e o doleiro Alberto Yousseff, teria sido definida como ilegal em documento produzido pela Polícia Federal em 2009, antes mesmo da Operação Lava Jato ser deflagrada a partir desta escuta.

Sérgio Moro foi o principal artífice da ofensiva midiática pela queda do governo Dilma Rousseff e pela caça ao ex-Presidente Lula desde o ano passado. Fomentou manchetes de revistas semanais, algumas matérias em periódicos brasileiros e do exterior, eventos públicos. Encorajou, irregularmente segundo o Estatuto da Magistratura, a organização de uma frente de mobilização popular contra governos e lideranças acusados de corruptos sem que tivessem sido colhidas quaisquer provas comprobatórias.

Se Eduardo Cunha foi o aríete opositorista até que se transformasse em réu pelo STF, Moro o sucedeu no momento seguinte como principal personagem do ataque público e sem tréguas.

Contudo, sua ação açodada e evidentemente partidarizada gerou o inusitado. Desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, não se viu o campo progressista tão unido e decidido a se contrapor à onda opositorista³². Não necessariamente para defender um governo que não espelha suas intenções e

32 Houve exceções, como setores minoritários da esquerda brasileira que continuaram apoiando a Operação Lava Jato.

programas. Mas porque ficou evidente que não se tratava mais de um ataque a um governo, mas às conquistas sociais e políticas do pós-regime militar. Ficou nítido que se tratava de tentativa de golpe branco às regras constitucionais.

A reação em cadeia começou timidamente quando o juiz Sérgio Moro tentou conduzir coercitivamente o depoimento do ex-Presidente Lula - sendo que ele nunca havia se negado a depor - no início de março. Durante os trinta dias seguintes, as reações foram se reproduzindo e envolvendo personagens e organizações que até aqui estavam observando um cenário confuso e excessivamente polarizado. Quando a polarização deixou de ser entre governo e oposição e passou a ser entre atos de exceção e defesa do Estado de Direito, a conjuntura se alterou.

Neste momento, um processo de impeachment está em curso na Câmara dos Deputados. Não há prognóstico nítido sobre a decisão desta Casa, se acatará ou não este pedido, mas a reação social que descrevi acima vem abalando as convicções de parlamentares, principalmente o do baixo clero (denominação criada pelo ex-deputado Ulysses Guimarães para rotular deputados de todos os partidos sem grande expressão pública que, hoje, somariam entre 250 a 300 parlamentares de um total de 513 deputados federais). O baixo clero é efetivamente o fiel desta balança, sendo a bancada informal mais importante do Congresso Nacional (composto pela Câmara dos Deputados e Senado), supe-

rando em muito a linha de comando dos seus próprios partidos.

Em caso de aprovação, o processo será julgado pelo Senado a partir de maio deste ano.

Mas se não for aprovado o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o cenário mais provável será de divisão deste bloco progressista. Para sua manutenção, o governo federal teria que romper com sua política econômica e, por conseguinte, com grande parte dos compromissos assumidos pelo lulismo com empresários e grande parte dos partidos e organizações corporativas. Seria uma reviravolta na política executada por mais de uma década pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Vivemos, portanto, um momento ímpar e provavelmente breve desta aliança não declarada, quase espontânea, do campo progressista. Não percebo sua manutenção em caso de derrota do pedido de impeachment, mas também em caso de afastamento da Presidente Dilma Rousseff. O lulismo se baseou na conciliação de interesses. Algo próximo do que Getúlio Vargas tentou. Venho insistindo na comparação entre o que ocorreu em 1953 e o que ocorre em 2016. Em 1953, Getúlio Vargas enfrentou três pedidos de impeachment.

A conciliação de interesses não é desejada por parte do nosso empresário e parte da classe média sulina de nosso país. Trata-se de uma elite forjada numa cultura estamental. Uma cultura da inveja.

Como nos ensinou Zuenir Ventura, “a inveja não é você querer o que o outro tem (isso é cobiça), mas querer que ele não tenha, é essa a grande tragédia do invejoso³³.”

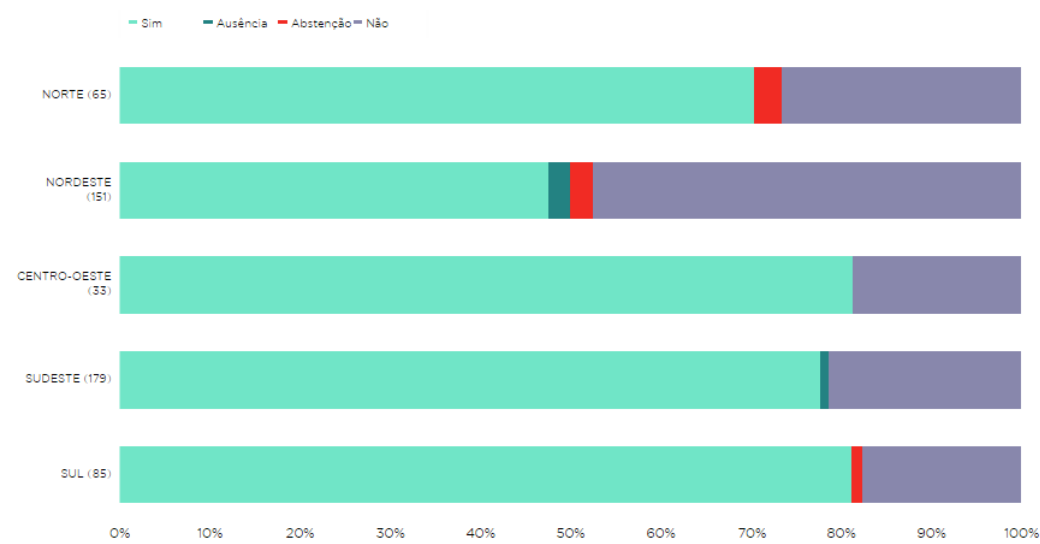
Nossa elite econômica e parte da classe média sulina sempre plantaram, em nosso país, em momentos definitivos, esta tragédia.

12. OS DEPUTADOS FEDERAIS NUNCA FICARAM TÃO DESNUDADOS

Ontem, a votação pelo acolhimento de denúncia, pela Câmara de Deputados, de crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma Rousseff revelou mais que as canelas dos parlamentares. Foi um desfile de desatinos. Os que votaram “sim” se repetiram, oferecendo sua decisão à família e suas igrejas, num declarado contrassenso. Afinal, seu voto representa o eleitor, não sua família. Houve um ou outro constrangimento maior. A deputada federal Raquel Muniz, do PSD mineiro, justificou seu voto pelo impeachment em homenagem ao marido, que “sempre lutou contra a corrupção”, justamente na noite em que se cônjuge era preso, por corrupção, pela Polícia Federal.

Levantamento do Nexo Jornal sobre a votação de ontem revela que deputados nordestinos, negros, mulheres e com menor patrimônio votaram no “não”, negando a abertura do impeachment. Algo revelador.

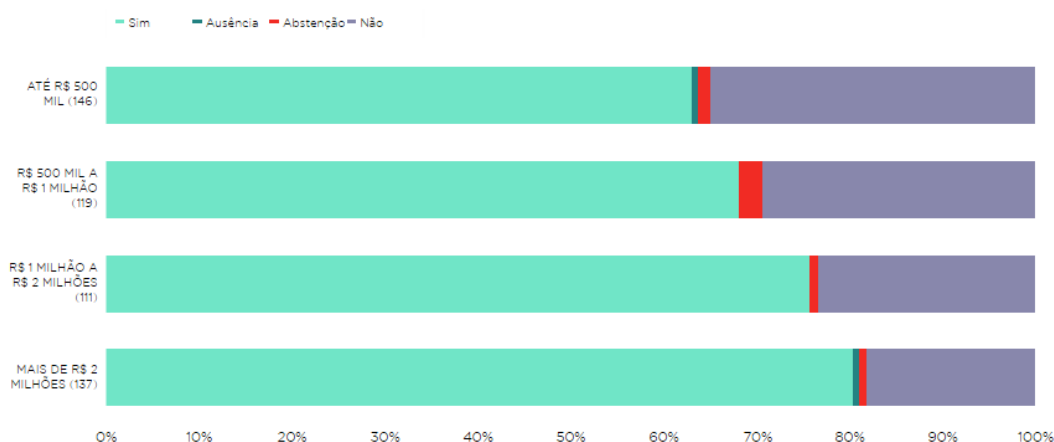
DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS DOS DEPUTADOS POR REGIÃO DO PAÍS



Fonte e Infografia: Jornal Nexo.

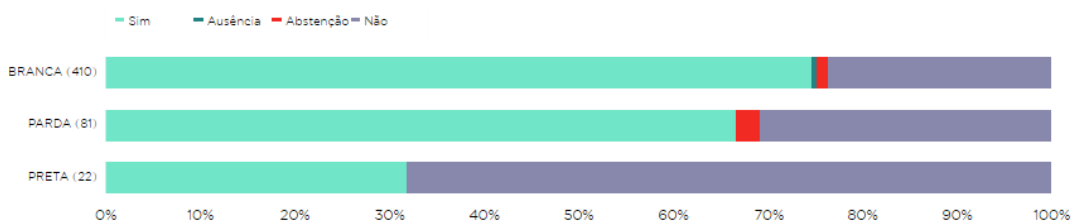
33 VENTURA, Zuenir. Inveja Mal Secreto. São Paulo: Objetiva, 1998.

DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS DOS DEPUTADOS POR PATRIMÔNIO PESSOAL



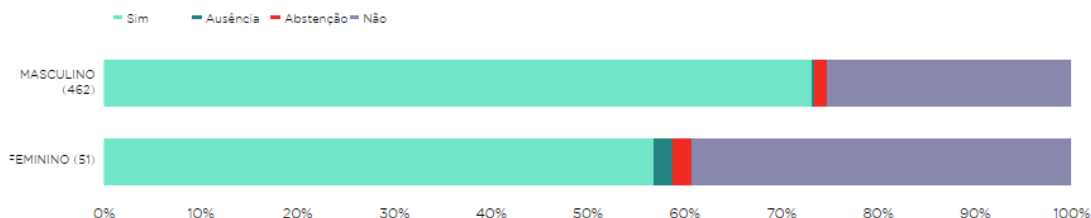
Fonte e Infografia: Jornal Nexo.

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DOS DEPUTADOS POR COR DE PELE DECLARADA



Fonte e Infografia: Jornal Nexo

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DOS DEPUTADOS POR SEXO



Fonte e Infografia: Jornal Nexo.³⁴

A aprovação do processo de impeachment pelo plenário da Câmara de Deputados, de um lado, foi surpreendente pela diferença não prevista em nenhuma listagem produzida pela imprensa e pelos dois blocos políticos (pró e contra o impeachment). A diferença sempre girou ao redor de 5 votos. Mas, por outro, reafirmou o que já se diz há tempos sobre a atual legislatura, formada por políticos sem estatura para pensar o país. As declarações de voto pelo impeachment foram objeto de chacota nas redes sociais. Assim, um governo que se apoiou em bancadas tão volúveis fatalmente sofreu este tempo todo e se desfigurou.

34 Ver em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/04/18/A-vota%C3%A7%C3%A3o-do-impeachment-na-C%C3%A2mara-em-15-gr%C3%A1ficos>>.

Este é o destino do governo Temer, já que não parece plausível que o Senado altere este rumo. Mesmo porque, as bancadas de deputados pressionarão os senadores de seus partidos para não serem perseguidos pelo governo em caso de rejeição do impeachment. Haveria, ainda, a possibilidade de o STF conter o processo por falta de fundamentação legal que tipifique o crime de responsabilidade. Mas, nos últimos tempos, a tendência do STF é evitar a judicialização da disputa política e se resguardar do protagonismo que foi alçado desde o julgamento do mensalão. O governo Temer será tão frágil quanto o governo Dilma e terá, a meu ver, ao redor de seis meses de carência para mostrar a que veio. Uma leve euforia do mercado dará algum fôlego ao longo de 2016, mas não vislumbro que este namoro perdure em 2017. A partir daí, a reação das forças políticas que se postaram contra o impeachment, muitas delas contrárias às políticas de Dilma Rousseff, caminhará para a ofensiva sobre um governo frágil que poderá debelá-lo ainda mais. Qual será a saída? Lula ou um outsider da política? O fato é que me parece que mergulhamos ainda mais na crise política.

O impeachment nunca será a saída democrática.

Sou absolutamente contra o impeachment por gerar corrupção e chantagem do legislativo sobre o executivo. Não se trata de um instrumento efetivamente democrático.

Explico: o representado é o único mandante da investidura do eleito. É ele quem deve cassar o poder do mandatário. Ao indicarmos um processo indireto sobre o futuro de um eleito diretamente, criamos uma contradição na lógica de nossa democracia. O correto seria instalarmos o instituto da revogação do mandato eletivo, que em alguns Estados dos EUA denomina-se de “recall” pelo próprio eleitor. O que presenciamos na Câmara de Deputados foi um leilão pelo voto dos deputados. Uma maneira dos deputados do baixo clero, sem expressão pública e poder sobre a bancada do seu partido, negociarem condições para alimentar sua base política territorial, composta por prefeitos e vereadores. É exatamente isto que esteve em jogo ao longo das últimas semanas e nada relacionado efetivamente à vontade do eleitor, do mandante da representação no Congresso. Este leilão, como todos, gerou blefes, bravatas, chantagens.

Assim, a crise se aprofundará porque os destinos da nação continuam atados ao baixo clero e a um Congresso Nacional sem luz e sem estratégia, focado no seu pequeno mundo territorial. Crise profunda em qualquer hipótese. O governo Dilma se caracteriza por um governo sem identidade que rompeu com o arco de alianças montado pelos oito anos de governo Lula. O pacote econômico que adotou, de inspiração monetarista, destruiu a base de confiança do eleitor pobre na agenda rooseveltiana do lulismo. Daí a Presidente ter seus índices de popularidade corroídos em semanas, após anunciar o pacote recessivo

que gerou a mesma situação em vários países europeus, sendo o mais dramático o caso da Grécia.

Já no caso de Michel Temer, trata-se de um político de baixa estatura, que imagina fazer política vazando cartilhas³⁵ e áudios. Não consegue liderar seu próprio partido e foi sempre uma figura menor no seu próprio Estado, São Paulo. Não tem nenhuma relação direta com entidades de mediação de interesses, sejam sindicatos, associações territoriais ou de defesa de direitos coletivos ou civis, além de movimentos sociais.

As possibilidades

Vejo apenas duas possibilidades: Lula se destacar como verdadeiro condutor da política nacional nos próximos dois anos ou a convocação, em 2017, da Constituinte Exclusiva para reconstrução das nossas instituições de representação social e política seguida de eleições gerais³⁶.

Temos que ter claro que podemos evoluir de uma crise de representação para uma crise institucional, muito mais grave. Já temos vários indícios que os brasileiros começam a esgarçar a confiança em si mesmos e nas instituições. Este é o caso do número recorde, em termos mundiais, de linchamentos (1 por dia) e do índice de confiança dos brasileiros nos próprios brasileiros (7% apenas, segundo o Latinobarômetro, o menor índice de confiança em toda América Latina).

De qualquer maneira, as duas possibilidades necessitam da concordância das outras forças políticas. Um pacto nacional, neste momento de total esgarçamento do sistema partidário e onde parte da população – em especial, setores de classe média do centro-sul do país – apresenta sinais nítidos de intolerância, de desrespeito às diferenças e até traços fascistas, não será a partir de um chamado de um governo que passou por um processo de impeachment que dividiu a sociedade brasileira. O pacto, ou novo contrato social de convivência na-

35 Em 07 de dezembro de 2015, o então vice-presidente Michel Temer enviou uma carta à presidente Dilma Rousseff na qual apontou episódios que demonstrariam a "desconfiança" que o governo tem em relação a ele e ao PMDB. Em determinada passagem, afirma que "tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo [...]. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo". A mensagem, segundo a assessoria da Vice-Presidência, foi enviada em caráter pessoal à chefe do Executivo e, nela, Temer defendeu a "reunificação do país". Temer havia passado os últimos dias sem se pronunciar sobre o acolhimento pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de pedido de abertura de processo de impeachment. Num outro trecho da carta, Temer escreve que passou o primeiro mandato de Dilma como um "vice decorativo", que perdeu "todo protagonismo político" que teve no passado e que só era chamado "para resolver as votações do PMDB e as crises políticas".

36 Nenhuma das duas hipóteses se confirmou. Temer tomou posse após o impeachment de Dilma Rousseff e dirigiu o governo com menor índice de aprovação de toda história da república nacional, sofrendo várias ameaças de impeachment que contornou cedendo mais e mais aos partidos que compunham o Centrão. Em 21 de março de 2019, alguns meses após a posse do novo presidente eleito, Jair Bolsonaro, em cumprimento de mandado expedido pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, dentro da Operação Descontaminação, desmembramento da Operação Radioatividade, no âmbito da Operação Lava Jato, Michel Temer foi preso.

cional, só ocorrerá a partir da sociedade civil, não dos partidos políticos. Pesquisa da FGV RJ sobre grau de confiança dos brasileiros nas nossas instituições indica que apenas 5% dos cidadãos acreditam nos partidos políticos e 12% acreditam no Congresso Nacional. Temos uma crise profunda em todo sistema de representação política nacional.

E este pacto, ainda no plano da idealização, só virá com reforma política que diminua o poder do eleito e aumente o poder de veto ou intervenção do cidadão representado (pelo recall, veto popular, candidaturas avulsas e outras medidas desta natureza). A reforma política precede eleições gerais, proposta por várias forças políticas à esquerda, e redefine um contrato político da sociedade retomando a crença no próprio jogo eleitoral. Afinal, a democracia se define pela possibilidade de derrota que é acatada pelos atores do jogo eleitoral. Se uma parte não legitima esta possibilidade, todo jogo democrático entra em colapso.

A proposta de reforma política se constitui, assim, na reconstrução do pacto democrático, de crença democrática e de convivência de interesses contrários na construção de políticas públicas. Tem que ser exclusiva, o que exigirá emenda constitucional, para que os constituintes não possam se candidatar a cargo eletivo por um longo período para que não criem regras casuísticas.

Temos o processo de elaboração da constituição da Islândia, após a

Revolução das Painéis de 2008, com forte participação cidadã pelas redes sociais como uma referência. Temos que possibilitar candidaturas constituintes avulsas, sem obrigação de filiação partidária.

Trata-se de refundar o jogo democrático no Brasil.

13. GOVERNO TEMER: VERGONHA PARA TODOS OS BRASILEIROS

Imagine que você vive num país que o Presidente da Câmara de Deputados abre um processo de impeachment da Presidente da República e, dias depois, é afastado pela mais alta Corte do judiciário brasileiro por obstrução das investigações sobre seu envolvimento com corrupção. Não apenas do cargo de direção, mas do próprio mandato de deputado federal. Imagine que o processo caminha e a Presidente da República é afastada temporariamente para que o processo de julgamento do impeachment transcorra sem qualquer influência política externa daquele que será julgado nos próximos dias. O vice-Presidente assume interinamente o cargo da Presidente afastada e, em poucos dias, é condenado por corrupção eleitoral, impedido de se candidatar a qualquer cargo eletivo no próximo pleito, que está programado para ocorrer em 2018.

O vice, agora Presidente interino deste país, destitui todo ministério que até então era seu governo e dá posse a

quem era oposição declarada a este governo que ele compunha.

Imagine que mais de sete desses novos ministros são acusados de crimes ou já são réus em ações judiciais por crimes piores que os cometidos pela Presidente afastada.

Agora, tente imaginar que se trata de um filme B e acompanhe as principais medidas deste novo governo durante sua primeira semana de vida.

O ministro da Indústria, Comércio e Serviços admite em entrevista que entende muito pouco sobre indústria nacional. Trata-se de um bispo de igreja neopentecostal (Igreja Universal), Marcos Pereira.

O mistério da Cultura é extinto e sua estrutura é incorporada pelo Ministério da Educação. A reação dos artistas brasileiros é de tal porte (com ocupação de prédios do ministério e da fundação nacional para a cultura em oito Estados brasileiros) que o Presidente Interino decide recuar e anunciar que criará uma Secretaria Nacional de Cultura. Novos desmentidos sugerem que não será criada esta Secretaria. Finalmente, começam a vazar recusas de artistas e intelectuais para assumir esta pasta: a atriz Bruna Lombardi; a cantora e coreógrafa Daniela Mercury; a antropóloga Cláudia Leitão; a coordenadora do curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, Eliane Costa; e a apresentadora de televisão, Marília Gabriela.

Cláudia Leitão chegou a postar nas redes sociais sua recusa, que reproduzo a seguir:

Acabo de ser sondada para assumir a Secretaria Nacional da Cultura dentro do MEC, no Governo Temer. Respondi com um sonoro "não"! Espero que nenhuma mulher aceite esse convite e dessa forma não contribua para a transfiguração do MinC num apêndice do MEC. Continuemos a nossa luta. Mobilizemos o país! Não à extinção do Ministério da Cultura! Viva a cultura como eixo estratégico para o desenvolvimento brasileiro

Eliane Costa fez o mesmo:

Acabo de ser sondada para a tal Secretaria de Cultura que pretende substituir o Ministério da Cultura. Como a sondagem foi feita por pessoa do meio cultural por quem eu tenho respeito, não pude me aprofundar na resposta. Disse apenas que não trabalho pra governo golpista. Nem seerei coveira do MinC. Já se viu isso? Depois dessa só me falta agora ser convidada pra ser comentarista de política da Globonews... #FICAMinC!

Os movimentos incertos e imprecisos do novo governo continuaram.

O novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, resolve declarar que o programa nacional de saúde pública, o SUS, deveria ser reduzido. No mesmo dia, recua e afirma que repensou sua proposição. Em seguida, anuncia a redução de 10 mil médicos no programa “Mais Médicos”.

O ministro da educação, Mendonça Filho, sugere publicamente que as universidades públicas poderão cobrar mensalidades de seus estudantes para, logo depois, recuar.

O ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB-PE) decide revogar portaria para contratação da construção de 11 mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida.

No programa divulgado por Michel Temer intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, o Presidente Interino propõe a extinção da obrigatoriedade (ou vinculação orçamentária, como define a Constituição Federal) dos gastos públicos com educação e saúde. Também propõe o fim da indexação do salário-mínimo, a principal política de redução da pobreza no Brasil na última década.

O Ministério das Relações Exteriores decide publicar uma cartilha para a comunidade gay de brasileiros que reside no exterior, sugerindo que seja discreta.

O dólar dispara. Ocupações de escolas públicas e de prédios públicos do extinto Ministério da Cultura se multiplicam país a fora. Movimentos sociais e organizações populares aceleram reuniões para organizar a resistência a este governo. Somente 8% dos brasileiros aprovam o governo do Presidente Interino.

O Presidente Interino indica André Moura para ser líder do governo no Congresso. Moura é réu em três ações no Supremo Tribunal Federal, a

mais alta Corte do Judiciário brasileiro, aliado do ex-Presidente da Câmara de Deputados afastado recentemente e já foi condenado no seu Estado de origem (Sergipe) por improbidade administrativa. Imediatamente, o Presidente do Senado, do mesmo partido do Presidente Interino, e três partidos aliados do governo provisório, criticaram duramente esta nomeação.

Este novo governo não possui um homem negro e nenhuma mulher no seu primeiro escalão. Algo que gerou importante reação dos movimentos de luta pelos direitos civis no Brasil.

O que você pensaria ou sentiria após imaginar este governo? E se fosse seu país, o que sentiria? Vou ajudá-lo: o único sentimento possível para pessoas corretas e maduras é *vergonha*.

Michel Temer dirige, há pouco mais de uma semana, o governo mais confuso, reacionário, autoritário e despreparado de toda história republicana do Brasil. Não por outro motivo, o Senado aprovou abertura de consulta pública sobre a possibilidade de antecipação das eleições presidenciais (previstas para 2018) para este ano.

Triste Brasil. Remete-nos à poesia de Gregório de Matos sobre a primeira capital de nosso país, em pleno século XVI. Parece que estamos presos ao passado, pelas mãos da elite econômica e política de nosso país. Diz a poesia:

*Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!*

*Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.*

*A ti trocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante.*

*Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.*

*Oh quisera Deus que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!*

14. ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS E O PRIMA- RISMO DO RACIOCÍNIO POLÍTICO LINEAR

Sérgio Buarque de Holanda nos alertou sobre a necessidade do brasileiro médio (que José de Souza Martins denominou de “homem simples”) em se sentir íntimo dos que se apresentam como poderosos. Uma espécie de informalidade permanente que faz o outro jogar no seu campo, ao menos por alguns momentos. Isto sempre foi uma característica das campanhas eleitorais municipais no Brasil: o contato direto e a troca de favores. Trata-se de um dos

poucos momentos em que o “dono da bola” vai à casa do pobre, do favelado, e até dá a mão ao comerciante que o olha pelo canto dos olhos enquanto passa a caravana festiva, reluzente, o staff composto por jovens de cabelo engomado seguidos por outros, mais jovens, com roupas justas e provocativas, portando bandeiras pré-fabricadas ao embalo de jingles com músicas do gosto popular (e há quem imagine que o pobre da comunidade não percebe o jogo falso e dissimulado do candidato!).

O que ocorre para a eleição municipal ser assim em nosso imenso império tupiniquim?

Várias pesquisas qualitativas demonstram que o brasileiro “homem simples” não se interessa por eleição ao parlamento. Avalia que nenhum deputado ou senador tem um pingão de cuidado para com ele. São todos membros da elite política distante e empolada.

Mas há um parlamentar que vale a pena: o vereador. Ele reside no bairro onde mora ou alguém do bairro o conhece. Formam-se pontes e redes entre o candidato e o vereador (lembramos que nem todos são fortes, o que faz da maioria dos candidatos ao parlamento municipal sonhadores do sucesso individual, assim como o eleitor). Conversa, muita conversa.

O que me faz recordar de duas situações que me alertaram para este mundo menos teorizado e conceitual. A primeira situação foi em Poços de Caldas. O prefeito, na época um veteri-

nário filiado ao PT, encomendou uma pesquisa para saber o motivo dos mais pobres frequentarem tanto os postos de saúde. O resultado da pesquisa foi: “se sentirem acolhidos pelo cuidado do doutor”. Tempos depois, criei uma metodologia de pesquisa diária, um censo domiciliar contínuo, para avaliação dos cidadãos de um município a respeito do desempenho dos governos locais. Dei o nome de Gestão em Rede (GR). Pois bem, em todos os municípios onde aplicamos este programa o resultado foi singelo e fantástico: a grande maioria pede cuidado. Cuidado com guias e sarjetas, com limpeza urbana, com iluminação. Nada de obras enormes (que os políticos, de esquerda à direita do Brasilão velho de guerra, teimam em achar que é o esperado pelos eleitores). No caso da saúde, invariavelmente, a demanda não é por programas sofisticados ou hospitais, mas por atendimento mais respeitoso de médicos e enfermeiros. Cuidado.

Este é o fio condutor para entendermos o fenômeno da eleição municipal no Brasil. Raramente é ideologizada ou nacionalizada. É, frequentemente, clientelista. Clientelismo puro na sua mais bem acabada expressão.

O que me leva a comentar, ainda que de soslaio, certa leitura linear, acadêmica, de uma parte dos jovens comentaristas das redes sociais brasileiras. Muitos ficam sem entender os motivos para o país se rebelar contra Temer, mas não despejar votos contra os partidos que o apoiam nessas eleições de 2016. Este raciocínio linear revela desconhecimen-

to sobre o Brasil Profundo e ausência total de empatia com o mundo concreto.

O fato é que o eleitor médio não acredita em partidos (somente 5% dos brasileiros, segundo pesquisa sobre confiança nas instituições brasileiras, desenvolvida pela FGV RJ há anos). Não confia. Este é o fio da meada para se entender uma eleição no Brasil.

Muitas pesquisas realizadas recentemente, em favelas ou com beneficiárias do Bolsa Família, corroboram esta lógica popular: partido e políticos profissionais são considerados elite distante e engomada. Coisa de poderosos que são obrigados, de tempos em tempos, a visitar sua comunidade. É nesta hora que se dá o bote.

Assim, não existe exatamente linha reta entre eleição e revolta popular. Porque eleição municipal não tem espaço para revolta. Só para uma troca entre malandros. O malandro candidato, que se esquecerá de todos após a eleição; e o malandro da comunidade, que sabe que será atendido por assessores, se tiver sorte, se o malandro candidato se eleger.

O raciocínio linear - e acadêmico - não consegue entender o que ocorre. Uma espécie de conflito cognitivo que, ao contrário do que esperava Piaget, não causa aprendizado. Por ser um raciocínio linear e primário, não consegue entender que o mundo social não é matemático e lógico, mas elíptico, manhoso, contraditório.

É possível alterar esta lógica? Evidentemente. O mundo social não é uma fatalidade. Mas, para alterar, é preciso partir dela e não criar um pensamento mágico a espera do impacto sobre a realidade.

O primeiro passo, evidentemente, é estar presente nas comunidades entre as eleições. Comer o churrasco de final de semana, ouvir samba e funk, tomar o cafezinho da hora, conversar sobre futebol e sobre as mazelas da vida, gargarhar, porque brasileiro ri até da própria desgraça. Estar presente e ser mais um na paisagem. Sem isso, o pensamento mágico continuará existindo, fincado no academicismo, no primarismo da lógica linear, apartado da realidade. E, na próxima eleição, os pensadores mágicos lamentarão, mais uma vez, o motivo do brasileiro médio não topar elites e qualquer proposta de Estado minimalista (pobre brasileiro odeia esta proposta liberal), mas votar em qualquer um.

A lição final é: o Brasil não é para amadores.

15. O MITO DA DIREITA UNIDA

O Brasil é o país dos técnicos de futebol. Recentemente, se tornou o país dos analistas políticos. Alguns, com dom para substituir Cassandra, outros, para substituir Maquiavel. Como todo país que possui uma legião de entendidos em

áreas complexas, somos marcados por uma mitologia política das mais profícuas e surreais. Algo parecido com o mito de tomar leite com manga que causaria a ira de algum dos deuses da fome, para desalento de Baco.

Ao lado dos mitos, emergem as lendas, a narrativa que dá origem ou substrato aos mitos. Adotamos lendas para todos os gostos. Uma delas, diz que governo militar é mais honesto (o que pesquisas sobre corrupção durante o regime militar desmentem). Outra, que rico não tem motivos para roubar o dinheiro público. Uma terceira, que se empresário for eleito, adotará técnicas de gestão eficientes (a despeito do número de falências ter aumentado em 13% no primeiro trimestre deste ano ou dos empresários, inclusive os grandes, não sobreviverem sem recursos estatais). Percebam que as lendas sempre enaltecem as classes dominantes, em especial, o empresariado. O que enseja a dúvida se não são eles que profetizam a superioridade moral e técnica deles mesmos.

Há, contudo, uma lenda das mais arraigadas que diz que a esquerda é muito desunida e a direita é sagaz e unida. Nada mais enganoso. Como se os seres humanos se dividissem em sub-raças a partir de sua opção ideológica.

O governo Temer vem nos ajudando a debelar a lenda. Mas é preciso juntar os caquinhos ou causa e efeito não se apresentam por inteiro para os “entendidos em política”.

Assim como todos os governos que procuram dizimar qualquer traço de oposição – postura nítida do atual governo temerário -, ao diminuir o campo de tensão externo, as disputas se instalam no interior do próprio governo.

Começemos por entender que os credores do governo Temer são FIESP e Baixo Clero do Congresso Nacional. Não por outro motivo que metade do ministério Temer é composto por “expoentes” do Baixo Clero e o programa econômico é todo ditado pela FIESP. Tenhamos em conta que a partir deste núcleo credor, flutuam operadores políticos, alguns do PMDB, outros do PSDB, com coadjuvantes como SD e outros apressados em entrar na fila. A grande imprensa. A grande imprensa, em especial, a Globo e Veja, parecem oscilar entre operadores e credores. Não se pode afirmar que é jogada pelas águas atormentadas das brigas e chantagens internas deste bloco, mas o fato é que as capas das últimas edições de revistas e jornais parecem um joguinho infantil de esconde-esconde. Desconstruíram a imagem pública do político religioso Marcelo Crivella; ameaçaram os “dois homens do Presidente”, Eliseu Padilha e Moreira Franco; demonizaram o senador peemedebista Renan Calheiros; infernizaram o Congresso após a prisão de Eduardo Cunha.

Há muitas apostas nos bastidores que procuram sugerir o rumo desta briga intestina. Tantas apostas podem gerar novos mitos e lendas, como sabemos. Uma delas sustenta que há conluio entre alguns órgãos de imprensa e acólitos tu-

canos. Neste caso, a temporada de caça ao Temer teria iniciado visando 2018. Alguns afirmam que, no caso do ataque a Crivella, alguns órgãos de imprensa prefeririam um governo carioca de Freixo, mais fácil de abater, que um governo evangélico do cantor gospel. Sobre o ataque aos homens do Presidente, seria um jogo de pressão ou vingança de Eduardo Cunha.

O fato é que a direita nunca foi unida. Uma breve leitura aos livros de Elio Gaspari sobre o regime militar, já alertaria os incautos de como um governo que se pensa monolítico, onipresente e onisciente, nunca será incolor e inodoro. Ao contrário, provocará uma disputa intestina com odor acre e cores explosivas.

A direita brasileira só se une no golpe.

Passados dois dias de banquetes e festas ababeladas, a direita se joga numa Noite de São Bartolomeu sem fim, porque movida por interesses pessoais, egocêntricos e inconfessáveis.

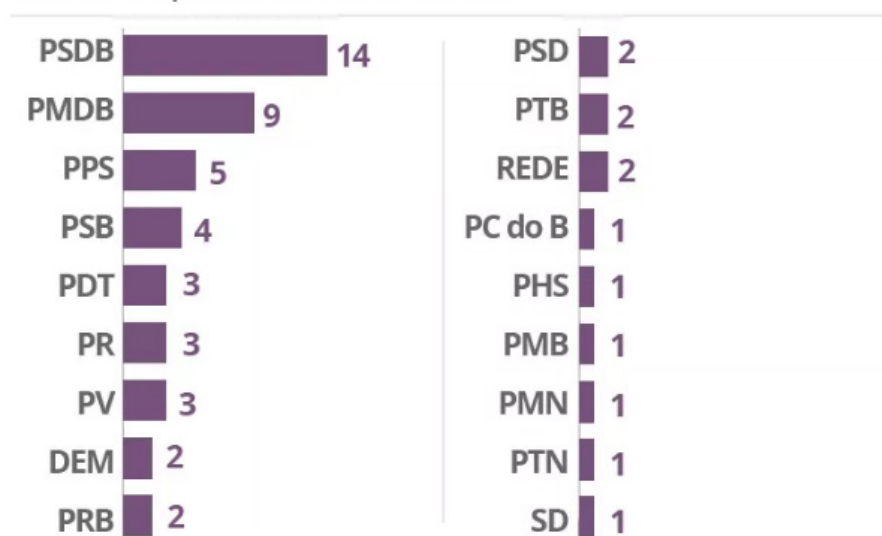
Enfim, o governo Temer nos brinda com mais um tabu político que se desfaz em terra movediça: a direita não é unida. Ela se estilhaça em milhares de pedaços porque seu alvo não a unifica, não é o bem comum, não é um projeto coletivo ou um direito universal, mas o interesse grupal ou a ambição pessoal.

16. O BRASIL MUDOU IDEOLOGICAMENTE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Quem ganhou as eleições municipais que terminaram ontem? Eu jogaria minhas fichas no "não voto" (entre 30% e 40% do eleitorado, em média) e nos evangélicos. Seguidos pelo forte personalismo revestido de "apolítico", o que joga água no moinho do desencanto com a democracia e o jogo de conquista do convencimento popular.

Balanço do 2º turno

PSDB é o partido mais vitorioso



Infográfico elaborado em: 30/10/2016

Fonte e Infografia: Jornal G1

Quem perdeu? O PT. O PCdoB quase dobrou o número de prefeituras que governa e o PSOL foi a estrela, pela esquerda, dessas eleições. No caso do PCdoB, há um registro importante a fazer. O partido cresceu no Maranhão, onde o Estado é governado por Flávio Dino. Até então, o PCdoB governava 14 prefeituras maranhenses e, agora, passará a governar 46. Até então, o PCdoB governava, em todo o país, 65 prefeituras. Na Bahia, base histórica do partido, diminuiu de 13 para 12 prefeituras que governará a partir de 2017.

O fato é que a redução da presença da esquerda nas prefeituras se confunde com a redução da presença petista. Não de toda esquerda. O que enseja uma leitura mais panorâmica deste quadro institucional.

Os tucanos conseguiram eleger, neste segundo turno, em 14 das 19 cidades que disputava. A maior conquista foi Porto Alegre, seguida por Manaus e Belém. Mas, a vitória simbólica esteve no Grande ABC paulista, em especial, em Santo André e São Bernardo do Campo, terra de Lula.

A "onda azul" foi, contudo, um desastre para Aécio Neves, que sai derrotado em sua terra e parece deixar definitivamente o bastão para Geraldo Alckmin, governador do reinado tucano no país.

Entre 2010 e 2014, as candidaturas que se identificavam como evangélicos cresceram 45%. Nesta eleição, cresceram mais uma vez: 25%.

Foram 2.759 candidatos que se identificaram como pastores e 557 como pastoras. Foram, ainda 2.186 candidatos autodefinidos como irmãos e 842 como irmãs.

Foram 250 candidatos a prefeito nas capitais do Brasil oriundos deste bloco político-evangélico. A capital que contou com maior número de candidatos a prefeito com esta origem foi Belo Horizonte, seguida por Manaus e Salvador. O nordeste é a região que apresenta maior crescimento de candidatos e o sul, o menor. As capitais com menor avanço evangélico são: Cuiabá, Porto Alegre, Palmas e Macapá.

A bancada evangélica quase dobrou na capital paulista: de 7 para 13 vereadores.

Em Salvador, elegeu 8 vereadores. Em Recife, os três candidatos a vereador mais votados nesta eleição se declaram evangélicos.

Pesquisa realizada pela cientista política Gabriela Figueiredo (USP), revelou que os candidatos evangélicos possuem uma vantagem em relação aos ou-

tros: gastam menos. Por concentrar seu eleitorado territorialmente e nas igrejas, necessitam de menor número de material de campanha e se deslocam menos.

O PT não apostou, principalmente durante a gestão Dilma, na esquerda e muito menos no seu crescimento. Não propôs uma frente como a uruguaia. Ao contrário. Caminhou para o lado oposto. Lula já havia apostado na aliança com Maluf para eleger Haddad. Antes, reeditou Collor e Sarney. Em Minas, blindou o então governador Aécio Neves. Ora, esta lógica não daria razão à polêmica frase de Frei Betto, para quem o PT era governo, mas não tinha o poder?

Para não parecer fatalista, reedito a hipótese com outras palavras: as gestões lulistas não teriam fortalecido as lideranças conservadoras na última década e isolado a esquerda?

Temos a tendência em fazer leituras periodizadas do movimento histórico. Ajuda a racionalizar e sintetizar. Mas, não raro, embaça a relação entre causa e efeito e dificulta a apreensão da dinâmica interna que transita entre um período para outro. Muitas vezes, nem houve ruptura entre um período e outro, mas uma transição suave e cheia de contradições e paradoxos.

Assim, questiono: as forças conservadoras teriam surgido do nada nos últimos dois anos ou a mudança real se limitaria ao debacle petista? De outra maneira: houve, efetivamente, mudança na composição ideológica dos governos ou mudança menor, de siglas que agora

governam no lugar do PT, mas que já governavam com o PT? O eleitor teria ficado mais conservador?

Enfim, o balanço das eleições municipais merece algo mais profundo que o fatalismo marqueteiro.

Há, de fato, uma direita (e extrema direita) emergente no Brasil. Mas o eleitor teria mudado efetivamente de ideologia? Houve, efetivamente, uma mudança radical da cultura política do país em dois anos? E, finalmente, o que concretamente teria levado à queda do PT ou a esta mudança ideológica do país (se ela efetivamente se alterou, hipótese que não me convence)?

Minha hipótese é: as respostas não estão nas siglas partidárias, mas no "não voto" e no crescimento dos evangélicos na política brasileira.

17. AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS POR DENTRO

No dia 10 de novembro, uma sexta-feira, visitei algumas escolas estaduais ocupadas na cidade de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. As escolas, invariavelmente, estampam uma enorme faixa na sua entrada indicando que estão ocupadas.

Na entrada, estudantes guardam o portão e ao ingressar você é obrigado a apresentar seu nome e CPF que são registrados num livro de controle. Tudo

acompanhado por estudantes e alguns professores ou diretores da escola.

Há, ao menos, duas surpresas que qualquer visitante percebe de início: o grau de politização dos secundaristas e o grau de organização.

Numa das escolas que visitei, a mais tradicional da cidade, o clima era muito agradável. A escola possui 1.200 alunos e a assembleia que decidiu pela ocupação teve ao redor de 300 votos a favor contra 100 pela não ocupação. Desses 100, ao redor de 40 deles não se deram por vencidos e intimidam e atacam os ocupantes diariamente, chegando a fazer ameaças gravíssimas. Mas, a caravana passa.

Para o início da ocupação, os pais assinaram autorizações para que pudessem dormir na unidade escolar. Sempre acompanhados por apoiadores – professores ou membros de ONGs locais – que estão o tempo todo no interior da escola.

O grau de organização é surpreendente. Existe uma coordenação (que faz o contato externo, responsável pela comunicação e coleta de alimentos e outros mantimentos) e comissões (limpeza, alimentação). As comissões funcionam como um relógio e não há imposição, o que me surpreendeu bastante. Os alunos definem espontaneamente sua função.

Cheguei nesta escola na hora do lanche da tarde: pão sovado com ovo mexido e alface acompanhado de suco. O mais interessante é que, além de sa-

boroso, são oferecidos com cuidado na apresentação.

Há programação diária. Ontem, tiveram uma longa discussão sobre feminismo. Anteontem, tiveram a tradicional "queimada" nos dois turnos. Criaram um "café cultural" que realiza atividades e debates nas escolas.

Existem regras muito bem definidas e rígidas sobre namoros e uso de álcool. Professores se revezam para dormir com os alunos, numa espécie de vigília e segurança de adultos.

O mais surpreendente é o grau de politização. As ocupações são lideradas por mulheres. Há muitos homens, mas são elas as lideranças, sempre amáveis, mas seguras. Abrem sorrisos, são meigas, mas a liderança é incontestável. Professores e estudantes se referem às líderes como referências legítimas.

Ao conversar com elas, percebe-se nitidamente a firmeza de convicções e uma leitura das mais realistas sobre suas condições e as resistências existentes. Já havia percebido este senso de realidade nas líderes de ocupações das escolas de Belo Horizonte.

Durante uma das conversas que tive numa escola ocupada, o diretor apareceu para informar que eles deveriam decidir sobre a realização de exames dos estudantes do 3º ano até dia 17, para envio das notas à Secretaria de Educação. Imediatamente, disseram que tomariam a decisão logo depois do encerramento do nosso bate-papo. Mais uma vez, sem

alarde, com firmeza, sem qualquer exasperação. Aliás, desde as manifestações de 2013, parece cada vez mais presente a cultura de respeito às decisões horizontalizadas, colegiadas, sem definição de lideranças centrais ou comandos verticalizados. Embora aceitem visitas de partidos e órgãos centralizados de organismos de representação estudantis, os ocupantes deixam claro que não aceitam proselitismo partidário ou tentativa de comando externo.

Ao final, fiquei me perguntando de onde saíram. Não percebíamos que se forjavam adolescentes com tal capacidade de liderança e senso de realidade?

Enfim, as ocupações secundaristas se transformaram numa escola de civilidade. Discutem, dividem tarefas, acolhem, dialogam e preservam o patrimônio público.

Precisam se abrir mais para o extramuro, abrir as escolas para os bairros, se comunicarem mais via WhatsApp (todos criaram fanpage no Facebook e relatam seu dia a dia), mas acho que podem dar uma demonstraram cabal à sociedade de como deveria se uma escola voltada para a lógica dos adolescentes. Se avançarem sobre isto, desmontam, na prática, esta proposta caduca, atrasada, dos velhos que compõem o CONSED, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, e que, já provaram, não são competentes para fazer o Ensino Médio gerar sucesso. A reforma por ele proposta para o ensino médio, cotejada pelo ambiente das ocupações, parece real-

mente coisa de gente que pouco entende o que ocorre com nossa adolescência.

O sucesso escolar, enfim, parece estar menos nos gestores educacionais do alto escalão e mais nas mãos dessas meninas e meninos.

18. BREVE BALANÇO DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Quando ingressamos no período de redemocratização do país, nos anos 1980, impôs-se um consenso sobre as novas bases da política educacional brasileira que mais tarde se expressaria na Lei de Diretrizes e Bases. Os consensos eram a gestão participativa das escolas, a introdução de instrumentos colegiados de gestão (como conselhos escolares), a valorização profissional dos educadores (incluindo salários, plano de carreira e formação permanente) e elementos de humanização do currículo e avaliação. Este último princípio, o da humanização de conteúdo, só recebeu sentido na década seguinte, quando nosso país se inseriu no amplo debate internacional, tendo a Europa Latina à frente (em especial, Espanha, França e Portugal) que reintroduz estudos da psicologia e desenvolvimento humano, além da inovação de acolher estudos do campo da neurologia, como base das reformas educacionais que se seguem.

Os conteúdos escolares se ampliaram para factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais; as narrativas de vida de estudantes e professores passaram a ser valorizadas para compreender a conexão entre formação formal e informal; as avaliações qualitativas e que acompanham o movimento errático da formação de crianças e adolescentes foram priorizadas, em detrimento das avaliações classificatórias; o tempo integral na escola passou a ser um valor universal; a noção de desenvolvimento humano procurou superar a busca de imposição de um padrão de estudante ideal. Mesmo no que se relacionava à formação para o mercado, as proposições se ampliaram e se basearam em conceitos mais sofisticados do que simplesmente a toada simplória da formação profissionalizante em massa, incluindo conceitos de competência e habilidades, polivalência e autonomia no processo de decisão e criação, além da valorização do trabalho em equipe.

Enfim, a vaga de reformas educacionais dos anos 1990 reintroduziu elementos de humanização nas políticas educacionais. Raramente se gastou no Brasil tantos recursos em formação de educadores. De certa maneira, retomamos os princípios de nossos autores clássicos da área, como a noção de estrutura escolar mais comunitária e aberta de Anísio Teixeira (não chegamos à sua “escola parque”, mas iniciamos discussões sobre a superação das estruturas fechadas e desumanizadas das escolas padrão), Paulo Freire, Darcy Ribeiro e outros.

Infelizmente, a primeira década do Século XXI acolheu propostas tecnicistas, de padronização e quantificação de resultados, fazendo-nos retornar em um século no que tange as políticas educacionais. Foram introduzidos instrumentos de avaliação sistêmica baseadas na formação classificatória, que procura medir o grau de aprendizagem a partir de um padrão único, universal, externo à lógica pendular do processo de desenvolvimento, os gestores passaram a impor metas aos educadores (desconsiderando sua autonomia e suas condições de trabalho), aumentaram exponencialmente os casos de Síndrome de Burnout (em que a depressão e desmotivação criam situações de adoecimento). As consultas à sociedade, as estruturas de gestão participativa, a busca de aproximação com famílias e comunidades foram desprezadas e jogadas a um segundo plano. Um atraso. Um retrocesso.

É neste contexto que a proposta das Comunidades Educadoras³⁷ foi se impondo como um contraponto ao modelo de gestão racional, de caráter taylorista, que se espalhou pelo país afora na última década. Contagem retomou e aprofundou alguns princípios básicos da educação como relação humana, de estímulo e acompanhamento do movimento peculiar de aprendizagem de cada

estudante. A visita às famílias, pelos articuladores comunitários, seguiu a revelação de inúmeras pesquisas realizadas pela USP, FGV e Todos pela Educação, em que a mãe e sua instrução eram fatores definitivos no desempenho escolar, com influência progressiva na vida escolar. Nada mais justo que orientarmos o Estado a caminhar até as famílias, ouvi-las, procurar compreender o grau de estímulo e condições materiais da existência concreta dos estudantes para promover integração e apoio.

Enfim, a escola não se basta. A educação não se basta a si mesma. Ela é resultado das convergências dos tentáculos que forjam a vida concreta. Estudos canadenses recentes indicam que o desempenho de cada estudante em relação à uma disciplina ou outra não tem relação com uma vocação nata da criança ou adolescente, mas da percepção que eles têm do julgamento subjetivo que o seu professor cria – e que revela num olhar, na atenção diária ou no tom de voz – em relação à sua performance naquela área de estudo. Enfim, o aluno se vê com sucesso a partir do cuidado e atenção do professor. Sem atenção, o estudante desiste de si e do estudo, avalia que não tem possibilidades de progredir nesta ou outra área de conhecimento.

37 Proposta de estratégia pedagógica baseada na visita programada de um membro da unidade escolar às famílias do aluno. A partir dos dados lançados por este técnico, forja-se uma articulação de apoio à família e ao aluno baseada em três redes: da educação, das secretarias da área social parceiras (saúde e assistência social, entre outras) e territorial (envolvendo conselhos tutelares e associações de bairro). O resultado desta proposta, onde foi implantada, foi de melhoria entre 45% e 65% do desempenho escolar dos alunos que apresentavam maiores dificuldades de aprendizagem e queda dos índices de violência e evasão escolar, entre 85% e 90%. A implantação deste programa na cidade de Contagem (MG) gerou um prêmio da UNESCO em 2017. Ver <<https://institutocultiva.com.br/projetos/comunidades-educadoras/>>.

Não há como fugir da lógica humana, complexa, subjetiva, indicada em tantos estudos atuais, como os de Antonio Damasio. Não há como substituir o óbvio por técnicas padronizadoras, avaliações quantitativas, transformação de trajetórias de vida por boletins com dados numéricos que eliminam nomes e biografias.

O Brasil se perdeu na década passada. A educação voltou a ser cinza, desumanizada. Até que Contagem decidiu provar que o caminho era outro. E provou. Não é, portanto, por acaso que recebe reconhecimento nacional e internacional.

19. A ESQUERDA QUE FOI AO CENTRO

A Folha de São Paulo realizou em 28 de novembro um debate em que se perguntava qual seria o futuro da esquerda no Brasil. Tarso Genro, Vladimir Safatle e Breno Altman se revezaram na mesa para desatar este nó. Apesar de algumas diferenças, algumas convergências importantes de diagnóstico: o lulismo foi a primeira experiência que catapultou a esquerda ao protagonismo político nacional; sua configuração, contudo, não foi marcada por um projeto programático de ruptura com o modelo político ou mesmo econômico, embora tenha enfrentado o programa neoliberal ou ultraliberal de então; a ampla coalizão e a escolha da conciliação de interesses

tornou o lulismo opaco ideologicamente; seu sucesso popular esteve atado ao mercado de commodities.

Não houve consenso sobre o esgotamento ou não da configuração da democracia liberal, de natureza representativa, ou de sua captura pelo sistema financeiro, o que denotaria a possibilidade de sua recuperação para um projeto de democracia popular e inclusivo, se afastando da lógica plutocrática atual. Contudo, a rejeição mundial ao sistema liberal em curso estaria polarizando ideologicamente uma grande porção do planeta, abrindo espaço para candidaturas políticas radicais. Aqui, o consenso é que mesmo as vitórias eleitorais recentes da direita se deram numa vaga de insatisfações populares com a agenda inaugurada em 1990 que prometia a Pax Social e o fim da história. Todos sustentaram que a forma-partido caduca aceleradamente.

Enfim, estaríamos vivendo um impasse, uma transição sem final nítido. Nesta esteira, a esquerda foi apresentada como numa das encruzilhadas mais definitivas. Safatle recordou que o modelo partido de toda esquerda tende ao centralismo e à hegemonização. Debelaria, assim, a possibilidade de navegar sobre o que denominou de “descontrole criativo”, sem a necessária unidade forjada a partir de um centro formulador ou uma vanguarda. Tarso Genro empregou outro termo para nomear a demanda autonomista deste século: “modo de vida conscientemente orientado”.

Enfim, a fragmentação da base social contemporânea não corresponderia mais ao modelo de representação cativa, validada institucionalmente a partir de um sistema cartorial que se legitima pela crença – hoje, em crise – da representação fiduciária, aquela que se faz pela confiança que o representante conseguirá defender interesses e pautas difusas e espraiadas por amplos e complexos territórios sociais.

O que parece ser mais importante perceber é como o político e a representação se apresentam como muito mais significativos para as esquerdas contemporâneas que a agenda econômica, como se apresentava no final do século XIX e por quase todo século passado.

Por qual motivo ocorre esta substituição de ênfase? Porque os modelos e estruturas de organização econômica estão em suspeição. Não há mais garantias da viabilidade e sustentabilidade do fim do mercado ou mesmo do monopólio estatal do mercado. Na própria esquerda, já ocorreram debates intensos sobre a razoabilidade da proposta de organização híbrida sugerida pelos socialistas utópicos. Também não há garantias sobre o retorno do modelo socialdemocrata de financiamento do Estado de Bem-Estar Social ou Estado Providência. Por outro lado, o mercado produtivo tipicamente capitalista parece sangrar com a voracidade do capital financeiro volátil.

Enfim, não há modelos seguros a seguir quando o tema é economia.

Apenas os extremos ideológicos parecem ter certezas.

Mas há sinalizações claras sobre o desejo popular em relação à sua exigência utilitarista e autodeterminante. A noção de reflexo espelhado do sistema de representação parece coisa do passado. A desconfiança é generalizada e o Brasil recentemente deu um sonoro recado nas urnas. Ao menos, metade do eleitorado cravou no “não voto”.

Assim, em termos de urgência, é o campo da estrutura representativa ou da decisão política pública que parece indicar algum rumo.

E nisso, nada mais inadequado que a tentativa da esquerda caminhar para o centro, disputando a aliança com quem não tem projeto político ou cuja estratégia de sobrevivência é a venda de seu voto e apoio provisório ao partido majoritário em troca de irrigação de sua base eleitoral atomizada.

A esquerda lulista, ao final, foi ao centro. Pescou por pouco tempo. E se lá permanecer, será tudo, menos esquerda.

20. AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016: A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO ESCOLA

Uma máxima árabe afirma que quem planta tâmara não colhe tâmaras.

Séculos atrás, uma tamareira demandava quase um século para dar frutos. O que fazia do ato de plantar um ato generoso, de reverência às gerações futuras. O sabor das tâmaras era o presente que o lavrador dava aos netos.

Este é o sentimento que me vem quando vejo centenas de ocupações de escolas e universidades brasileiras ao longo deste segundo semestre de 2016. São vários plantios.

O primeiro tem a ver com a redefinição do território “escola”. Muitos autores já analisaram do que trata o espaço escolar, enquanto organização espacial. Estudos foucaultianos sugerem as estruturas simbólicas como orientadoras da conformação da dominação contemporânea. Algo similar e mais sofisticado que o “panóptico” a penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, em que todos os presidiários sabiam que estavam sendo vigiados, mas não enxergavam quando e como, de tal maneira que acabavam por se autocensurar. O resultado é a mais brutal desestruturação mental: o medo que projeta a dissolução da vontade e auto arbítrio. As escolas, para esta linha teórica, foram montadas arquitetonicamente no século XX para gerar censura e controle. As salas são retangulares, criando uma perspectiva em funil, onde o centro do poder e do saber se localiza no espaço conferido ao professor. Neste micro espaço, a porta de saída e entrada fica ao lado do poder professoral, inibindo deslocamentos do aluno, já que teriam que necessariamente passar

– e se denunciar – pela frente da autoridade máxima. As mesas do professor são desproporcionalmente maiores que as dos alunos, justamente para sugerir seu conhecimento superior e inatingível. Cada movimento coletivo é determinado pelo professor.

O único momento de liberdade consentida pela instituição é o intervalo de aula, marcado por uma explosão de adrenalina que, não raro, flui por agressões verbais e humilhações entre alunos.

Peter McLaren, em sua obra “A vida nas escolas”, relatou práticas de desigualdade e injustiça dentro da escola, mesmo em situações cuja intenção era promover oportunidades para segmentos sociais desvalidos. Logo no início deste livro, o autor adverte: “Este livro é um convite ao questionamento do discurso humanista liberal de professores bem-intencionados, incluindo aí a minha própria prática de ensino anterior, e à revelação de sua cumplicidade com mitos dominantes sobre pessoas de cor e pessoas da classe trabalhadora, de uma perspectiva nova e crítica”.

McLaren afirma que “o grupo dominante e os grupos subordinados estratificam-se em verdadeiras castas em nossa sociedade” e sugere que a juventude negra percebe a impossibilidade de alcançar o sucesso através da educação. Vai além e sustenta que a escola é responsável pela reprodução de uma estrutura social dominada pelos homens.

Estamos, portanto, comentando a lógica de um território de seleção – por-

tanto, de exclusão – sutis. Mas, o que as ocupações de 2016 revelam? Uma inversão nesta lógica. Ao ingressar numa escola ocupada, a ordem, a preservação do patrimônio e a camaradagem são perceptíveis a cada passo do visitante. Na entrada, uma equipe de estudantes apresenta um livro de presença que deve ser assinado, ao lado do registro de seu documento de identidade. No pátio ou na área em que são feitas refeições, rodas de alunos sempre estão formadas e conversas acaloradas formam a paisagem animada. No refeitório, alunos fazem lanches e refeições adornados com tocas. Não há imposição sobre as tarefas a serem realizadas, de tal maneira que os “chefs” parecem orgulhosos do que servem.

As lideranças, a despeito de rejeitarem esta identificação, aguardam os visitantes com cadernos que recebem anotações frenéticas. Recebem visitantes como eu, mas também estudantes de outras escolas que querem saber como organizar uma ocupação.

Limpeza e segurança também são temas que geram divisões de tarefas. E a programação cultural, algo mais difícil de emplacar porque exige contato externo.

As ocupações ensinam à organização social e preservação do bem público.

Algo que as escolas brasileiras, infelizmente, nunca educam.

Aliás, as ocupações revelam as lacunas da política educacional brasileira. Uma delas é a difícil arte de dialogar. Regras são impostas e qualquer tom acima da nota padronizada é destrutada ou punida. Sem “autoridade externa”, os ocupantes precisam criar regras de tolerância e diálogo. Nada fácil e evidentemente há conflitos que muitas vezes são mediados por adultos que apoiam as ocupações. Como padres e diretores de escolas. Enfim, um aprendizado para a convivência social.

Mas há uma cultura social entre os mais jovens que se expressa mais claramente nas ocupações. Não raro, jovens LGBTQIA+³⁸ circulam, grande parte “montados” numa identificação nada sutil, e parecem se sentir absolutamente acolhidos. As lideranças são femininas. Em todas as ocupações que visitei. Delicadas, aparentemente frágeis, são consultadas para tudo e os professores e adultos apoiadores as respeitam e elogiam. Afirmam que em momentos de baixa emocional são elas que tomam as rédeas e recolocam a situação nos eixos.

Um dos déficits de sociabilidade situa-se na relação externa, com o bairro em que a escola está inserida, com as instituições e com a sociedade e seus

38 O termo original que grafiei neste artigo foi LBTT. Alterei para a versão mais atualizada neste início de 2021. A grafia LGBTQIA+ significa: L (Lésbicas), G (Gays), B (Bissexuais), T (Transexuais), Q (Queer, que defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social), I (Intersexo, pessoa que está entre o feminino e o masculino, em que seu desenvolvimento corporal não se enquadra na norma binária), A (Assexual, que não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero) e + (o + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como pansexuais).

tentáculos e relações complexas e contraditórias. É evidente que a rede de apoio vem de fora, nem sempre convidada pelos ocupantes, justamente porque nossa juventude fica enclausurada nas escolas como um mundo apartado, claustrofóbico. As escolas não ensinam a viver fora dos muros. E os ocupantes não possuem referências para lidar com o mundo de fora. Não possuem contatos e desconfiam das organizações históricas, já instaladas, mesmo as que representam os estudantes. Afinal, onde elas estavam antes das ocupações?

A cultura autonomista, enfim, tomou corações e mentes juvenis. A cultura de 2013 está lá, na rejeição de lideranças, na desconfiança de bandeiras e apropriações político-partidárias, nas atividades culturais e divisão de tarefas espontâneas. Numa certa microfísica da política e na utopia do presente. Mas, ao contrário de 2013, não se rejeita em absoluto o “estranho de fora”. Trata-se, ainda, de uma aproximação cautelosa, mas que se apresenta necessária.

Ocupações, então, são aprendizados. O verdadeiro sentido da educação, como nos ensinou Hannah Arendt ao afirmar que não nascemos humanos, nos tornamos humanos pela educação. Lemos para aprender com a experiência do outro registrado na linguagem. Não deveríamos ler para passar no vestibular ou no concurso porque resumiria a leitura a um ato egoísta e utilitarista, a morte do sentido de humanização que a educação enseja. Mais um desvio das escolas contemporâneas.

Um aprendizado essencial as ocupações ensinaram: o cuidado com o bem público.

Mas, há outros que parecem evidentes que nem mesmo foram resvalados.

Um deles é **a abertura da escola para o mundo social**. As ocupações só saem dos muros das escolas quando organizações externas mobilizam. Tanto pela extrema direita, quando jovens intolerantes tentam intimidar os ocupantes, como nas tentativas frustradas do MBL e Patriotas, expulsos pelos manifestantes na Escola Estadual Central de Belo Horizonte e em Curitiba; como pelas organizações estudantis, como a UBES, ou mesmo coletivos próximos de partidos políticos, como UJS ou Juntos. Os ocupantes não abriram suas bibliotecas para a comunidade. Não realizaram aulas públicas em praças do entorno escolar. Não panfletaram ou visitaram moradores do bairro. Não fizeram shows ao ar livre. Não criaram um boletim diário. Timidamente, conseguem se articular a outras ocupações. Enfim, estão distantes de maio de 1968. Este aprendizado de abrir a escola como um bem efetivamente público parece distante do ideário e compreensão dos ocupantes.

Outro aprendizado é a **formulação de um novo projeto educacional** que dê concretude ao que os ocupantes desejam e querem que a sociedade compreenda. Não se mobiliza com tal intensidade em função de uma lei. Se ocupa como afirmação da identidade juvenil.

Sua cultura, afinal, transborda da sala de aula. Evidentemente, mesmo que subjetivamente ou no lusco-fusco do subconsciente, os jovens ocupantes estão afirmando uma outra educação possível. Mas não houve, até o momento, a explicitação do que seria este novo. O esforço, neste caso, é intelectual e exige uma disciplina para sistematização dos desejos e sua tradução num programa, ainda que apenas esboçado. Algo que a pressão externa e a própria sobrevivência política da ocupação inibem ou a joga para um segundo plano. Mas, como dizia um importante Primeiro Ministro inglês, na política, o importante não é como se entra, mas como se sai. Em outras palavras, quantas tamareiras as ocupações estão plantando?

As ocupações de 2016 são diferentes das de 2015

Em 2015, as ocupações paulistas foram nitidamente autonomistas e anarquistas. Refutaram agressivamente qualquer organização externa, principalmente partidos e sindicatos. Pablo Ortellado, da USP, chegou a destacar a lógica “prefigurativa”, ou seja, a capacidade de forjar o novo no próprio processo de luta. As ocupações do ano passado foram motivadas pela reorganização das escolas estaduais, proposta da Secretaria Estadual de Educação que projetava fechamento de escolas, agrupamento de turmas de escolas diferentes e transferências em massa. Pais apoiaram a revolta de seus filhos que passaram a disseminar mensagens apaixonadas sobre suas escolas

e turmas. As ocupações começaram em 11 de setembro e vinte dias depois já atingiam mais de 200 escolas estaduais. A repressão estatal e a aproximação das férias escolares, além do recuo do governo estadual (que acabou por gerar a queda do Secretário de Educação), fez o movimento refluir lentamente. Contudo, mais de 50 escolas se mantiveram ocupadas até dia 17 de dezembro, quando a queda se acentua até início de janeiro deste ano.

Em 2016, as organizações de representação de estudantes estiveram mais presentes e aceitas pelos ocupantes. O discurso dos ocupantes parecia mais politizado, mais voltado para o acompanhamento do embate externo, mais atentos.

Após a vaga de ocupações de escolas estaduais do Paraná que em outubro chegavam a 800 escolas, é seguida por Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Em Belo Horizonte, a primeira ocupação foi liderada por estudantes da UJS, órgão estudantil vinculado ao PCdoB. O PSOL esteve presente em várias outras ocupações mineiras. Em Minas Gerais, a energia moral veio inicialmente do Triângulo Mineiro. Em meados de novembro, escolas de Uberaba, Uberlândia e Araguari permaneciam ocupadas por estudantes secundaristas. Uberaba teve quase todas suas escolas estaduais ocupadas em meados de agosto. No final de agosto, a PM iniciou intervenção nessas escolas. Mas as ocupações já invadiam o restante do Estado.

A principal diferença entre as ocupações estudantis de 2015 e 2016 foi o ideário dos ocupantes. Em 2016 foi mais plural. O que facilitou que se espraiasse para além de um município ou Estado.

A pluralidade, afinal, é a antítese da lógica autonomista porque não se concentra na formação de uma comunidade fechada, o conceito de “comum” advogada por Antonio Negri. Em seu livro “Multidão”³⁹, o autor italiano sugere o improvável: “a multidão é capaz de formar a sociedade de maneira autônoma”, numa clara esperança de substituir a classe pela multidão como demiurgo do processo civilizatório. Para tanto, vai mais longe e cria a noção de comum. Afirma, no prefácio deste livro: “na medida em que a multidão não é uma identidade (como povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (*the common*) que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto”. A comunicação geraria partilha e criaria o comum. Nada mais sem fundamento no mundo concreto. Nada mais exclusivista, escatológico e abstrato. Uma intenção subjetiva que surgiria de algo amorfo, irracional e pretensamente afetivo.

Enfim, lideranças que creem no “comum” como negação do conceito de classe e organização são invariavelmente consumidas pela negação de outras possibilidades sociais e pelo niilismo em relação ao mundo da política.

Em 2016, a pluralidade de ideários possibilitou o retorno das organizações históricas. Não necessariamente as forças políticas que as dirigem no momento, mas como instâncias organizativas que possuem décadas de existência e que, portanto, se alicerçaram em acordos coletivos e práticas políticas que as legitimaram a ponto de permanecerem ao longo dos anos.

A pluralidade, assim, pode sustentar uma cultura democrática mais ampla e fugir do exclusivismo. O que acalenta a possibilidade de superarem os impasses que listei no item anterior. Só a pluralidade e o retorno da política (como os gregos originalmente conceberam a palavra, ou seja, aquele que cuida da Pólis) e pavimentam o caminho para a construção da abertura da escola para o mundo social e a formulação de um projeto universal de educação. O mundo autonomista reforça a identidade e a força política do indivíduo como protagonista, mas solapa a possibilidade de pensar projetos universais como direitos. Exclusivista por natureza, o autonomismo faz das ocupações um fim em si, como um mundo paralelo de Alice no País das Maravilhas. Não dialogando com o mundo externo, se consome na existência de poucas semanas, já que o mundo de fora é muito mais poderoso que o atomismo que pleiteia.

Enfim, os desafios permanecem enormes, mas 2016 gerou avanços organizativos e de formulação.

39 HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Multidão, Rio de Janeiro: Record, 2005.

O que temos que ter em mente é que as ocupações não são um fim em si. Forjam um método político. Mais que isto: constroem uma escola de cidadãos e de construção da cultura do respeito ao patrimônio público.

As ocupações plantam tamareiras. Não têm como vocação o momento atual. Plantam valores para outras gerações.

21. A ESQUERDA BRASILEIRA LUTA CONTRA O TEMPO

Os sinais já são claros. A economia nacional afunda. Projeta-se 4% de queda do PIB brasileiro em relação ao ano passado, já em queda. A ociosidade da indústria automobilística é de 40%. O desemprego entre jovens com até 25 anos é de 25%. A inflação aproxima-se de 8% ao ano. A oferta de crédito para empresas e famílias recuou para o patamar do final dos anos 1990.

Os pacotes econômicos, que cortam recursos para a área social, retiram o colchão de proteção que poderia frear o desamparo da grande maioria da população brasileira, pobre ou próximo da linha de pobreza. O país entra num ciclo destrutivo que raramente se viu em nossa jornada, muitas vezes desastrada.

A crise econômica já havia alimentado a crise política que deu num ato tresloucado de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Tresloucado porque irresponsável. Ao retirar um governo

Calígula, os manipuladores ficaram no centro do palco. E não tinham muito o que colocar em seu lugar. Acabaram manietados pelo que há de mais superficial e utilitarista: o Baixo Clero parlamentar e a FIESP, hoje dirigida por um declarado candidato ao sucesso político. O pacote econômico é um desastre social, destruindo pontes entre classes sociais, dinamitando expectativas de famílias pobres. Este, aliás, é o principal motivo da existência do Estado Moderno: a garantia mínima das expectativas se realizarem. Sem esta garantia, o tecido social se desmancha e a ordem passa a dar lugar ao sentimento de injustiça. Barrington Moore Jr já nos alertou que as revoltas e revoluções seguem este sentimento, que se revela seu guia para a explosão social (ver seu livro “Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta”).

A crise política está caminhando aceleradamente para se tornar uma crise institucional. Para as teorias funcionalistas, instituições são estruturas sociais que “cimentam” as relações e convívio. Para tanto, precisam preservar os valores morais, as crenças e a noção dos atos corretos e consagrados pela história daquele agrupamento social. Se não se alimentam de tais crenças e valores sociais, as instituições falem e o mundo social entra em colapso. O Brasil já mergulha nesta direção. Pesquisa feita pelo Latinobarômetro indica que apenas 3% dos brasileiros confiam nos brasileiros. Num campo desarticulado como este, nada pior que um conflito aberto entre os poderes da República. E é justamente isto que foi verificado nos últimos dias.

Juízes e promotores declararam guerra ao Senado que estaria tramando restringir suas ações. O judiciário, de fato, exorbita suas funções e se apresenta como demiurgo da sociedade brasileira, mas o impulso do Senado é de atá-lo de vez para que não possam incriminar políticos (que sustentam o governo federal).

Por seu turno, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, pauta numa votação noturna justamente este pacote atacado pelo judiciário e MP. E é traído. O jornal Estado de São Paulo revela na edição desta manhã do primeiro dia do último mês do ano que foi justamente o PSDB, sob a batuta do seu presidente nacional, o senador mineiro Aécio Neves, que orquestrou esta antecipação de pauta. Traiu Renan Calheiros para não se expor ou para expor o Presidente do Senado ao ridículo.⁴⁰

Paralelamente, articula-se para os próximos dias atos nacionais, organizados pela direita brasileira e apoiada por órgãos da grande imprensa nacional, pela queda de Temer e contra este projeto que limitaria as ações da Operação Lava Jato.

E onde fica a esquerda brasileira?

Após passar pela avalanche do impeachment da Presidente Dilma

Rousseff, a esquerda foi, ainda, pressionada pelas eleições municipais. Com exceção do desempenho desastroso do PT (que perdeu 60% do total de prefeituras que governava), a esquerda não foi um fracasso generalizado. Mas, sem o PT, retornou à situação dos anos 1990.

Rapidamente, foram forjadas diversas propostas para sua rearticulação. Algumas são mais conhecidas, como a formação de uma Frente de Esquerdas (ao estilo uruguaio), adoção de prévias para escolha do candidato à Presidência da República ou convocação de uma Constituinte Nacional.

Ocorre que o tempo político acelerou. As manifestações voltam às ruas depois de dois meses de processo eleitoral. E, agora, retorna a disputa pela hegemonia ou catalisação da insatisfação popular que promete ser gigantesca em 2017. Sem lastro no campo institucional, as manifestações podem se tornar um amplo movimento niilista, com possibilidades catastróficas para a política nacional. Algo semelhante ao que ocorreu recentemente nos EUA, onde a direita soube hegemonizar a crítica e frustração popular.

Enfim, à esquerda resta pouco tempo. Depois da importante manifestação em Brasília⁴¹, que não conseguiu

40 Ver matéria “O PSDB foi o principal articulador de urgência do pacote anticorrupção”: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-foi-principal-articulador-de-urgencia-de-pacote-anticorruptao,10000091838>.

41 No final de novembro de 2016, ocorreu em Brasília um protesto de estudantes e ativistas políticos contrários à Proposta de Emenda à Constituição (55), que limita os gastos do governo pelos próximos 20 anos, aprovada em primeiro turno no Senado no dia 29. Placas de trânsito e de identificação de ministérios foram quebradas, luminárias arrancadas, orelhões danificados, caixas de correio e grades destruídas. Alguns veículos foram queimados. O ato, de acordo com a Polícia Militar, reuniu cerca de 10

conter as lealdades espúrias entre senadores, terá que ser ainda mais vigorosa e didática.

O que está em disputa é a liderança da onda de insatisfação popular.

Ou a esquerda se recompõe ou perderá a próxima década para uma direita irresponsável, ignorante e com pensadores fascistas.

Terá que aprender a trocar pneus com o carro andando.

22. FORTUNA, A DEUSA, PUNE O GOVERNO TEMER

Eu afirmava, durante todo ano de 2015, que não acreditava que gente experiente como os peemedebistas iria até o limite, levando à cabo a ameaça do afastamento de Dilma Rousseff. Não havia inteligência política neste ato. A roda da recessão, armada com um pacote levyano, não teria como ser barrada em pouco tempo, nem com cortes suicidas como os atuais. Suicidas porque desintegram o parco mercado interno em formação recente e criam um ambiente de conflito e revolta que afasta investidores externos. Dependente do mercado internacional, em especial, da China e EUA, o Brasil não teria futuro promissor.

Do ponto de vista estratégico, o ideal para os peemedebistas de opo-

sição seria sangrar o governo Dilma e chegar em 2018 com várias opções do bloco que, afinal, governa atualmente o país (PMDB, PSDB, FIESP e Baixo Clero espalhado por várias siglas partidárias). O cenário seria um pouco melhor que o de 2015 (segundo projeções do FMI). Contudo, o que contou foi a ganância, ao estilo Serra. E deu no que deu.

Agora, temos o PMDB sendo exposto em todos seus movimentos insinuantes pelos escaninhos das negociações privadas. E, pior, levando junto Alckmin e Skaf.

Teria valido a pena? Evidentemente que não.

Para se safar por algum tempo, com os ponteiros do relógio correndo soltos, terão que agir como Renan Calheiros, ditando ao STF como e quando fazer o que lhe convém. Assim, o desvelamento do estilo coronelístico e o degelo da legitimidade das instituições públicas ficam estampados nas manchetes dos jornais.

Aqui, faço uma pausa para explicar o que são instituições. Há muita confusão no discurso rocambolesco que tomou o Brasil nos últimos tempos. Instituições não são pessoas, mas "sistemas" (na origem da palavra, em latim) que instituem regras de funcionamento social. Linguagem é uma instituição. Família, Estado, e assim por diante. Isso significa que um eventual acordo envolvendo Renan Calheiros, Carmen Lúcia

e Michel Temer não debela uma crise institucional porque não se trata de um acordo personalizado que garanta a estabilidade desses sistemas. O que garante a estabilidade é sua legitimidade, plasmada no diálogo e reflexo dos valores e crenças da sociedade civil.

Então, formamos uma espécie de roda d'água, daquelas antigas, em que a força da água canalizada (os valores sociais) cai sobre as pás do moinho, fazendo a roda girar (as instituições). Quando a água é desprezada por uma instituição, ela caduca e se deslegitima, deixando a roda inerte. É exatamente o que o acordo entre os 3 poderes, realizado nesta semana após Renan Calheiros desautorizar a decisão do ministro Marco Aurélio, gerou. Basta uma olhadela nas manchetes de todos os jornais nacionais e vários internacionais para perceber que não se debelou crise alguma. Um artigo de um colunista da Folha de S. Paulo cita os glúteos do STF que teriam sido mostrados às crianças. Algo mais desmoralizador que esta figura de linguagem?

Então, voltemos ao bloco no poder. Eu dizia, há alguns meses, que o tempo dissolveria este bloco porque absolutamente apartado da sociedade. Metade do ministério de Temer é composto pelo Baixo Clero, aquele que não passa de um projeto de alimentação de suas bases sociais. Em suma: não tem projeto para o país, mas para si. A outra banda do bloco no poder acredita numa utopia pouco engenhosa: ao destruir o Estado Social brasileiro - justamente um dos países mais ricos e desiguais des-

te planeta - nos tornaremos prósperos. Evidente que até criança que ainda masca sua chupeta sabe que isto não tem sentido algum.

Enfim, PMDB, Alckmin (a bola da vez) e a FIESP de Skaf expuseram suas biografias porque assim o desejaram. Foram inábeis. O rei está nu (não seria tão profundo quanto o artigo do colunista da Folha).

A deusa Fortuna, dizia Maquiavel, tem que ser cortejada. Caso contrário, pune o malfeitor, o desajeitado, o despreparado, o deselegante. Fortuna, não há dúvidas mais, está punindo o governo (e o bloco político que o sustenta) mais desastrado da história de nossa República. Pouco sedutor, amarga o pior índice de popularidade (segundo a coluna de Lauro Jardim) dentre todos os Presidentes da República brasileira.

E, assim, a história desfila por seus jardins.

O Brasil tem tudo a temer.

ANO 2017

23. O DURO AMADURECIMENTO DO NEOPETISMO

O PT passou por fases muito distintas em sua história. Evidentemente, aqueles que vivenciaram qualquer das fases tendem a avaliá-la como a melhor de todas. Mesmo assim, é sempre importante uma revisão geral.

A primeira fase foi a dos anos 1980 e que declinou no início dos anos 1990. Foi a fase de partido-depositário das principais lutas sociais e libertárias

do período, do assembleísmo, dos mandatos populares, do consenso progressivo. A lógica era definida pelo amálgama entre as comunidades de base e as células de organizações que não estavam mais na clandestinidade. Havia, ainda, os autonomistas da época (parte dos intelectuais petistas paulistas) e sua revista *Desvios*⁴²; Bourdieu (referência de parte dos intelectuais do RJ), o eurocomunismo, a agenda ambientalista dos verdes alemães, a crítica da esquerda europeia ao modelo soviético.

42 A revista *Desvios*, editada entre 1982 e 1985, teve quatro edições. Os dois primeiros números foram editados artesanalmente e os dois últimos (dezembro de 1984 e agosto de 1983), pela editorado Paz e Terra. A revista propunha uma revisão crítica do marxismo apoiada nos conceitos da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e de autonomia, este último, inspirado nas produções de Cornelius Castoriadis. Dentre os principais participantes desta corrente, destacavam-se o sociólogo Eder Sader, a filósofa Marilena Chauí, o ativista Herbert Daniel, os historiadores Amnérís Maroni e Marco Aurélio Garcia, entre outros.

Nos anos 1990, uma reação paulista reforçou a burocracia interna e o comando mais centralizado. Liderada por setores de classe média e nitidamente intencionada a se constituir como profissionais da política, esta articulação difusa recriou o PT e o tornou mais próximo da lógica de partido de quadros com toques de arrivismo personalista. Esta lógica relativizou os debates internos, a participação real da militância no processo de tomada de decisão partidária e aproximou-se aceleradamente do alto empresariado com a motivação para se tornar competitivo na disputa eleitoral.

A vitória de Lula remodelou novamente a lógica partidária, agora subordinada à defesa e ao financiamento estatal. Este é o momento de emergência dos deputados federais como força autônoma, alicerçada em um amplo "staff" de assessores e uma capacidade invejável de atrair prefeitos com a possibilidade de lhes abrir a porta dos convênios federais.

A última fase é a da derrocada de parte significativa dos dirigentes que tomaram a direção partidária nos anos 1990. Lula ficou praticamente sozinho, um coringa que se transformou em principal trunfo partidário. A idolatria passou a ser o "leitmotiv" dos militantes, agora reduzida à massa seguidora e de defesa. Grande parte desta militância revela um despreparo em sua formação política que depõe contra toda história do PT. Não sabem ao certo o que o parti-

do defendia ou o motivo de sua criação. Confundem socialdemocracia com socialismo, com liberalismo e corporativismo. Destilam uma defesa ingênua dos anos Lula, com temor.

É desta fase que aparecem no horizonte dois tipos de petista de baixo voo político e parca capacidade crítica. O primeiro, o militante das redes sociais. O segundo, no meio acadêmico.

O neopetismo das redes sociais é uma imagem invertida do ativismo de extrema direita que também viceja nas redes sociais. Mais adrenalina que valores morais ou éticos, esta militância grita, dissemina informações forjadas, mas quase sempre se revela em profunda depressão ou luto. Para se sustentar, sugere que o golpe que derrubou o governo Dilma foi forjado por humanos com inteligência e recursos superiores que tramaram durante anos um golpe perfeito. Contaram com apoio dos EUA e de forças internacionais voltadas para a conspiração de direita. Uma força assim, irresistível, não teria como sair perdedora o que soa como senha para a absolvição de todos os erros cometidos na última década. "Sofremos o golpe não por nossos erros, mas por nossos acertos" é a cantilena mais empregada para embotar a militância e manter uma direção partidária raquítica e já testada na sua incompetência.

Na outra ponta, a da academia, a situação parece similar. Aqui, aparecem pesquisadores medianos, de pouco relevo intelectual e ainda muito jovens, que

se perdem entre o identitarismo fragmentário e a depressão de sempre. A mais nova declaração de angústia veio nesta semana, com a mensagem imprópria e desajeitada de Temer a respeito do Dia Internacional da Mulher⁴³. O neopetismo depressivo chegou a postar que "engana-se quem avalia que o discurso de Temer é desprovido de sentido". Evidentemente que todo discurso tem um sentido. Mesmo que seja para si, como no caso de uma profunda neurose. Temer deve ter falado para alguns de sua família. Mas, alguém em sã consciência avalia que uma frase machista e desajeitada conseguirá bater a sua nanica popularidade? Ou que debelará a queda de indicadores econômicos e sociais? Será mais forte que a projeção de crescimento de 0,2% do PIB realizada pelo FMI? Será suficiente para desmanchar a greve do dia 15?

Enfim, o PT entrega-se aos dilemas psicológicos de quem sofre com a perda. A perda, se não trabalhada, gera um trauma que deixa marcas na estrutura mental. É o que estamos presenciando no momento. Pode gerar pânico e, portanto, imobilismo. Mas, se superada, amadurece e cria uma capa nas costas para aguentar novas chibatadas, como

sugeria alguns ícones da esquerda mundial.

O PT está numa encruzilhada (entre apoiar Rodrigo Maia e gerar uma alternativa à esquerda) e precisa dizer, de uma vez por todas, a que veio. Ao menos, como satisfação aos seus eleitores. Aqueles que, hoje, votam mais pelo passado que pelo presente.

24. A NECESSÁRIA RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ESQUERDA

Desde o débacle do projeto rooseveltiano lulista – apoiado num nítido pacto de conciliação de interesses de classe e no necessário ambiente social de paz para atrair investimentos -, em virtude da recusa ao pacto por setores do alto empresariado (em especial, paulista), a esquerda brasileira se debate para fundamentar um programa de retomada do ciclo de desenvolvimento. Toda discussão gira ao redor da lógica econômica e ação do Estado. Política sociais, infelizmente, entram na roda de discussões pela porta dos fundos, ou seja, a partir

43 No dia 8 de março de 2017, no Palácio do Planalto, o então presidente Michel Temer disse que no Brasil a mulher ainda é tratada como uma figura de segundo grau, quando na verdade ocupa o primeiro grau em todas as sociedades. E, emendou: "E eu digo isso com a maior tranquilidade porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa. O que faz pelo lar, o que faz pelos filhos e, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isto quem faz não é o homem, quem faz é a mulher. A queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos e significa também que a mulher, além do cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego".

da definição sobre Estado e Economia. Lembremos, de início, que desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico, mas à equidade social e aumento do protagonismo das estruturas de representação social na formulação e condução de políticas públicas (tal como sugerida na Agenda 21).

O fato é que as esquerdas brasileiras não conseguem, até aqui, superar a lógica neodesenvolvimentista (que, necessariamente, levaria à alguma modalidade de pacto social) ou, no máximo, algum programa fundamentado nas teorias de Michal Kalecki, autor polonês que desenvolveu pioneiramente algumas teorias que seriam, mais adiante, base das concepções keynesianas.

Fora deste eixo, há poucos anúncios de políticas isoladas (como a auditoria da dívida externa ou adoção do imposto progressivo), mas quase todas não engendram uma concepção unificada e orgânica de um programa nacional (muito menos a de um projeto nacional). Quase sempre, tais sugestões são incorporadas ou refutadas pelos programas neodesenvolvimentistas. O país, neste terreno, patina, o que é preocupante na medida em que o programa neoliberal esboçado pela FIESP e acalentado pelo PSDB fracassa a olhos vistos no Brasil e em vários países latino-americanos (como Argentina) e europeus (em especial, os considerados periféricos, como Portugal, Espanha e Grécia).

Minha intenção é esboçar, ainda que de relance, os contornos da agen-

da kaleckiana e neodesenvolvimentista. Começemos por Kalecki.

Michal Kalecki nasceu em Lodz, Polônia, em 1899 e faleceu em Varsóvia, em 1970. Seu primeiro título acadêmico foi obtido aos 57 anos de idade, como reconhecimento do governo polonês, que o nomeou professor universitário. Foi um autodidata. Exerceu altos postos na ONU e no governo polonês (quando desenvolveu suas teorias sobre a importância da gestão da economia socialista via conselhos operários).

Entre 1933 e 1935 publicou ensaios econômicos que, mais tarde, seriam acolhidos como precursores das teorias desenvolvidas por Keynes. Resumidamente, o autor polonês explicitava os ciclos econômicos, aplicando modelos matemáticos para desenhar sua lógica e reprodução. Adotou nitidamente conceitos marxistas, principalmente o de concorrência imperfeita. Em 1933 publicou “Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico”. Kalecki já havia publicado três estudos que constituíram a primeira formulação precisa e sistemática do papel da demanda efetiva no processo de reprodução capitalista, antes das formulações keynesiana. Assim como Keynes, Kalecki sugere a contínua flutuação econômica no capitalismo, que estaria relacionada às oscilações na demanda que, por seu turno, teria relação com subinvestimentos (ou excesso de acumulação que geraria um ciclo recessivo). As oscilações na demanda real – frente à demanda potencial – estariam, então, vinculadas à variação do nível do estoque de ca-

pital e do investimento na determinação do nível de produto nacional da economia. Sustentação do investimento, este seria o X da questão. Se a taxa de salário (isto é, o salário por trabalhador) não se altera, então, quanto maior a produção, maior o emprego de força de trabalho e, portanto, maior o montante de salários; logo, este último depende da produção. O que parece óbvio é totalmente ignorado pelo atual (des) governo Temer.

Já o “novo-desenvolvimentismo” destaca a concepção de estado ativo na persecução do desenvolvimento econômico e social, rejeitada pelos ortodoxos neoliberais. O “novo” desenvolvimentismo tem algo da agenda liberal quando criticam a associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária. Uma espécie de bom-mocismo economicista para dialogar com o mercado e manter certa lógica relacionada à diplomacia com credores. O problema é que esta crítica não se sustenta. Um exemplo é o período Vargas, marca da lógica estatal desenvolvimentista. Nunca houve ausência de preocupação com a estabilidade monetária, fiscal e cambial durante suas gestões. O primeiro governo Vargas priorizou o equilíbrio fiscal. Cito passagem do ensaio de Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”⁴⁴:

“...o intervencionismo começou na própria cafeicultura novos impostos para desestimular a produção (pagamento em espécie de 20% do café exportado, em 1931, e posteriormente 1 mil-réis para cada cafeeiro plantado no estado de São Paulo). Essas medidas, ao mesmo tempo, auxiliavam na expansão das receitas para financiar a compra, estocagem e posterior destruição do café. Com isso, o governo lançou mão de políticas para aumentar a produção e sustentar a demanda, antecipando na prática as teses keynesianas, como bem interpretou Furtado (1977) em sua análise clássica. Mas estas não foram definidas “irresponsavelmente”, porque acompanhadas de medidas visando centralizar e a aumentar a arrecadação, inclusive institucionais, tanto por via democrática, como a reforma tributária de 1934, quanto a forma autoritária, e em maior envergadura, na Carta Outorgada de 1937.”

Outra superação que os neodesenvolvimentistas procuram organizar é a da política de substituições de importações, com adoção de “políticas defensivas na balança comercial”. Ainda, segundo os autores citados acima: “a estratégia ortodoxa responsabiliza o mercado pelo desenvolvimento, enquanto a desenvolvimentista vê o estado sempre necessário, embora propondo, regulamentando e intervindo de forma diferente conforme a conjuntura, as necessidades específicas e o projeto nacional desejado pelo país.”

44 MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>>.

Assim, a política econômica adotada deveria aumentar o nível de demanda agregada para criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos, garantindo um mercado forte, mas regulado para garantir que a concorrência não leve à concentração ou monopólio, com desemprego, falências, aumento de preços e redução da qualidade dos produtos. Estado orientador para enfrentar a vulnerabilidade externa, para facilitar a transferência de tecnologia e sua absorção pelo aparelho produtivo, através de um sistema nacional de inovação, e para auxiliar na qualificação dos trabalhadores e nas transformações produtivas. Daí surge, por exemplo, o uso de parte das reservas cambiais (pouco mais de 10% do seu total) para garantir os lucros do setor bancário e, assim, debelar a resistência à queda das taxas de juros.

Não conseguimos superar esta lógica que já está estabelecida nas esquerdas brasileiras desde os anos 1990. Para além delas, reafirmo, há anúncios de iniciativas muitas vezes desconectadas ou principismos escolásticos que não chegam a formatar um programa de reorganização da economia.

Precisamos, enfim, avançar nas discussões.

25. O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 1: A LÓGICA DO BAIXO CLERO NA GESTÃO DE MINAS GERAIS

Uma das características marcantes da Velha República era a fragmentação territorial, comandada pelo coronelismo local. Num livro clássico, Victor Nunes Leal⁴⁵ esboça os contornos desta prática em sua origem. O coronelismo seria a retomada do poder territorial oligárquico ao longo dos grotões brasileiros tendo em candidaturas ao Congresso Nacional os aríetes das chefias rurais locais no interior do Estado. Nunes Leal sugere que esses estafetas seriam tentativas de garantia de seu poder dado o avanço das estruturas e normas burocráticas e legais do Estado Nacional. Uma espécie de vislumbre das necessidades de atualização do conservadorismo rural em meio à modernização, ao estilo de Don Fabrizio Corbera, Príncipe de Salina, personagem central da obra de Tomasi di Lampedusa⁴⁶.

Tancredo Neves era uma liderança. Nascido no início do século XX, soube se forjar a partir das relações interiores, dos laços de amizade costurados com a militância religiosa. Foi um ativo membro da Ordem Terceira de São Francisco, desde os 16 anos. Participou das Procissões do Enterro de Jesus morto, de 1926 a 1984. Esta é a origem da teia subterrânea de prestígio e vínculos sociais pela qual o avô de Aécio se tornou

45 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

46 LAMPEDUSA, Giuseppi Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

notável. Porém, a tradição se mesclou com a ousadia política. Antes mesmo de se tornar vereador em São João del-Rei (em 1935, quando tinha apenas 25 anos), Tancredo sofre sua primeira prisão por apoiar a revolta paulista, autointitulada “Revolução Constitucionalista”, que se confrontava com o governo getulista. Não foi a única. Esta é justamente a ausência em Aécio Neves: ousadia política. A falta de ousadia tem relação, possivelmente, com a falta de ideário. O projeto de Aécio confunde-se com sua ambição pessoal. Assim, seu tipo de liderança é discreto.

Se em Tancredo havia uma forte presença em qualquer localidade em que aparecia, em Aécio, o núcleo central é sempre formado pelas lideranças locais, nem sempre oriundas da mesma corrente política. Aliás, muitas vezes, Aécio se tornava o facilitador da unidade de forças locais contrárias.

Com efeito, o que poderia ser denominado de aecismo é mais um mosaico de lideranças territoriais, ao estilo Velha República, que são amarradas pela presença providencial – no sentido de alimentar a fome de recursos e obras das oligarquias dos grotões – desta sóbria figura. Algo como um patrono que oferece emendas parlamentares para subsidiar hospitais (uma das bases político-profissionais do aecismo no interior mineiro).

É desta rede que nasceram os comitês “Lulécio” e “Dilmasia”. O que garantiu o discurso tucano ao grande público

e a aliança amena e semiclandestina nas regiões encobertas por montanhas.

Enfim, Aécio não se construiu politicamente como alguém de vanguarda, um formulador, um ponta de lança. Foi um aparador, um traço tênue de amarras que se sustentava em recursos materiais para alicerçar lideranças locais. Sem recursos, nada feito.

O aecismo nunca teve alma. Sempre foi oco. Embora tenha se inclinado, desde o início, para a direita.

Aécio ingressa na campanha ao governo estadual mineiro pelas mãos do PP, mais precisamente, pela costura promovida por Alberto Pinto Coelho. Foi necessário demover Itamar Franco da postulação à sua reeleição para que o festejado Presidente da Câmara de Deputados entrasse em campo.

O PP foi um dos esteios partidários do aecismo, facilitado pela proximidade familiar de Aécio com Francisco Dornelles. Dornelles, desde 2003 filiado a este partido, era sobrinho de Tancredo Neves, de quem foi Secretário de Finanças de Minas Gerais em 1959, quando iniciou sua carreira política. Quando seu tio foi primeiro-ministro, Dornelles foi seu secretário particular. Função que mais adiante seria assumida por Aécio Neves.

Além do PP, Aécio Neves se apoiou nos préstimos do DEM. Muitos analistas sugerem que o DEM se forjou em Minas Gerais pelas mãos do neto de Tancredo. Não seria, portanto, coincidência que o primeiro suplente e primeiro na lista de

suplência para assumir o lugar de Aécio Neves no Senado Federal, seja o mineiro Elmiro Nascimento (DEM). Na verdade, seu suplente original seria o então presidente estadual do DEM, deputado federal Carlos Melles, que desistiu da indicação e apontou Nascimento para o seu lugar.

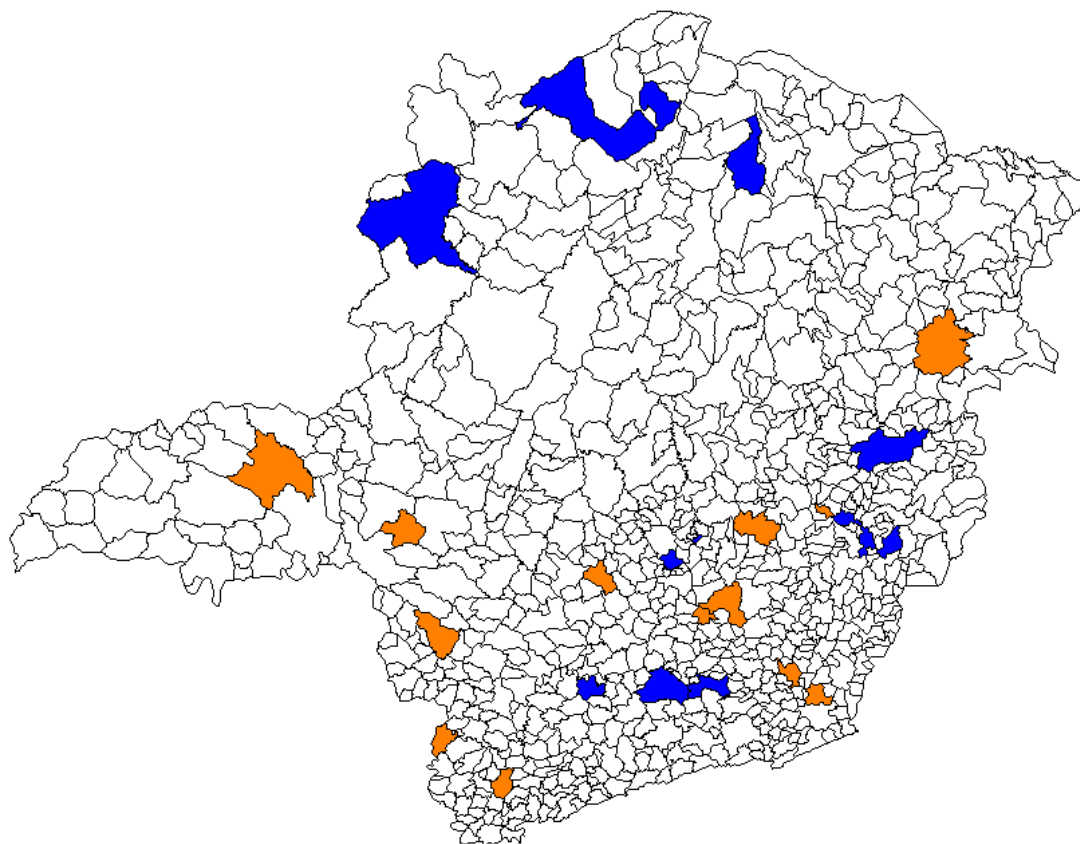
DEM e PP formam a tríade de sustentação partidária de Aécio Neves em Minas Gerais. O terceiro partido é o de sua filiação, o PSDB. Contudo, os tucanos mineiros parecem menos fiéis – ou dependentes – da figura de Aécio Neves que os conservadores PP e DEM. No PSDB mineiro, Aécio Neves criou arestas durante as eleições de 2014, quando preteriu a candidatura natural do tucano Marcus Pestana a partir do acordo realizado com os tucanos paulistas, que indicaram o ausente Pimenta da Veiga, que seria massacrado pelo petista Fernando Pimentel nas eleições daquele ano. Aécio traiu, também, outro candidato apontado como natural de suas hostes: o deputado Dinis Pinheiro, ex-Presidente da Assembleia Legislativa mineira. Dinis, embora filiado ao PP, era oriundo do PSDB, o que diminuiu o peso da traição nas decisões deste partido em relação à aliança com Aécio. Contudo, a partir daí, por diversas vezes, lideranças do PP plantaram notícias na imprensa mineira de possível rompimento político.

A proximidade político-eleitoral de Aécio com PP e DEM pode ser verificada na trajetória eleitoral em Minas Gerais.

Desta forma, é importante considerar as coligações que foram efetivadas pelo PSDB em Minas Gerais na “era Aécio”, tanto nas eleições municipais quanto nas eleições parlamentares.

Considerando as eleições municipais nas cidades-polo mineiras, no período de 2004 a 2012, ou seja, as 138 disputas eleitorais, percebemos que o PSDB se coligou prioritariamente com o PP (75 disputas) e com o PFL/DEM (72 disputas). Em seguida, temos PTB (68 disputas), PV (60 disputas), PDT (58 disputas) e PSC (58 disputas).

Imagem 1 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2004

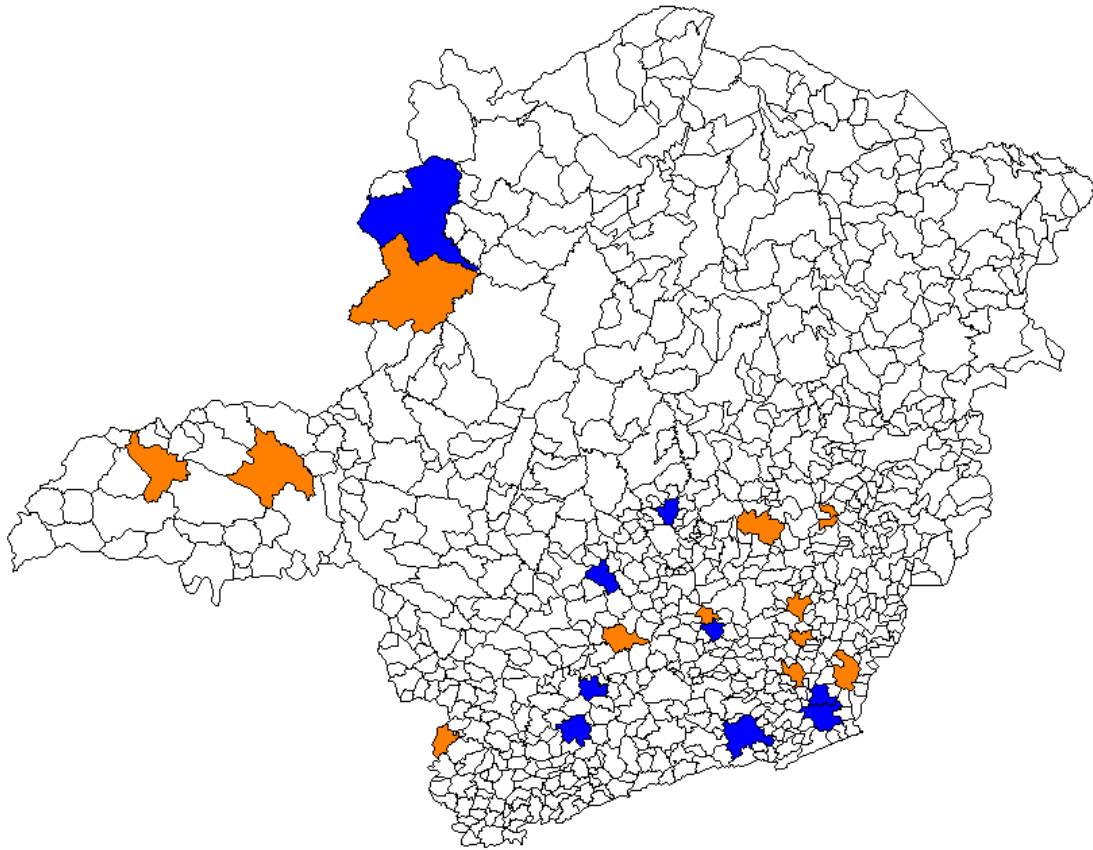


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 118.

Em 2004, o PSDB e aliados conquistaram 23 prefeituras: Araxá (PP), Barbacena (PSDB), Betim (PSDB), Caratinga (PSDB), Cataguases (PMDB), Congonhas (PT), Divinópolis (PTB), Governador Valadares (PSDB), Ipatinga (PMDB), Itabira (PL), Janaúba (PSDB), Januária (PSDB), Lavras (PSDB), Ouro Preto (PMDB), Passos (PDT), Poços de Caldas (PFL), Pouso Alegre (PL), São João Del Rei (PSDB), Teófilo Otoni (PT), Ubá (PFL), Uberlândia (PP), Unaí (PSDB) e Vespasiano (PSDB).

Em 2008, foram 22 prefeituras: Cataguases (PSDB), Congonhas (PT), Conselheiro Lafaiete (PSDB), Divinópolis (PSDB), Ipatinga (PMDB), Itabira (PR), Ituiutaba (PMDB), Juiz de Fora (PSDB), Lavras (PSDB), Leopoldina (PSDB), Muriaé (PP), Oliveira (PMDB), Paracatu (PMDB), Poços de Caldas (PPS), Ponte Nova (PTB), Sete Lagoas (PSDB), Timóteo (PDT), Três Corações (PSDB), Ubá (PT), Uberlândia (PP), Unaí (PSDB) e Viçosa (PSDC).

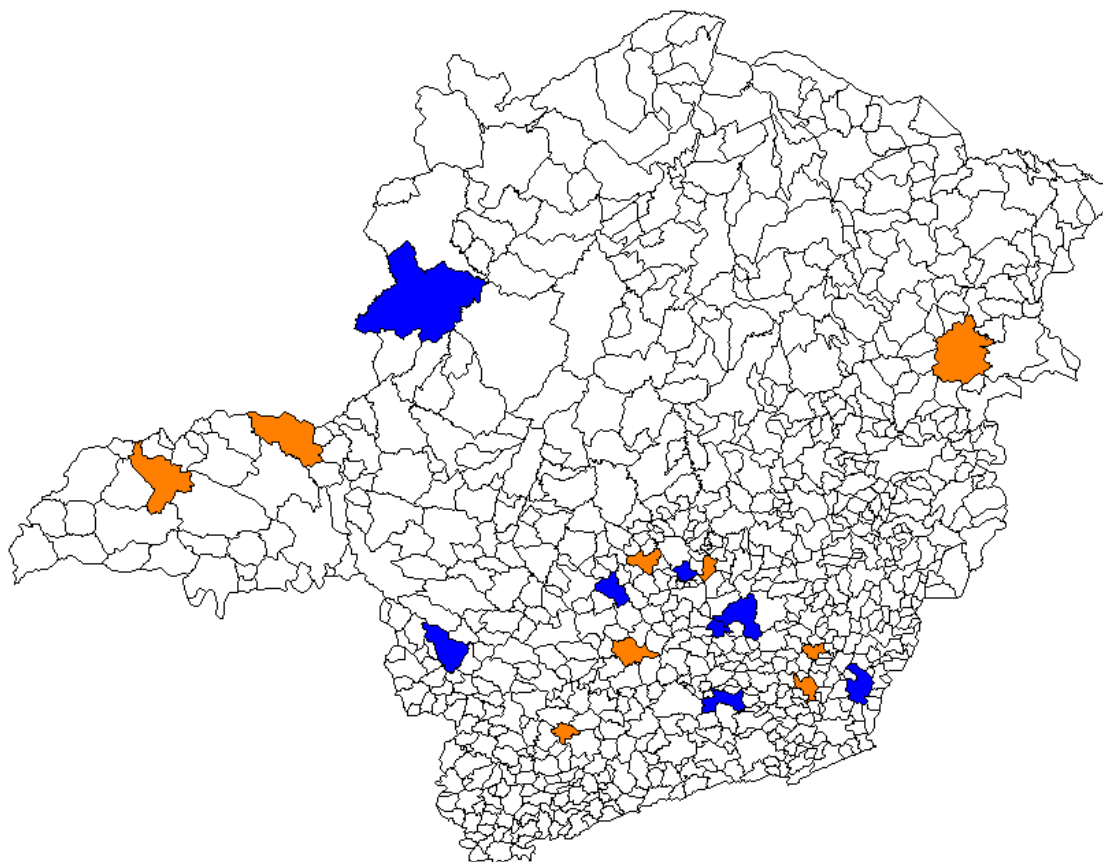
Imagem 2 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2008



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 119.

Em 2012, o número caiu para 17 prefeituras: Araguari (PP), Barbacena (PSDB), Belo Horizonte (PSB), Betim (PSDB), Congonhas (PSDB), Divinópolis (PSDB), Ituiutaba (DEM), Muriaé (PSDB), Oliveira (PTB), Ouro Preto (PSDB), Pará de Minas (PMDB), Paracatu (PSDB), Passos (PSDB), Teófilo Otoni (PMDB), Ubá (PT), Varginha (PTB) e Viçosa (PR).

Imagem 3 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2012



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 120.

Nas eleições parlamentares do período de 2002 a 2014, o PSDB em Minas Gerais se coligou prioritariamente, com o PFL/DEM e com o PP. Tanto nas eleições para deputado estadual quanto para deputado federal, o PSDB se coligou com o PFL/DEM nas 4 eleições (2002, 2006, 2010 e 2014) e com o PP em três eleições (2006, 2010 e 2014). Nenhum outro partido esteve na coligação do PSDB mais de uma vez durante este período, nas eleições para deputado estadual. Nas eleições para deputado federal, o PAN e o PR aparecem duas vezes na coligação do PSDB, durante este período.

Através da análise das coligações que foram efetivadas pelo PSDB em Minas Gerais, tanto nas eleições municipais quanto nas eleições parlamentares, percebemos que os partidos que mais se coligaram com o PSDB em Minas Gerais, ou seja, que juntamente com o PSDB conferiram sustentação ao governo Aécio Neves, foram principalmente o PFL/DEM e o PP.

Em suma, o aecismo mineiro foi sempre inclinado à direita. Neste sentido, o Choque de Gestão – a marca fantasia para a adaptação da Nova Gestão Pública do

Reino Unido – foi filtrado por esta trama de lideranças locais, conservadoras, que sustentaram o aecismo desde o seu início.

26. O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 2: O CHOQUE ENTRE O TÉCNICO E O POLÍTICO

Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu uma reforma da organização pública. Para tanto, criou o ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), liderado pelo economista Bresser-Pereira. Em suas palavras, o novo ministro sugeria a montagem de uma administração pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo, flexibilizando o estatuto da estabilidade dos servidores públicos, de forma a aproximar os mercados de trabalho público e privado.

Logo adiante, a despeito da reação negativa de servidores públicos, foi publicada a emenda constitucional da reforma administrativa, seguida da publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. A reforma administrava ganhava, assim, um apelido: administração gerencial, mais tarde, Estado Gerencial. A reforma proposta por Bresser-Pereira se alicerçou em dois documentos básicos: a Emenda Constitucional 19 (de abril de 1998) e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), ambos adotando como referência experiências

recentes em países da OCDE, principalmente o Reino Unido, denominada Nova Gestão Pública. Refutando o que denominava a proposta de Estado Mínimo como irrealista, Bresser sugeria que a reforma reduzisse o Estado, limitando “suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, ampliando suas funções no financiamento de atividades que envolvam externalidades ou direitos humanos básicos e na produção da competitividade internacional das indústrias locais”. O foco original da reforma administrativa era a orientação para o cidadão e para a obtenção de resultados, além de adotar o princípio de que políticos e funcionários públicos merecem um grau limitado de confiança, o princípio da descentralização e o incentivo à criatividade e inovação, além da adoção do contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

Esta digressão inicial tem por objetivo dar breves contornos à referência original desta política mineira, apresentada publicamente como original.

Em junho de 1995, foi instalada a Câmara de Reforma do Estado que tinha o objetivo de formular políticas, aprovar programas e acompanhar as atividades relativas à Reforma do Estado. Competia à Câmara estabelecer as diretrizes para a política de Reforma do Estado e, entre outras atribuições, promover e acompanhar as parcerias, intra e intergovernamentais nas atividades de Reforma do Estado. Antonio Anastasia era Secretário Executivo do Ministério do Trabalho

neste ano, o que lhe possibilitou participar do Comitê Executivo da Câmara de Reforma do Estado, da qual o Ministério do Trabalho fazia parte.

O MARE tinha reuniões frequentes com este comitê, o que possibilitou uma aproximação de Anastasia com o Ministério. Anastasia contribuía e, quando necessário, trabalhava diretamente com a equipe do MARE, ajudando-os principalmente na concepção jurídica que estava por trás da reforma.

O futuro secretário de governo mineiro assumiu, assim, uma assessoria jurídica informal de Bresser-Pereira, assessorando-o principalmente na formulação da lei das Organizações Sociais. Em 2001 ele retorna a Belo Horizonte e volta a lecionar na UFMG, mas, no ano seguinte é solicitado por Aécio Neves de trazer novas ideias sobre gestão pública em seu Programa de Governo para Minas Gerais. Após a vitória de Aécio Neves, Anastasia assume a coordenação da equipe de transição e, em 2003, toma posse como Secretário de Planejamento e Gestão, onde estruturou e conduziu, no plano administrativo o Programa “Choque de Gestão”, apresentado por Aécio Neves como a principal plataforma de seu governo. O Choque de Gestão começou a ser estruturado ainda no período de transição, sendo que no primeiro mês do governo de Aécio, as leis delegadas já estavam sendo ditadas.

Em 2002, no final do governo de Itamar Franco em Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais –

BDMG realizou um estudo denominado “Minas Gerais do Século XXI” que se tornou um dos pontos de partida do projeto “Choque de Gestão”. O estudo destacava a necessidade de um “verdadeiro choque de gestão”, expressão que foi incorporada nos programas de governo de Aécio Neves. O estudo contava com um capítulo que fazia uma análise e diagnóstico da administração pública mineira. O Choque de Gestão consistiu num ajuste fiscal e um modelo de planejamento, que envolvia horizontes de curto, médio e longo prazo.

Para enfrentar os desafios que estavam postos, o governo Aécio adotou a tecnologia do duplo planejamento, que fora retirado de uma experiência de abordagem para empresas privadas. Esta abordagem se constitui de estratégias simultâneas, uma com foco na gestão das atividades atuais e outra, concentrada na competência para gerenciar as mudanças. A Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado (GERAES), lançado em julho de 2003, era parte da estratégia para o presente e incorporava técnicas de gerenciamento de projetos. Inicialmente, o GERAES continha uma carteira de 31 projetos estruturadores, que se encontravam detalhados no plano governamental de médio prazo, por meio de metas físicas e financeiras. Tais projetos tinham a função de promoverem o desenvolvimento do Estado, abrangendo modernização da gestão pública; infraestrutura; meio-ambiente; educação; segurança; saúde; entre outras áreas. Os objetivos estratégicos foram ampliados

em 2007, quando foi aprovado uma carteira de 57 projetos estruturadores.

A escolha dos projetos estruturadores é o momento de decisão sobre as prioridades do governo. Trata-se da unificação conceitual das ações que, quase sempre, são diluídas por unidades de comando (secretarias e autarquias) que desfiguram as prioridades políticas. Na definição dos projetos eram escolhidos o escopo e abrangência das ações; o público-alvo; a prioridade na utilização de recursos e áreas para integração. No discurso de seus formuladores, a escolha dos projetos se deu por meio de estudos, sendo as escolhas técnicas. Contudo, ao descermos para as cidades polo do Estado de Minas Gerais fica nítido que o que aparecia como teoria de gestão se encontrava, no chão de Minas, com as definições dos caciques políticos locais.

Era na base que o Choque de Gestão era filtrado pelo mosaico de chefes territoriais que compunha – no frigir dos ovos – o estilo aecista de governar.

Antes, a escolha efetiva dos projetos estruturadores era prerrogativa do próprio governador, com base em uma lista que era elaborada pelo alto escalão do governo e por especialistas, contratados das diversas áreas de atuação. Tratava-se então de um processo centralizado.

Também concorria para o gerenciamento político o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, regulamentado por uma lei de 1992, ao estilo do CDES implementado por Lula,

formado por representantes do governo e da sociedade, diretamente ligado ao governador. A principal competência deste conselho era a aprovação do PMDI, que contém os planos de longo prazo do governo, além de acompanhar a execução desse plano. O conselho era composto por 31 membros da esfera governamental e 43 membros da sociedade civil. Sua composição era indicada pelo governador, o que, na prática, definia seu caráter consultivo, referendando as decisões do núcleo central do governo. A participação social, na prática, ocorreu em audiências públicas, como a ocorrida em 2003. Nesta oportunidade, a carteira dos projetos estruturadores continha inicialmente 30 projetos, e as audiências conseguiram aumentar para 31, incluindo o projeto “Inclusão social de famílias vulnerabilizadas”, contemplando ações de combate à violência, exploração sexual e de trabalho infantil, geração de trabalho e renda, proteção ao idoso e às pessoas com deficiência, entre outros. Participaram das audiências 700 pessoas, com representação de 237 entidades civis. Surgiram, no processo, 203 propostas e, ao final do processo, foram incorporadas 76 emendas populares ao Plano Plurianual do governo mineiro. Entre as propostas incluídas estavam a inclusão do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (PROSAN) no projeto estruturador Minas sem Fome; a introdução da merenda escolar no ensino médio e a obrigatoriedade de revisão anual do PPAG com participação popular (ver Leonardo Carvalho. A lacuna da participação democrática no modelo de

gerenciamento estratégico do governo do Estado de Minas Gerais. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008. Páginas 53 e 54).

O Plano Plurianual 2008-2011, elaborado no ano de 2007, também passou por audiências públicas. Este contou com inovações, tais como: realização das audiências regionais em Araçuaí, Frutal e Juiz de Fora; parceria com o Poder Executivo, que se fez presente através dos gerentes dos novos projetos estruturadores, que participaram da discussão da proposta governamental. A participação foi consequentemente maior, contando com 1000 pessoas, que apresentaram 542 sugestões ao PPAG. Dessas, 123 se tornaram emendas populares aprovadas e incorporadas ao Plano Plurianual.

Para Ladeira, citado anteriormente, se com as audiências públicas a população pôde ser consultada, na prática, não tinha poder de decisão.

A metodologia PMBOK, utilizada no gerenciamento dos projetos, define as seguintes fases do ciclo de vida de um projeto: iniciação; planejamento; execução; controle e encerramento.

A fase de iniciação de cada projeto era composta por documentos que autorizavam formalmente o projeto.

Na fase de planejamento ocorria a definição e o refinamento dos objetivos, além do planejamento das ações necessárias, para alcançar os objetivos propostos. Era elaborado o plano de

projeto, que continha: as metas; marcos; ações; matriz de responsabilidades; planejamento da qualidade; planejamento de custos; planejamento de suprimentos; planejamento de convênios; gerenciamento dos riscos, dificuldades e oportunidades; planejamento das comunicações; planejamento organizacional e agendamento de reuniões dos projetos estruturadores.

Na fase de execução, ocorriam as reuniões de Comitê de Resultados. Nas reuniões se dava o acompanhamento de execução física e financeira dos projetos. Havia um acompanhamento intenso em relação às ações e alcance das metas previstas, para cada projeto estruturador. Nestas reuniões, os planos dos projetos eram detalhados; verificado as respectivas situações, através dos status report e os recursos referentes às ações eram liberados pelo GERAES.

A partir de 2007, com a divisão dos projetos estruturadores por áreas de resultado, a Reunião do Comitê de Resultados ficou mais estruturada. Foi criada uma estrutura paralela ao escritório de projetos, chamada “Estado para Resultados”. Esta estrutura era ligada à Secretaria de Planejamento, porém subordinada a vice-governadoria. A partir de sua criação, o escritório de projetos coletava as informações, passava-as para o Estado para Resultados e estas as apresentavam, na reunião de Comitê de Resultados. O Escritório de Projetos tinha total controle, sobre o direcionamento do orçamento dos projetos. Entretanto, quando algo dava errado, chegava mais

rápido em quem resolvia, ou seja, em Anastasia, através da Reunião de Comitê de Resultados. Anastasia tinha total controle sobre os projetos e nas reuniões, tomava decisões orçamentárias necessárias, para a solução dos problemas. Por vezes, por imposição do governador e sem maiores explicações, o escritório de projetos tinha de investir mais, em determinadas áreas e regiões.

Para cada reunião por áreas de resultado participavam os secretários de Estado das áreas afins, os gerentes dos projetos estruturadores e a equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão e do programa Estado para Resultados. Estes últimos alimentavam as informações da pauta da reunião. Eram apresentadas ao vice-governador as principais entregas, as informações do andamento dos projetos por meio do resumo dos relatórios (Status Report), além dos principais problemas, riscos e dificuldades relacionadas à execução dos projetos. O Status Report era um relatório de acompanhamento dos projetos estruturadores, elaborado nas reuniões mensais do GERAES, que entre outras funções, consistia em dar às ações orçamentárias de cada projeto, faróis verde, amarelo ou vermelho. Algo semelhante ao monitoramento realizado pela Casa Civil da Presidência da República em relação ao andamento dos projetos do PAC, quando do controle criado pela então ministra Dilma Rousseff.

Contudo, os projetos estruturadores não contavam com mecanismos eficientes de fiscalização, uma vez que

as informações podiam ser falseadas. Outra falha percebida no gerenciamento dos projetos estratégicos era a ausência de mensuração real dos efeitos das ações públicas, sobre os problemas vividos pela sociedade. A tentativa de se estabelecer indicadores só se deu em 2007, com o programa Estado para Resultados, porém, enfrentou dificuldades. Havia uma inadequação entre os indicadores estabelecidos e as ações dos projetos; além de uma periodicidade ampla dos indicadores medidos, o que provocava a incapacidade de se analisar horizontes de curto prazo, entre outras demandas.

Enfim, era nesses interstícios do monitoramento dos projetos que a malha de caciques territoriais insurgia.

Como já é de amplo conhecimento amplo, os modelos de gestão tucanos se apoiam invariavelmente numa teia de empresas privadas de consultoria, num mecanismo de esvaziamento (ou transferência) da intelligentsia estatal. No caso do Choque de Gestão não foi diferente.

Uma das empresas pivô deste processo foi a Macroplan Prospectiva Estratégia & Gestão. Foi esta empresa que introduziu em Minas Gerais o conceito de duplo planejamento (medidas duras de enfrentamento da situação fiscal, com o propósito de colocar as contas em dia; e medidas estruturantes, mais orientadas para a transformação do Estado, em uma perspectiva de mais longo prazo).

Outra consultoria de destaque foi a do Instituto de Desenvolvimento

Gerencial – INDG, dirigida pelos professores Vicente Falconi e José Godoy. No caso das organizações públicas, o foco era o saneamento das finanças para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O INDG foi contratado pelo governo para apoiar diversas secretarias, principalmente a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF/MG, com ferramentas de racionalização de gastos e de otimização de receitas. Dava suporte às medidas de curto prazo, mais emergenciais, para colocar as contas em dia e recuperar a saúde financeira do Estado. O envolvimento do INDG já ocorria informalmente desde o período de transição de governo, coordenado por Anastasia, com avaliação da situação financeira do Estado, no final do governo de Itamar Franco. Embora atuasse na Secretaria de Estado de Fazenda desde março de 2003, o INDG só foi contratado formalmente, ainda que sem licitação, em agosto de 2003. A formalização da prestação de serviços só ocorreu porque Falconi foi atrás de patrocinadores e conseguiu financiamento de quatro empresas, para a execução do projeto. Segundo Falconi, os patrocinadores eram todos clientes do INDG. Ele justificou a boa ação dos empresários dizendo que, eles têm consciência de que uma vez que têm seus ativos investidos em Minas Gerais, ou eles contribuem para melhorar o Estado, ou perderão muito dinheiro

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – SINDIFISCO – MG, questionou tal envolvimento de empresas privadas nesta formulação uma vez que não havia

sigilo fiscal entre o governo, o INDG e a Fundação Brava, os técnicos do INDG tinham acesso a dados agregados e individuais, utilizados na elaboração da programação fiscal do Estado. Isso colocaria sob suspeição de favorecimento para com as empresas que faziam parte da contratação.

A revista *Época* recorreu a quatro tributaristas para analisar este convênio. Todos apontaram quebra de sigilo fiscal no contrato. O consultor Clóvis Panzarini, que foi assessor tributário de cinco ex-governadores de São Paulo, sustentou que o contrato vai contra o Código Tributário Nacional. Também consultada pela revista, a professora de Direito Tributário da PUC de São Paulo, Maria Leonor Vieira Leite, afirmou que tais informações não podem ser livres nem mesmo dentro do próprio governo, tendo de ficar restritas aos órgãos competentes.

Paulo Filho, em 2015, defendeu sua tese “Gerenciando a tradição: federalismo e reforma do Estado em Minas Gerais (2003-2010)”. O autor constata que, a despeito do Choque de Gestão ser apresentado como uma iniciativa inovadora, na prática se revelou apenas a otimização da estrutura burocrática tradicional. As proposições efetivamente reformistas presentes nos documentos compõem percentual muito reduzido do total de produção das instâncias de formulação deste planejamento estratégico. Na verdade, o autor identificou apenas 6 propostas de reforma do Estado, em um universo de 172 propostas. Para Paulo Filho o exercício da administra-

ção do Estado fez com que os gestores do planejamento público mineiro canalizassem seus esforços para aumentar o rendimento da máquina pública existente, através da introdução de alguns mecanismos pontuais, que não eram capazes de gerar mudanças estruturais na relação entre Estado, sociedade e mercado. Dessa forma, para o autor, a associação do Choque de Gestão à Nova Administração Pública inglesa não se efetivou concretamente. O ímpeto verdadeiramente reformista do Choque de Gestão se deu inicialmente, sob a forma das Parcerias Público Privadas – PPP's.

O autor destaca, ainda, o papel central do que denomina de “federalismo mineiro” ou a negociação entre atores estaduais e municipais, que articula troca de recursos estaduais, por apoio político local. Com efeito, das 17 secretarias de Estado que iniciaram a administração 2003, oito eram dirigidas por deputados recém-eleitos em outubro de 2002, sendo que cada um deles, obteve votação expressiva em centenas de cidades (os oito parlamentares eram majoritários em um total de 137 municípios), o que garantia ampla representação das lideranças locais.

Assim, mesmo os mais avançados instrumentos do “Choque de Gestão”, caso dos projetos estruturadores, tinham forte ligação com as engrenagens do “federalismo mineiro”. Isso acontecia tanto pela forma como os projetos foram desenhados, como pela forma escolhida para a execução destes: preferencialmente através da celebração

de convênios. Através dos convênios, o dinheiro era repassado aos municípios, que passaram a deter grande parte do poder, sobre o processo de construção e entrega das ações à população.

Este autor analisou os termos de convênio celebrados, entre o governo estadual e as prefeituras mineiras, devido à sua característica intrínseca de acordo político. A partir de sua análise, percebe-se que entre 2003 e 2010 foi celebrado um elevado número de convênios, e que não houve redução com o passar dos anos. O autor chama a atenção para o fato de que, a implementação de políticas públicas via convênios com municípios, não é compatível com o festejado instrumental inovador.

Aécio construiu uma imagem, até seu declínio, com a ascensão do bolsanarismo, de gestor modernizador e realizador. Procurou se apresentar como uma versão contemporânea de JK. Contudo, talvez tenha sido um hábil construtor de uma imagem pública que pouca relação tinha com o mundo real. Uma habilidade notável, na medida em que sua prática concreta era exatamente inversa à imagem que se disseminou pelo país afora, corroborada por inúmeras matérias que se repetiram nas páginas e imagens da grande imprensa.

Aécio foi mais uma liderança moldada para o consumo pasteurizado através de disparos ininterruptos de mensagens ao grande público, um bombardeio midiático diário, que camuflou o velho estilo em inovação. Não se trata de uma

ação inusitada de marketing político nacional. Contudo, demonstrou que sem talento político, o castelo de cartas desmorona antes do final do segundo ato.

27. 27 ANOS DE ECA

Os anos 1980 foram marcados por uma explosão libertária e de avanços de políticas públicas inclusivas e de promoção social (para além da proteção) no Brasil.

Neste período, a focalização era abominada, assim como toda concepção de gestão centralizada. Foram quase banidas do vocabulário dos agentes públicos da área social.

E, hoje?

Com as políticas ultraliberais e descaso parlamentar com a opinião pública, chegamos a 13 milhões de desempregados. O desemprego afeta mais as crianças e adolescentes, assim como a pobreza.

Lembremos que os mais afetados pela pobreza ou miséria são as crianças e adolescentes. Não apenas pela sua fragilidade e dependência social, mas principalmente porque conformam a maioria da população pobre do país (segundo o IBGE, temos um a dois filhos por mãe em nosso país, aumentando um pouco nos casos de famílias rurais).

Segundo o BIRD, o Brasil terá até 3,6 milhões de 'novos pobres' em 2017. A instituição afirma que crise econômica ameaça a redução da pobreza e recomenda aumento do orçamento do Bolsa Família para R\$ 30,4 bilhões para conter avanço da miséria.

Por meio de simulações, o Banco Mundial analisou a taxa de pobreza extrema no país, calculada em 3,4% em 2015. No cenário menos pessimista, o número de pessoas extremamente pobres crescerá 1,7 milhão – de 6,8 milhões em 2015 para 8,5 milhões em 2017, elevando a proporção de pessoas extremamente pobres de 3,4% em 2015 para 4,2% neste ano. O número de pessoas moderadamente pobres aumentará em 2,5 milhões, de 17,3 milhões em 2015 para 19,8 milhões em 2017.

No segundo cenário – mais pessimista –, a taxa de pobreza extrema continua crescendo, alcançando 4,6% em 2017, representando um crescimento de 2,6 milhões no número de pessoas extremamente pobres entre 2015 e 2017, passando de 6,8 milhões em 2015 para 9,4 milhões em 2017. O número de pessoas moderadamente pobres aumentará em 3,6 milhões entre 2015 e 2017.

Já para a FUNDAÇÃO ABRINQ, 17,3 milhões de crianças de 0 a 14 anos, equivalente a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária, vivem em domicílios de baixa renda, segundo dados do IBGE (2015). O Cenário da Infância também traz números sobre o que é considerado como “extrema pobreza”, isto é, crianças

cujas famílias têm renda per capita inferior a ¼ de salário-mínimo: 5,8 milhões de habitantes (13,5% da população) de 0 a 14 anos de idade.

No Norte e no Nordeste, regiões que apresentam as piores situações, mais da metade das crianças [60,6% e 54%, respectivamente] vivem com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a meio salário-mínimo. Desse total, 5,8 milhões vivem em situação de extrema pobreza, caracterizada quando a renda per capita é inferior a 25% do salário-mínimo.

O cenário é ainda mais dramático quando sabemos que 10.465 crianças e jovens até 19 anos foram assassinados no Brasil em 2015, o que corresponde a 18,4% dos homicídios cometidos no país nesse ano. Em mais de 80% dos casos, a morte ocorreu por uso de armas de fogo. A Região Nordeste concentra a maior parte desses homicídios (4.564 casos), sendo 3.904 por arma de fogo.

A fundação também revela que 153 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes chegaram ao Disque 100 em 2015, sendo que em 72,8% das ligações a denúncia se referia a casos de negligência, seguida por relatos de violência psicológica (45,7%), violência física (42,4%) e violência sexual (21,3%).

Embora tenha diminuído o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na faixa de 10 a 17 anos [redução de cerca de 659 mil crianças e adolescentes ocupados em

2015 em comparação a 2014], houve aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos ocupadas.

O universo de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalhavam somou 2,67 milhões em 2015. Mais de 60% delas são do Nordeste e do Sudeste, mas a maior concentração ocorre na Região Sul.

Uma realidade que nos obriga a remar contra a maré ultraconservadora, elitista e ultraliberal.

28. SOBRE A ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO SOBRE O DILEMA DAS ESQUERDAS

No domingo, postei uma brevíssima nota sobre a coletânea “A Crise das Esquerdas”, organizada por Aldo Fornazieri e Carlos Muanis, publicada pela Editora Civilização Brasileira (2017). Esta coletânea contém artigos de Tarso Genro, dos organizadores, de Carlos Melo, Carla Regina Mota Alonso Diéguez, Rodrigo Estramanho de Almeida, Cícero Araújo, Ruy Fausto e Moisés Marquez.

O tema do livro é dos mais instigantes e oportunos.

São três artigos e três entrevistas, sendo uma com Guilherme Boulos (coordenador do MTST), uma segunda com Sérgio Fausto (superintendente do

Instituto Fernando Henrique Cardoso) e Janine Ribeiro.

A entrevista com Janine Ribeiro deve ter sido considerada a mais importante ou globalizante em relação ao tema, dado que abre o livro. E é por esta trilha que li esta entrevista-abertura. Mas, se há algo que esta entrevista não gera é motivação ao leitor. O entrevistado parece mergulhado no mundo do Lugar-Comum das manchetes da grande imprensa nacional. Há um ou dois momentos mais instigantes e reflexivos, mas, na quase totalidade das 50 páginas que ocupam 19% do total de páginas do livro, há um passeio desprezioso do entrevistado, numa tarde de verão à beira dos coqueiros de Fortaleza. O leitor consegue vislumbrar os copos dourados pelo whisky que balançam como naquelas históricas entrevistas publicadas no Pasquim, mas sem o brilho ou respostas desconcertantes do folheto satírico que forjou toda uma geração de leitores debochados.

Janine não é de esquerda, mas, durante a entrevista, se considera um. Não se trata de juízo de valor. Em sua entrevista, explicita nitidamente a crença e defesa de valores liberais. Não consegue, em nenhuma vez, se postar no campo histórico, teórico ou programático da esquerda.

Vejamos.

Se logo de início define a esquerda como aquela força ou ideário que considera que “as desigualdades sociais são historicamente construídas” (algo que,

de início, não está apenas no escopo do pensamento de esquerda, mas em diversas outras correntes humanistas e até religiosas), entabula uma estranha dicotomia entre utopia e realidade. Ora, se há algo que marca as ideologias é a utopia (definição que encontramos em Karl Mannheim e Antonio Gramsci). A utopia projeta um mundo não existente a partir de um projeto teleológico, de uma intenção racional. A não ser que estejamos vivenciando algum mundo socialista ou de esquerda, qualquer discurso ou projeto desta linhagem ideológica será, necessariamente, utópico.

Mas, nosso entrevistado não acredita que seja assim. Sugere que a realidade a partir de 1970 se revelou mais dura para a esquerda que antes. Imagino que não tenha sido tão fácil em 1919, quando da prisão e morte de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck e vários membros da Liga Espartaquista. Também não deve ter sido fácil a vida dos opositores de esquerda ao bloco soviético que tentaram a Primavera de Praga. Ou a luta contra a ditadura militar no Brasil por tantas correntes de esquerda. Mesmo assim, para Janine, a realidade de hoje é mais dura para a esquerda.

Em seguida, cita a tentativa de alguns para dar uma “face mais humana ao capitalismo” e traz à cena Tony Blair. A partir daí, engata a primeira marcha e daí não sai. Sugere que o abandono das utopias foi marca dos governos petistas, a partir de Lula. Dirá, mais adiante, que Dilma terá rompido com mais avidez e radicalidade que Lula, mas sustenta que

ambos fincaram pé na “realidade”. O que não analisa é quais elementos compõem esta realidade ou se ela é um elemento naturalizado de sua leitura. Afinal, como saber se o diferente ao que foi feito seria inviável se justamente não foi realizado? Argumento de autoridade pode estancar qualquer debate, mas não é, por si, válido por se afirmar realista. A realidade é mutável e no mundo da política é quase que desprezada, a não ser que o conservadorismo seja o único ideário político válido ou razoável. Se não é, toda ação política é voltada para a mudança da realidade.

Janine se pergunta se é possível um modo de produção que não seja o capitalista. Não responde de maneira conclusiva, mas logo em seguida faz uma digressão sobre a possibilidade de não ser possível algo alternativo, o que revela sua inclinação para tratar o status quo como irremediável. E, assim, sugere a adoção de “um leque de políticas dentro do capitalismo”.

Em mais um lugar-comum e puro vislumbre de profecia, sugere que se o PT não tivesse elaborado a Carta ao Povo Brasileiro, não teria chegado ao poder. Assim, elimina qualquer alternativa à esquerda e enquadra a realidade a este cânone. Nada mais próximo do que Leandro Konder indicava na esquerda tupiniquim: o descaso com o pensamento dialético e a fidelidade ao positivismo esquemático (aquele, da ordem e progresso).

Assim, conclui:

“Não há dúvida de que as políticas do governo Lula beneficiaram o grande capital. Mas estas foram as condições “sine qua non” para as políticas sociais serem implantadas”.

Enfim, num toque de demiurgo, não haveria outra alternativa a não ser à direita, esta que nos governa sem voto ou desejo do eleitor. Numa linha de pensamento como esta, a democracia se torna um ato protocolar para legitimar quem atua sem ouvir, sem duvidar, sem ter o prumo apontando para o equilíbrio entre convicção e diálogo com os representados. Não o diálogo como manipulação da vontade popular, mas como participação no curso de um governo.

É verdade que sua entrevista oferece algumas pautas instigantes, quando analisa autores clássicos. Este é o caso de sua passagem ao afirmar que Marx nunca sugeriu mais intervenção estatal e cita a Ideologia Alemã como esteio para sua crítica. Afirma que este pendor estatizante pode ser keynesiano, mas não marxista. Uma boa provocação, para logo em seguida retomar sua fuga ao liberalismo. Sugere que o capitalismo ganhou de WO do socialismo como regime econômico. WO? Por ausência? Não seria um tiquinho exagerado para um pensador?

Também parece sugestivo quando sugere que os governos petistas falharam ao não bater na tecla da ética. Afirma que as políticas de inclusão foram marcadas pela ética. Embora seja real, esta não foi a maior falha. Há inúmeras outras, como o recuo político e a capitu-

lação a demandas espúrias para garantir a governabilidade, além da rejeição à radicalização da democracia como tomada de decisão popular (ou a democracia deliberativa). Mas, para Janine, o importante parece ser a reflexão da filosofia política clássica ou, para ser mais preciso, da Antiguidade, relevando as reflexões contemporâneas.

Também é instigante a sugestão que faz sobre a palavra “politeia”, tal como analisada por Aristóteles, que significaria “constituição”, mas também como um determinado regime político.

Outra passagem rica é a que faz digressão sobre o modelo petista de pensar a democracia como realização do desejo. Uma armadilha, em seu entendimento, porque reforça o corporativismo e a prisão ao demandante, não podendo sustentar cortes ou adequações em virtude de uma crise ou seu próprio discurso deslegitima um governo.

Até aí, uma rica polêmica para, então, o entrevistado projetar uma comparação entre este modelo petista e o modelo tucano. Para ele, este último seria mais correto porque “teve a missão de lidar com o que emana do povo, enquanto o PT sentiu grande dificuldade de pôr limite nessa reivindicação”. Afinal, qual seria, no entender de Janine, a “missão que emana do povo”? Uma sugestão discricionária do filósofo? Um arbítrio em nome do povo? Mas esta sugestão não se aproxima do conceito de tirania?

Tudo para concluir que a esquerda não está sabendo usar os meios para

atender o seu fim, que é a redução da desigualdade. O problema é que Janine apresenta meios de outras concepções ideológicas para chegar aos fins que seriam da esquerda. O entrevistado não percebe que sustenta uma esquizofrenia de modos e ideários. Uma confusão de princípios que gera incoerência profunda, desorientação e, no limite, movimentos erráticos do governante. Algo que, justamente, ocorreu no governo que serviu. E na sua própria gestão.

ANO 2018

29. UM PAÍS MERGULHADO NO DESALENTO

O IBOPE, instituto de pesquisa contratado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), acaba de divulgar pesquisa nacional que revela um brasileiro médio (a maioria dos eleitores de nosso país) que projeta para o próximo governo a sua esperança. O levantamento foi realizado entre 7 e 10 de dezembro do ano passado, em 127 municípios, e ouviu 2.000 pessoas. A margem de erro é de 2% para mais ou para menos. O Ibope não pesquisou intenção de voto.

A pesquisa revela que os brasileiros querem como governante alguém que tenha origem pobre (para 52%), que creia em Deus (para 67%) e que seja honesto (para 87%). 89% dos consultados acham importante presidenciável conhecer o País Trata-se de uma clara identidade de classe. Os pobres querem alguém que sinta como eles. Parecem cansados dos ricos e profissionais da política⁴⁷.

A pesquisa revela mais: 44% estão pessimistas com as eleições presidenciais e 55% afirmam não acreditar em quaisquer promessas de campanha. Quase metade dos brasileiros (48%) não

⁴⁷ Nas eleições municipais de 2020, a maioria dos eleitos tinha um perfil diametralmente oposto ao capturado por essa pesquisa citada no artigo. O movimento errático do eleitor, que votou de Lula à Bolsonaro, para em 2020 votar em candidatos alinhados com o centro-direita, parece definir uma busca permanente ou mudanças de rumo a partir de frustrações constantes.

tem simpatia por qualquer partido político (o PT é o que recebe maior índice de simpatia, envolvendo 19% dos eleitores).

Se 87% dos brasileiros consideram honestidade uma característica fundamental, 78% sustentam que o próximo Presidente da República tenha pulso firme e seja decidido.

Este levantamento dialoga com outras pesquisas recentes que apresentam o que seria o ideário político dos brasileiros. O Latinobarômetro, pesquisa anual de opinião realizada em 18 países da América Latina envolvendo 20 mil entrevistas, vem apresentado um cenário desalentador sobre o perfil dos brasileiros: apenas 3% dos brasileiros confiam nos seus compatriotas. Somos, de longe, o país com uma nação mais desagregada e individualista. Também somos o país, segundo este levantamento regional, com menor crença na democracia e com mais alto índice dos que acreditam que os governos brasileiros administram para atender os mais ricos. Este dado parece fundamentar o desejo para que o próximo Presidente venha de família pobre, que se identifique ou saiba como é a vida dos pobres, suas dificuldades e seus sonhos. Algo que os represente minimamente.

Há outras pesquisas, como a realizada pelo Data Popular em favelas do Brasil. Os moradores desses “aglomerados subnormais” (como alguns estudos recentes decidiram denominá-los) não acreditam que suas vidas melhoraram nos últimos anos por obra dos governos.

82% afirmaram que sua vida melhorou em função de esforço próprio, por ajuda dos familiares ou ajuda divina. Apenas 4% citam ações governamentais.

O Brasil se tornou o país do desalento, do ressentimento, da crença em seu único esforço para melhorar de vida. Os espaços públicos estão se desfazendo lentamente. As autoridades são desdenhadas. As instituições se reproduzem sem legitimidade, se arrastam como se estivessem pegando um atalho pouco visível.

Vivemos em dimensões diferentes. Não exatamente os Dois Brasis esboçado por Jacques Lambert. Não se trata apenas da desigualdade social, mas de uma capa social e política que se deslegitima diariamente, mas finge não perceber e se debate para impor sua lógica sem medo de mais desgaste. Do outro lado, uma imensa população, a maioria, que não forma uma multidão, um todo, desagregada que está em suas estratégias de sobrevivência. Gente que não confia nos parlamentos e parlamentares (segundo o ESEB, a maior pesquisa sobre opinião de eleitores realizada no Brasil em ano de eleição), que só decide em quem votar dez dias antes do pleito e que acredita que os eleitos só pensam nos ricos ou em ficar ricos.

Um país assim sobrevive até quando? Como sobrevive ao longo dos anos?

Um país assim forma que tipo de cidadão e nação?

30. O AÍ5 NOSSO DE CADA DIA

Os Atos Institucionais foram instrumentos típicos do Estado de Exceção Militar. Instrumentos que procuravam dar um tom de legalidade institucional à tomada do poder pela força, um golpe de Estado Clássico. Foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969 (17 atos institucionais neste período e mais 104 atos complementares), editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Como ato de excepcionalidade, eram definidos acima de todas as outras e até mesmo da Constituição. Em outras palavras, eram fruto de atos e poderes extraconstitucionais do regime militar.

Hoje, vivemos uma situação distinta. Embora o conceito mais aplicado para o que vivenciamos no Brasil (e não apenas em nosso país) seja o mesmo – Estado de Exceção – o conteúdo agora adotado é distinto. Dois italianos, em especial, teorizaram recentemente este conceito com esta nova conotação: Giorgio Agamben e Luigi Ferrajoli. Agamben cita o ataque às torres gêmeas nos EUA, em 11 de setembro de 2001, como a senha para este constructo legal, embora retome seu esboço durante o holocausto nazista. Naquele momento, confundiu-se a figura do chefe de Estado (o *führer*) com os conceitos de soberania e nação. Aos judeus foi imposto pelo governo a negação da cidadania como

ocorria no Direito Romano arcaico, a partir da figura do “*homo sacer*” (homem sagrado), cuja morte decretada não representava homicídio. A justificativa era a de que aquele que atentava contra as divindades e afetava a “*Pax Deorum*” era excluído da proteção do Direito. O Estado de Exceção, portanto, suspende o direito para aqueles que são identificados como desestabilizadores da ordem e paz social estabelecida. Os representantes do Estado compõem um poder soberano que poderia, então, retirar qualquer proteção jurídica para que se possa superar o estado – ou a possibilidade – da anomia, ou seja, a ausência da ordem.

Após o ataque de 11 de setembro, o governo norte-americano, seguido por outros governos, em especial, europeus, instituiu um ataque a quem considerava ameaça de terrorismo e, assim, suspendeu, em muitos casos, qualquer possibilidade de defesa. Muitos acusados de colaboração com organizações terroristas foram presos, sem acompanhamento de advogados, ou perseguidos. Para os EUA, algo do gênero já havia ocorrido durante os anos 1950, durante o processo que foi cunhado de macarthismo.

No Brasil, o desenho do Estado de Exceção, como interregno ou hiato na vigência dos direitos constitucionais frente à ameaça iminente de atos terroristas ou de desagregação da ordem social teve início no segundo semestre de 2013. Após as manifestações de junho de 2013, uma série de iniciativas estatais foram postas em prática para estabelecer uma ordem paralela àquela definida

pela Constituição Federal. O Manual de Garantia da Lei e da Ordem, divulgado em dezembro daquele ano, chega a citar ações para coibir movimentos sociais (parte final deste documento). Em seguida, em abril de 2014, um grupo de 22 policiais militares e agentes federais brasileiros participaram de treinamento de três semanas no centro da Academi em Moyock, na Carolina do Norte. A empresa americana Academi, que antes se chamava Blackwater, treinou policiais militares e agentes da Polícia Federal para ações antiterrorismo na Copa. Segundo matéria da Folha de São Paulo (“Paramilitares americanos treinam policiais brasileiros para a Copa”, matéria assinada por Patrícia Campos Mello, publicada em 21/04/2014), “a Blackwater ficou conhecida por agir como um exército terceirizado dos Estados Unidos, com mercenários atuando nas guerras do Iraque e do Afeganistão. A empresa está envolvida em polêmicas. Ex-funcionários da Blackwater são acusados de terem matado 17 civis iraquianos no massacre da praça Nisour, em 2007.”

Durante a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, muitos ativistas sociais que organizaram manifestações contra os gastos governamentais realizados que afetaram muitas populações despejadas pelas obras de preparação do evento, foram perseguidos, sofre-

ram expedientes de intimidação definidos como ilegais em países estrangeiros (como o Caldeirão de Hamburgo), foram ameaçados, presos e espancados⁴⁸.

O processo de impeachment foi lastreado em expedientes similares aos adotados em 2013 e 2014, aprofundando ainda mais a ofensiva sobre os opositores do governo (identificados como opositores do Estado e da Nação).

Em primeiro lugar, manifestações de forte cunho emocional e de rejeição à política institucional foram promovidas por grupos de extrema-direita, lastreados por financiamento ou apoio institucional de grupos empresariais, partidos de centro-direita (há notícias publicadas na grande imprensa envolvendo PMDB e PSDB) e “think tanks norte-americanos”⁴⁹. Paralelamente, a Operação Lava-Jato avançava sobre toda estrutura de governo para fundamentar a acusação de banditismo estatal, instalado nas principais empresas e agências estatais federais.

Ao ocorrer o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, houve um divisor de águas entre os até então apoiadores do governo deposto (um arco de cogestão que excluía apenas alguns poucos partidos de oposição, como PSDB, DEM e PPS) dos apoiadores do novo governo (capitaneado pelo PMDB

48 Ver entrevista com Karynni Magalhães a respeito: <<https://www.youtube.com/watch?v=wXotwt2QoFY>>.

49 Ver, a respeito, artigo de Kátia Baggio intitulado “Conexões ultraliberais nas américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas” in SOUZA, Robson Sabio e all (orgs.), Democracia em Crise: o Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2017, pp. 115-148.

e PSDB). Aqui se insurge a primeira contradição em termos de institucionalidade democrática, dado que o vice-Presidente empossa em seu ministério personagens que haviam sido derrotados poucos meses antes pelas urnas. Em outras palavras, a lacuna legal não coibia a possibilidade do desejo popular ser banido ou desrespeitado pelo processo de impeachment da titular, mesmo permanecendo seu vice, componente da chapa eleita pelo sufrágio, à frente do poder instituído.

A partir deste momento, diversas iniciativas de exceção se desenrolaram à sombra de lacunas legais de nosso país. A vontade popular foi simplesmente desdenhada e várias reformas que aboliam direitos sociais foram postas em votação no Congresso Nacional. O processo de aliciamento de parlamentares foi fartamente noticiado na grande imprensa como apoiadas em liberações milionárias de emendas parlamentares, negociação de cargos de direção em estatais e fartos recursos às bases eleitorais de deputados e senadores em negociação com o governo federal.

Na outra frente, a da Operação Lava-Jato, a perseguição nitidamente seletiva de lideranças do governo deposto procurava minar a possibilidade de retomada política deste bloco, mesmo permanecendo com alta popularidade junto à população do país. Até mesmo a dosimetria foi alterada em segunda instância para impedir a prescrição das ações impetradas contra tais lideranças.

Muitas pesquisas revelaram a percepção majoritária da população como atos políticos de perseguição às lideranças do governo anterior, piora das condições sociais e de ação política do governo atual em relação ao deposto, além da queda constante de índices de aprovação do governo atual, até chegar ao patamar de 4% de apoio popular, o menor da história republicana do Brasil.

O último ato de tentativa de imposição através de atos espetaculares e midiáticos – sempre no lastro do uso da força institucionalizada – foi a decisão de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. O que poderia alterar a agenda nacional após a rebelião de parlamentares federais em aprovar a reforma da Previdência – como era o desejo do governo de plantão –, impondo uma escalada de intervenções federais, foi desfigurada com a execução da vereadora carioca Marlielle Franco. A intervenção foi percebida como fracasso governamental e este assassinato gerou uma forte comoção que se alastrou pelo país.

Enfim, o que importa é compreender que os atos institucionais do regime militar possuíram uma natureza distinta dos atos de exceção do governo atual, embora ambos trabalhassem com a intenção de legalizar e institucionalizar perseguições políticas e imposição de atos de governo impopulares ou que desdenhavam por completo qualquer intenção de negociação ou convencimento da população ou de suas organizações e lideranças.

Trata-se, hoje, de governos que agem em paralelo com a ordem constitucional. Atuam nas franjas, nas lacunas legais. Não há um confronto global, mas parcial, uma ameaça constante, forte seletividade no enfrentamento de forças ou lideranças escolhidas à dedo para enfrentarem uma ação combinada de desmoralização pública, condenações a partir de convicções ou tênues indícios de ilegalidades cometidas, casuísmos e ações espetaculares. O bloco no poder, atualmente, é impopular e não procura recuperar sua popularidade como durante o regime militar, que adotou discursos ufanistas e procurou colar sua imagem nos sucessos do futebol tupiniquim. Agem à margem da institucionalidade democrática e ao invés de buscar empatia, procuram minar todas as forças políticas que se postarem como oposição à sua vontade.

A natureza da exceção política é outra. Menos violenta, mas mais agressiva; mais seletiva e negociadora; menos popular, embora espetaculosa e midiática; menos nacionalista; mais ameaçadora e parlamentar. A política de exceção atual trabalha como o panopticom proposto por Jeremy Bentham, em 1785: dissemina o medo e a frustração permanente frente a um poder arrogante que prefere a humilhação, de tal maneira que, com o tempo, grande parte da população se torna derrotista, desanimada, temerosa do futuro. Alguns, se recolhem na vida privada, outros, destilam a impotência que se encobre no discurso de um certo “realismo niilista”. O imponderável, contudo, sempre aparece para romper

este clima de reality show. Como agora, com o assassinato de Marielle Franco. Afinal, a política não é matemática, não é precisa e as lideranças sempre atuam a partir dos erros, raramente a partir de acertos.

ANO 2019

31. PAPO RETO SOBRE CIRO GOMES

Muito já se disse sobre as mudanças partidárias de Ciro Gomes. Em 1982, se filiou ao PDS (ex-ARENA); em 1983, ingressou no PMDB (um ano após a filiação ao PDS); em 1990, filiou-se ao PSDB; em 1997, foi a vez do PPS; em 2005, foi para o PSB; em 2013, o PROS; e em 2015, o PDT. Sete anos parece ser o prazo limite para Ciro se manter num partido. Há uma possibilidade de estar se depurando ao longo dos anos, encontrando seu verdadeiro eixo. Contudo, somos o que ameahamos em nossa trajetória. Não há como, na vida, nos desprendermos totalmente de nosso passado. Uma ruptura total só ocorre com radicalida-

de, de maneira que muitas rupturas exigem diversas radicalizações para negar a opção anterior, também radical. Então, uma das marcas de mudanças tão díspares é a radicalização do discurso e das convicções. Convicções que se conflitam no tempo, como do ideário do PDS (que apoiou o bloco que governou o país durante a ditadura militar) ao de partidos socialistas ou que já foram comunistas.

É possível imaginar uma outra situação: a leitura política de um oportunista. Neste caso, o discurso radical não seria uma fuga do passado, uma negação por completo, mas uma tentativa de criar uma nuvem de fumaça sobre suas opções passadas para poder caminhar ao encontro de um novo partido ou bloco de poder. Neste caso, estaríamos

diante de um calculista que procura a bola da vez. Um arrivista. Em 2010, Ciro declarou apoio à candidatura de Aécio Neves e afirmou: “O Aécio pode convocar todos os brasileiros, decentes, de todos os partidos, que é como ele faz em Minas Gerais e celebrar um projeto de país, que dê avanço ao que o presidente Lula representou.” Algo estranho para o seu discurso atual.

Mas, Ciro embaralha as cartas e não parece ser um jogador que dá sinais simples ao público externo. Com o tempo, procurou qualificar seu discurso. Se aproximou de Mangabeira Unger, um social-liberal, mais liberal que social, que sugere que o Brasil caminhe para ser uma espécie de EUA, com ampla classe média, do dia para a noite. Ciristas afirmam que seu ídolo se afastou do brasileiro com sotaque novaiorquino. Mas, os bastidores sugerem que não é bem assim.

Ciro Gomes é tido como bom para pensar grandes estratégias, mas pessimista para as definições táticas. Muito disso vem de seu temperamento irascível e sua autossuficiência deletéria. Suas campanhas parecem mais a exposição de candidatos à reitor ou tentativa de conseguir o título de doutor honoris causa que efetivamente dialogar com a população sofrida do país. O resultado é quase sempre o mesmo. Foi candidato três vezes à Presidência da República. Em 1998, Ciro obteve 10% dos votos. Em 2002, obteve 11,9%. Na eleição do ano passado, atingiu 12,4%. Nunca chegou a resvalar no segundo turno. Sempre este-

ve no pelotão do meio. Seu capital eleitoral é o mesmo que aquele apontado pelo Datafolha como sendo do “núcleo duro” do bolsonarismo. Mas está muito distante do potencial eleitoral do próprio Bolsonaro e de Lula. Este é o emparelamento que faz Ciro se debater com Lula e Bolsonaro: a polarização entre os dois é fatal para suas ambições.

O grande gargalo, contudo, de toda sua trajetória é sua frágil base social e política. Ciro não possui fortes vínculos com centrais sindicais, nem igrejas, nem setores empresariais de peso, nem movimentos sociais. Ciro flutua como numa espécie de desejo de ser um intelectual orgânico de todos esses segmentos que citei acima. O problema é que não é orgânico. E o mundo intelectual brasileiro não o percebe como um par.

Talvez, este seja o maior problema de Ciro: ele não tem um lugar certo no mundo real da política. Não apenas o formal, partidário. Mas nas movimentações concretas do mundo político nacional. Não é central nas mobilizações, nas agendas de lutas nacionais, nos debates da agenda do país. Não está nos grandes debates sobre direitos sociais, sobre políticas sociais, sobre reformas, sobre o novo mundo do trabalho. Enfim, não dialoga com a sociedade, o que o faz um eterno candidato a partir de si e para si.

Tal perfil lhe dá uma única chance: uma crise tão forte de representação que se lance no vácuo aberto, ao estilo Luís Bonaparte, como salvador em meio ao caos. Mas, para isso, terá que ser en-

xergado como tal. O que, neste momento, parece um delírio de final de festa.

De qualquer maneira, Ciro Gomes parece ser mais um personagem desta grande paisagem política brasileira em que há muitos caciques que falam para uma plateia de índios atônitos, que pouco entendem ou creem no que dizem, mas que, afinal, acabam achando tudo interessante como uma roda gigante num parque distante que visitaram num final de semana.



afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea